



HOMENS E MASCULINIDADES:
práticas de intimidade e políticas públicas

Instituto PAPAI | Gema/UFPE
Promundo | Margens/UFSC

2010

Comissão Científica

Dr. Aécio Matos (UFPE); Me. Alexandre Franca Barreto (UNIVASF); Dr. Benedito Medrado (UFPE) Dra. Betânia Ávila (SOS Corpo); Carlos Zuma (Noos); Me. Cláudio Pedrosa (Rheg); Me. Daniel da Costa Lima (ISER/RJ); Ma. Edna Granja (Papai/Gema); Dra. Elisiane Pasini (Themis); Dr. Felipe Rios (UFPE); Dr. Fernando Seffner (UFRGS); Dr. Jorge Lyra (Papai); Dra. Maria Juracy Toneli (UFSC); Dra. Karla Galvão (UFPE); Dra. Lady Selma (UFPE); Dr. Luiz Eduardo Batista (SP); Dra. Márcia Couto (USP); Dra. Márcia Longhi; Me. Marcos Nascimento (Promundo); Dra. Margareth Arilha (CCR; Nepo/Unicamp); Ma. Maria Lúcia Lima (UFPA); Dra. Marion Quadros (UFPE); Ma. Maristela Moraes (Papai); Dr. Parry Scott (UFPE); Dra. Paula Machado (UFRGS); Dr. Pedro Nascimento (UFAL); Me. Ricardo Castro (Papai); Dr. Ricardo Pimentel Mélo (UFCE); Dr. Romeu Gomes (Fiocruz/RJ); Ma. Sandra Umbehaum (FCC); Sérgio Barbosa (CES); Dr. Sérgio Carrara (UERJ); Dra. Sibelle Barros (ES); Sylvia Cavasin (ECOS); Thiago Rocha (Papai); Dr. Wagner Figueiredo; Dra. Zeidi Trindade (UFES).

Apoio

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; Fundação Ford; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério da Saúde/Área Técnica de Saúde do Homem; Ministério da Saúde/Área Técnica de Saúde da Mulher; Secretaria Especial de Políticas para as mulheres e UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas.

Colaboração

Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO); Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE; Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG); Fórum LGBT de Pernambuco.

Benedito Medrado, Jorge Lyra,
Mariana Azevedo e Jullyane Brasilino
Organizadores

HOMENS E MASCULINIDADES:
práticas de intimidade
e políticas públicas

1ª edição

Recife/PE

2010



Recomendamos a reprodução, total ou parcial, desta obra, desde que não haja fins de lucro e que seja citada a fonte.
Licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/deed.pt>

H765 Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas/ organizado por Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jullyane Brasilino – Recife: Instituto PAPAI, 2010. 184p; 16 X 23 cm

Inclui referências

1. Homens - Brasil. 2. Homens - condições sociais. 3. Paterndade. 4. Masculinidades. 4. Gênero. 5. Femuinismo. I. MEDRADO, Benedito. II. LYRA, Jorge. III. AZEVEDO, Mariana. IV. BRASILINO, Jullyane. V. Título.

CDD 306.7.081

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
Bibliotecário responsável: Thiago Rocha (Instituto PAPAI) CRB 4-1493

Entre práticas de intimidade e políticas públicas. Entre políticas de intimidade e práticas públicas... À guisa de uma introdução

Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jullyane Brasilino
Instituto PAPAI e Núcleo Gema/UFPE

Cidade e intimidade são conceitos mutuamente irredutíveis, porém radicalmente inseparáveis; ali onde não há política, não pode haver, em sentido estrito, intimidade; e ali onde a intimidade está ameaçada, estas ameaças expressam uma crise do espaço civil (Pardo, 1998).

Para introduzir esta coletânea, escolhemos as provocantes palavras do filósofo Jose Luis Pardo (1998)¹, originalmente publicadas em texto cujo curioso título é “Políticas de la intimidad: ensayos sobre la falta de excepciones”.

Sem querer fazer aqui uma distinção inequívoca entre privado e público, convidamos o leitor a pensar estes campos simbólicos e materiais como espaços em que se forjam masculinidades e feminilidades, em que se constroem estratégias de opressão, mas também de libertação.

Os textos que compõem esta coletânea foram produzidos para alimentar os debates durante o 6º Seminário Nacional “Homens e Masculinidades”, realizado entre 1 e 4 de setembro de 2010, tendo como tema central “práticas de intimidade e políticas públicas”.

¹ PARDO, Jose Luis – Políticas de la intimidad: Ensayo sobre la falta de excepciones. *Logos: Anales del Seminario de Metafísica*, Nº 32, 1998, p. 145-196

Como advertíamos em 1998, na obra lançada durante o 1º Seminário, ao tematizarmos homens e masculinidades, não estamos “inventando a roda”, mas, ao contrário, trilhando caminhos já abertos em outros momentos, por outros atores sociais, nos planos teóricos e políticos.

Naquele texto (Arihla, Unbehaum e Medrado, 1998)², afirmamos o princípio da equidade de direitos entre homens e mulheres, tanto no ponto de vista da “cidadania pública”, como também da “cidadania privada”. Em outras palavras, defendíamos que à maior participação das mulheres na vida pública (participação feminina no mercado de trabalho, nas organizações políticas e sindicais, usufruto por parte das mulheres de benefícios e recursos econômicos) deveria corresponder maior participação do homem na vida privada: comprometimento com a vida sexual e reprodutiva do casal, com a criação dos filhos, com a divisão das atividades domésticas.

Ao longo dos últimos 12 anos, parece que fomos progressivamente ampliando nosso foco, mantendo o questionamento da masculinidade hegemônica ou dominante (branca, heterossexual, economicamente favorecida), porém partindo da experiência de cada um para uma necessária compreensão dos processos formais de institucionalização de direitos e, conseqüentemente, de restrições a direitos (em leis, educação formal, saúde pública etc.).

Este movimento passou a integrar esforços desenvolvidos nos últimos trinta anos, quando nos confrontamos coletivamente com dúvidas, inquietações e embates sobre o campo das políticas públicas orientadas pelo olhar de gênero. Em geral, as discussões oriundas deste campo pouco problematizam os homens e as masculinidades, seja como objeto, seja como sujeito, a não ser como contraponto ao debate sobre a autonomia e o corpo das mulheres (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2005³; Lyra, 2008⁴).

Além disso, ainda são notórios os poucos recursos governamentais aportados para formular e executar políticas e programas desta natureza

² ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS: Ed. 34, 1998.

³ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. Saúde do homem: alerta e relevância. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./mar. 2005.

⁴ LYRA, Jorge. *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

(Arihla, 1998⁵; Toneli-siqueira, 2000⁶). Contudo, recentemente, o governo brasileiro definiu em âmbito nacional iniciativas que visam à formulação e implementação de políticas públicas locais voltadas aos homens, especialmente no campo da saúde. Assim, em 2008, foi instituída a Área Técnica de Saúde do Homem dentro do Ministério da Saúde e publicada, em 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Brasil, 2009)⁷.

Em linhas gerais, um dos caminhos para implementar, de modo estrutural, uma política de atenção integral aos homens na saúde é busca de maior aproximação com os campos políticos e teóricos consolidados (saúde da mulher, saúde do adolescente, atenção básica, saúde da população negra, saúde mental, saúde da população LGBT), buscando compreender os processos de socialização e a construção de valores machistas em nossa sociedade, afinal gênero se inscreve tanto em corpos como em formas institucionalizadas. A conjuntura política atual nos coloca a necessidade de desenvolvermos reflexões críticas e ações sistemáticas neste campo (Carrara; Russo; Faro, 2009⁸; Medrado; Lyra, 2008⁹; Medrado; Lyra; Azevedo; Granja; Vieira, 2009¹⁰).

As origens do movimento feminista remontam aos grupos de convivência de mulheres, voltados eminentemente à discussão de suas práticas de intimidade, tomadas em sua dimensão pública, portanto políticas. Assim, reprodução, sexualidade e violência de gênero, entre

⁵ ARILHA, Margareth. Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah (Org.). *Questões de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 455-465.

⁶ TONELI-SIQUEIRA, Maria Juracy. Saúde e Direitos Reprodutivos: o que os homens têm a ver com isso? Dossiê Relações de Gênero e Saúde Reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n.1, 2000.

⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Homem. *Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_nacional_homem.pdf Acesso em: 24/03/2010.

⁸ MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; GRANJA, Edna e VIEIRA Sirley. *Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde*. Recife: Instituto PAPAI, 2009. Disponível em: <http://www.feminismo.org.br> Acesso em: 23/03/2010.

⁹ MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades*. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 20-35, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/05.pdf> Acesso em: 24/03/2010.

¹⁰ CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane A.; FARO, Livi. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a06v19n3.pdf> Acesso em: 24/03/2010.

outros temas antes restritos ao contexto da intimidade, tornam-se pauta e objeto de políticas públicas.

Como nos adverte Maria Betânia Ávila (2000)¹¹, as “práticas feministas de autoconsciência” – inauguradas com os grupos de reflexão (modelo seminal de organização política feminista, cuja dinâmica se baseia na “publicização” da opressão vivenciada no “espaço da intimidade”) instituíram um processo de reconstrução da história da vida privada, situando o privado como político, especialmente a partir do questionamento da ordem familiar, na qual as mulheres não tinham *futuro* (pelo menos, não como os homens), como afirma a autora, mas sim *destino*. Baseando-se em Arendt (1988), Betânia argumenta que “a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação e não o espaço da privacidade ou da intimidade”.

O processo progressivo de libertação e construção da autonomia, como bem descreve Betânia, foi vivenciado, com dores e perdas, na medida em que a identidade feminina forjada nesta norma privada – que embasava a ordem pública – sustentava-se em princípios sexistas e em práticas da subordinação e opressão. Contudo, Betânia nos adverte que apesar de ser incontestável a possibilidade das mulheres alcançarem hoje a, assim chamada, “esfera pública”, isso não significa que o modelo dicotômico “homem/esfera pública” *versus* “mulher/espaço privado” esteja totalmente desfeito (Ávila, 2000).

Para nós, um movimento de afirmação estratégica e a contestação radical da dicotomia público-privado pode contribuir largamente para uma maior aproximação dos homens e das mulheres de políticas de intimidade que possam se performar (para usar uma expressão de Judith Butler), em práticas públicas mais igualitárias.

Um ponto importante de se resgatar, a partir da prática política feminista, é justamente a relação entre vida cotidiana e democracia. A radicalização do projeto democrático exige que a vida cotidiana seja tomada como uma questão fundamental da sua agenda política e da reflexão teórica de quem pensa a transformação social. A partir daí, a dicotomia entre esfera pública e esfera privada e a hierarquização da relação entre produção e reprodução podem ser questionadas e repensadas. É bom lembrar que a organização do tempo social é feita a

¹¹ ÁVILA, Maria Betânia “Feminismo e sujeito político”. Revista PROPOSTA, FASE, Ano 29, nº 84/85, Rio de Janeiro, março/agosto de 2000, p. 7-11.

partir dessa dicotomia e dessa hierarquização, as quais são baseadas na desigualdade de gênero, e são fundamentais para reprodução e acumulação do capital (Ávila, 2000, p. 9).

É com essas indagações e provocações que propusemos a organização deste livro e convidamos alguns dos participantes do 6º Seminário “Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas”, realizado em Recife, entre 1º e 04 de setembro de 2010, a alimentarem este debate com seus questionamentos, experiências e proposições críticas.

Iniciamos a coletânea com dois textos, produzidos em sua língua de origem, por um filósofo e matemático mexicano (Juan Guillermo Figueroa Perea) e uma antropóloga alemã, que residiu no Brasil, na década de 1990, e vive há vários anos, na Espanha (Verena Stolke).

No texto *abre-alas*, Juan Guillermo produz uma narrativa analítica (num bom estilo “contador de histórias”) sobre seus diálogos com/sobre o feminismo, especialmente em suas andanças pelo Brasil, apresentando-nos um conjunto de reflexões pessoais, políticas e academicamente construídas, sobre pontos de tensão, dúvidas, diálogos, desencontros e aprendizagens. Ao narrar suas “intimidades acadêmicas e políticas” – expressão usada pelo autor – a intenção parece ser mesmo a de compartilhar inquietações na busca de boas perguntas e não necessariamente propor saídas ou respostas.

Munida do mesmo espírito inquieto e provocador, Verena Stolke, nos brinda com um texto denso no qual elege a biotecnologia como tema “bom para pensar”, na medida em que nos impõe uma ruptura da dicotomia natureza-cultura, ou mais precisamente entre a liberdade pessoal e a determinação genética. O exercício proposto por Verena pode nos ajudar a compreender o estado atual do debate sobre noções convencionais de reprodução, parentesco e, especialmente, das relações de sexo/gênero.

Pensando os recentes investimentos na implementação de uma política brasileira de atenção aos homens na saúde, Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jéssica Noca enfatizam em seu texto a necessidade de uma abordagem mais complexa para a formulação, implantação e implementação de uma política de atenção integral aos homens na saúde; uma abordagem que reconheça, a partir do olhar feminista de gênero, as contradições entre processos de socialização e sociabilidade, de homens e mulheres. Para tanto, propõem uma leitura

crítica da sociedade disciplinar à sociedade de risco, afirmando o *risco-aventura* como princípio norteador para a construção de propostas mais criativas e “irônicas” no campo da atenção integral aos homens na saúde, para além da retórica epidemiológica.

Os textos subsequentes apresentam questionamentos sobre temas relativos aos campos da saúde, educação, trabalho, direitos entre outros, nos quais os homens e as masculinidades são em geral referidos a partir de uma tendência à universalização, desconsiderando-se a diversidade de experiências dos homens e a polissemia de sentidos sobre masculinidade.

No quarto capítulo, Russel Parry Scott apresenta uma leitura cuidadosa sobre arranjos domésticos em que residem os homens e a necessidade de atentarmos para esses diversos arranjos na formulação de políticas públicas, especialmente no campo da saúde reprodutiva. Parry enfatiza que os homens são plurais e que, para promoção de direitos reprodutivos de mulheres e homens e para a criação de relações de gênero mais igualitárias, é necessário abordar os homens, não somente de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas individuais, mas também de acordo com sua idade e condição residencial, ressaltando que é importante que se trabalhe a favor de políticas para homens que são “de casa” tanto quanto os “da rua”.

Romeu Gomes, Lúcia Emília Rebello e Elaine Nascimento, por sua vez, tratam dos medos sexuais dos homens (e os das mulheres também) a partir de uma leitura de gênero. Problematizam a heteronormatividade compulsória, a homofobia, a disfunção erétil e a preocupação dos homens com relação ao tamanho do pênis. Seguindo essa linha de argumento, embora não se possa afirmar que todos os homens sejam afetados por medos sexuais e que os mesmos afetem da mesma maneira aqueles que por eles são influenciados, os autores afirmam que não podemos deixar de levar em conta que muitos desses medos se relacionam à resistência por parte dos homens a uma conduta de cuidados em saúde. As dificuldades de prevenção e de adesão ao tratamento tanto do câncer prostático, como das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), incluindo a Aids, são exemplos emblemáticos para se discutir o comprometimento da sexualidade masculina por conta da influência do modelo hegemônico de masculinidade. Por fim, trazem subsídios para as Políticas de Saúde voltadas para a Sexualidade Masculina.

Focalizando a vida reprodutiva, Maria Luiza Heilborn toma como ponto de partidas as questões “Por que os homens não tomam cuidado com a

possibilidade de engravidamento da parceira quando não desejam ter filhos? Por que não existem políticas públicas que se dirijam especificamente a esta parcela da população, transmitindo conhecimentos confiáveis sobre como se prevenir dessa eventualidade?”. Para desenvolver essas questões, a autora apresenta narrativas biográficas produzidas por homens em duas pesquisas por ela coordenadas. O foco do seu argumento está em tornar o aborto visível nas histórias de vida de homens, em particular reconhecendo-os como atores nos processos de decisão. Maria Luiza enfatiza por um lado a parca participação dos homens com a anticoncepção. Contudo, a falta de controle sobre a possibilidade de ter, ou não, um filho parece ser vivenciada como uma inversão hierárquica que causa desconforto na identidade de gênero dos homens com quem dialogou em suas pesquisas.

Gary Barker trata do imperativo do trabalho para os homens para o exercício da masculinidade, diretamente relacionada às possibilidades de produção. O não cumprimento de tal exigência lança os homens em situações de vergonha, estresse, depressão e, talvez para alguns – junto com vários outros fatores – a uma participação em formas variadas de violência armada. Para desenvolver esse argumento Gary traça algumas definições da forma como define as masculinidades e as políticas de gênero.

Os três últimos capítulos constituem ricos ensaios sobre questões conceituais, éticas e estéticas sobre a interface das políticas públicas e as práticas de intimidade.

Maria Juracy Toneli indaga (e nos provoca a refletir) sobre o que significa “práticas de intimidade” ou “práticas na intimidade”. Juracy desenvolve sua questão tomando por base a noção de governamentalidade para pensar estratégias de poder exercidas sobre os corpos de homens e mulheres. Resgata o pensamento político de Foucault no tocante às novas formas que podem assumir as modalidades de luta e de resistência, tais como ele as enumera no texto *Sujeito e Poder*. Ressalta que o engajamento político deve ser situado em referência ao domínio das governamentalidades e, se não tem pretensão totalizadora/unificadora, encontra-se aberto, em sua forma e conteúdo, ao domínio do *politizável*. Juracy nos brinda ainda com outras questões: Como problematizar esses modos de sujeição que permanecem a despeito das lutas/movimentos sociais? Como problematizá-los sem cair na armadilha de sujeição às regras estatais, às demandas por novas regulações? Como incentivar novos modos de subjetivação nos quais a ética do cuidado de si reverbere coletivamente? Como problematizar as normas de gênero que

continuam funcionando com força de lei demarcando o humano/inumano?

Seguindo este exercício reflexivo, Roberto Éfrem Filho aborda o debate a respeito das possibilidades da interferência dos valores morais apreendidos na vida dos sujeitos em campos como os da construção e implementação de políticas estatais, das práticas profissionais, dos serviços públicos, entre outros. Roberto argumenta em seu texto que, no enfrentamento à ética fragmentária, a compreensão das conexões dialéticas entre o específico tomado como ponto de partida e a mutável totalidade pode contribuir para as possibilidades de avanços significativos nos processos históricos de construção da contra-hegemonia.

Maristela Moraes encerra esta coletânea com um singelo, porém audacioso, diálogo com o texto do Roberto Éfrem Filho, na interface com leituras de Judith Burtler (2010) – no que diz respeito ao tema da precariedade da vida e às provocações *queer* – e com Maria Lucia Karam (2003) – naquilo que tem a ver com as políticas sobre drogas. Relaciona, assim, tais provocações com os campos de debates sobre usos de drogas e redução de danos, em suas interfaces com as políticas públicas brasileiras e movimentos sociais, tema indispensável aos estudos e ações voltadas aos homens, às masculinidades e às relações de gênero.

Antes da leitura dos textos que se seguem, vale a pena resgatar as palavras de Pardo (1998), cujas idéias deram início a esta Introdução. Para este autor, a distinção/solidariedade entre o público e o íntimo não pode confundir-se com – nem sobrepor – a distinção “clássica” entre o público e o privado. Segundo aquele autor, quando isso acontece, o político tende a identificar-se com os abusos totalitários do poder. A “defesa da intimidade” fica, por sua vez, subsumida em uma perversa e equivocada pretensão de império do privado sobre o público.

Setembro de 2010.

SUMÁRIO

1. Algunas “intimidades académicas y políticas” en mi diálogo personal con el feminismo en Brasil	
Juan Guillermo Figueroa Perea	17
2. A propósito del sexo	
Verena Stolcke.....	33
3. Reflexões irônicas sobre gestão pública dos homens na saúde: entre a disciplina e a positividade do risco	
Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jéssica Noca	53
4. Homens, domesticidade e políticas públicas na saúde reprodutiva	
Russel Parry Scott	79
5. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios	
Romeu Gomes; Lúcia Emília Figueiredo de Sousa Rebello e Elaine Ferreira do Nascimento.....	95
6. Homens jovens e os atropelos da heterossexualidade: contracepção e aborto	
Maria Luiza Heilborn	109
7. Trabalho não é tudo, mas é quase tudo: homens, desemprego e justiça social em Políticas Públicas	
Gary Barker.....	125

8. Práticas de/na intimidade: o que queremos dizer com isso?	
Maria Juracy Filgueiras Toneli.....	139
9. (Anti) éticas e dialéticas: algumas atrevidas digressões acerca das normatividades (contra-) hegemônicas	
Roberto Efrem Filho.....	151
10. Algumas implicações da ética punitiva e da ética fragmentária para as lutas contra-hegemônicas no campo das políticas públicas sobre drogas: na trilha das provocações atrevidas de Roberto Éfrem Filho	
Maristela Moraes.....	167
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	177

1. **ALGUNAS “INTIMIDADES ACADÉMICAS Y POLÍTICAS” EN MI DIÁLOGO PERSONAL CON EL FEMINISMO EN BRASIL¹²**

Juan Guillermo Figueroa Perea¹³

El Colegio de México

Hace dos décadas me dedicaba a investigar sobre comportamientos reproductivos y salud y a pesar de que no es obvio, las mujeres eran mi población de referencia. Digo que no es obvio ahora, ya que en ese momento mi experiencia laboral había tenido contacto con la demografía y con la medicina, pero sus categorías y referencias analíticas me mostraban a dicha población como la que debía ser objeto de atención obligada y no lo cuestionaba. En ese momento presenté a la Fundación Carlos Chagas un protocolo de investigación para analizar la experiencia de mujeres esterilizadas en México, ya que contaba con evidencias de prácticas institucionales que violentaban sus derechos reproductivos. Mi preocupación estaba alimentada por la reflexión filosófica y por los derechos humanos. No conocía yo la perspectiva de género y si bien sabía del feminismo y lo admiraba, no lo había leído. Eso me llevó a ver con especial interés la aceptación de mi protocolo de investigación ya que el Programa Latinoamericano de Derechos Reproductivos (PRODIR) estaba coordinado por un grupo de académicas feministas, quienes me invitaron a un taller en Sao Paulo. Me interesó conocer el espacio de los derechos reproductivos desde la experiencia de personas de los países de América Latina que asistieron al encuentro, en ese mi primer viaje a Brasil.

¹² Versión sintética del texto “Algunas intimidades académicas sobre hombres, mujeres y políticas desde una lectura de género, en mi diálogo personal con el feminismo en Brasil”, preparado para apoyar exposición en el Seminario ‘Homens e Masculinidades: práticas de intimidades e políticas públicas’, Recife, Brasil, septiembre de 2010.

¹³ jfigue@colmex.mx

A dos décadas de distancia quiero proponer en este texto un conjunto de reflexiones personales sobre algunos puntos de tensión, dudas, diálogos, desencuentros y aprendizajes en mi intercambio con el feminismo, dándole un lugar especial a mi cercanía con Brasil. Al estar condicionado por las categorías con las que investigo y siendo el actor de mi propio relato, la interpretación del texto requiere muchos matices, pero no sé si eso le resta utilidad para el diálogo al que me invitaron. Paulo Freire alerta que "es imposible escapar de la ficción en cualquier experiencia de recordar", ya que "es posible que la propia distancia que hoy separa de (los sucesos) interfiera, alterando la manera en que se dieron" (Freire 1996, p. 28). No obstante, el mismo Paulo comenta que "la naturaleza política del acto de escribir impone compromisos éticos que (se deben) asumir y cumplir" (Freire 1996, p. 17) y este texto busca ser un ejercicio modesto al respecto.

1.1. La década de los noventa y mis diálogos al llegar a Brasil

El taller de PRODIR incluía exposición de elementos teóricos y políticos sobre género y sobre derechos reproductivos en su sentido más amplio. A pesar de que en ese momento llevaba diez años investigando sobre comportamiento reproductivo y salud no me había detenido a pensar en la población masculina como referencia, ello empezó a emerger cuando participé en estas discusiones. Me parecía "algo extrema" la lectura que se hacía de prácticas institucionales y sociales alrededor de los comportamientos reproductivos, al margen de que reconociera imposiciones sobre las mujeres, como las mismas que estaba documentando con respecto a la población esterilizada.

Estoy convencido que algunas de mis preguntas pudieron ser vistas como "fuera de lugar", ya que estaba cuestionando algo que se daba como obviamente aceptable y necesario como discurso de referencia, a saber la lectura feminista. Ahora que releo las memorias que se publicaron (Azevedo y Stolcke, 1991), creo que eran preguntas muy honestas de quien quiere entender, pero que pueden ser leídas como impertinencias si se interpretan como afirmaciones de quien no comparte la lectura feminista, lo cual no era mi caso pues ni siquiera la conocía como para tener una opinión al respecto. No puedo olvidar la despedida al final de la reunión, cuando Verena Stolcke me sugirió "leer más feminismo", lo cual le dije que lo haría –y he tratado de hacerlo-, aunque a la par le comenté que yo sugería "leer algo más que feminismo". Su cara me mostró que lo dicho no era tan inocente.

Por la pertinencia del enfoque de género para lo que yo trabajaba, me ayudé de compañeras para conocer poco a poco a diferentes autoras que escribían desde el feminismo y al año siguiente tuve la oportunidad de publicar un artículo en una revista de Salud Pública en México con algunas reflexiones sobre los derechos reproductivos de las mujeres, aunque sin usar tanto un término que todavía no acababa de entender (Figueroa 1991). Traté de documentar algunas tensiones que vivían las mujeres con los personajes de las instituciones de salud, por la lógica de urgencia demográfica para reducir tasas de crecimiento poblacional. En ese momento coordinaba un área de investigación en el Ministerio de Salud en México. Lo menciono porque esa fue la filiación institucional que incluí en la publicación de 1991, en especial como un requisito solicitado por esta instancia académica. Grande fue mi sorpresa cuando a partir de ello diferentes colegas feministas me buscaron y su argumento recurrente era que les llamaba la atención que eso lo escribiera una persona desde una institución de gobierno, pero además “siendo hombre”. Estas compañeras y algunas más me identificaron como “compañero de causa”, lo que me llevó a iniciar un proceso muy productivo de interacción con el “feminismo real”.

No estaba seguro de entender con certeza el pensamiento feminista, ya que si bien había leído algo más al respecto, lo hacía de manera poco sistemática. En ese momento recibí una invitación muy interesante de una colega académica de la institución en la que ahora trabajo, El Colegio de México, quien me pedía que presentara un trabajo en un congreso demográfico sobre salud infantil y autonomía de las mujeres, lo cual era un tema cercano a lo que seguía investigando. Su invitación incluyó un matiz muy interesante, que en ese momento me resultó complejo, por no entenderlo. Ella comentaba que quería que hablara “como hombre”, que no me limitara a repetir autoras feministas, sino que les compartiera mis reflexiones sobre el tema pero “desde la experiencia de mi ser hombre”.

En ese momento yo no investigaba a la población masculina por lo que mi primera reacción fue no aceptar la invitación, pero más que decirlo, decidí pedirle a la coautora de mis hijos, que me ayudara a entender como qué me estaban preguntando y de qué querían que hablara. Es decir, que me dijeran ella y otras dos compañeras (una de ellas brasileña) cuáles eran las preguntas que las mujeres se estaban haciendo de los hombres, como para que yo pudiera ver si tenía algo que decir al respecto. Iniciamos un diálogo muy interesante académica y personalmente, del cual se derivaron algunas categorías, como la de la soledad en la paternidad (Figueroa, Aguilar, López y Di Giacomo, 1993).

Surgieron preguntas compartidas por estas tres mujeres, que desde mi “experiencia como hombre” yo no reconocía como un tema de conversación entre hombres, pero a la vez había preguntas sobre las que podía reflexionar sin problema desde lo que conocía de dicha población. No obstante, emergieron interrogantes sobre las que decidí guardar silencio, ya que sentía que no sabría qué hacer de dar a conocer mis respuestas. Con el tiempo he llegado a sugerir como tema de investigación dentro de los denominados estudios sobre las formas de ser hombre, el de “los silencios masculinos” (Figueroa, 2004).

Cuando hicimos la presentación, nombrando de alguna manera a los hombres en su relación con las mujeres, a partir de preguntas de ellas mismas, me llevé la sorpresa de que otra académica del mismo Colegio de México (brasileña por cierto), me invitó a participar en un seminario pero hablando sobre comportamientos reproductivos de los hombres. Cuando le comenté que eso sí me rebasaba, ya que podía hablar de las mujeres “desde mi ser hombre”, como en el trabajo aludido previamente, pero no de una población que a pesar de pertenecer a la misma “no era mi objeto de estudio”, su respuesta fue muy interesante. Ella decía que “si entendía la perspectiva de género en su dimensión relacional, podría hablar de los hombres, incluso sin haber entrevistado a ninguno, simplemente releendo tantas entrevistas que conocía de mujeres a propósito de sus comportamientos reproductivos”.

A diferencia de la invitación previa, en este caso -1994- traté de no aceptarla recomendando a otros compañeros que sabía que estaban trabajando con dicha población, pero esta querida compañera insistía en que “quería escucharme a mí hablando al respecto”. Ante la generosa insistencia de una “socióloga brasileña” (¡calificativo usado con admiración!) no pude más que aceptar, pero recurrí a una estrategia similar, pues invité a un compañero que trabajaba con grupos de hombres. Mi intención era tener un interlocutor como contención de mis reflexiones, con el fin de contextualizarlas y matizarlas. Logramos salir del compromiso, pero a la vez decidí no entregar el texto para publicación, pues no tenía ninguna certeza sobre la relevancia de lo que habíamos sistematizado.

No obstante, la “conciencia feminista brasileña” emergió nuevamente y una colega de Unicamp que supo de dicho texto me invitó a Atibaia en 1995 con el fin de coordinar un grupo de discusión sobre “homens y saúde reprodutiva”, dentro de un congreso latinoamericano sobre ciencias sociales y medicina. Me pedía que entregara un texto para estimular la discusión en el grupo; mi temeridad masculina me llevó a

enviar un capítulo del texto escrito unos meses antes y confiar en que un grupo de discusión podría ser un buen foro para ponerlo a prueba e identificar los matices necesarios, en especial con la vitalidad discursiva que conocía del entorno brasileño. No me equivoqué, pero me sobrepasó lo que me encontré en Atibaia (Figueroa y Liendro, 1995).

Para contextualizarlo, señalo que estos congresos funcionan con grupos de trabajo alrededor de un tema. A la hora del congreso hubo tal respuesta al tema de los hombres en los ámbitos de salud reproductiva, que se abrió un nuevo grupo para intentar una nueva reflexión colectiva al respecto. La coordinadora del congreso me solicitó coordinarlo también y a pesar de que con eso perdía la oportunidad de acercarme a otro grupo sobre ética (de interés desde mi formación filosófica), comencé a identificar aspectos interesantes, confrontadores y estimulantes sobre dicha población. A la par, emergían estrategias para reinterpretar lo que conocía de los comportamientos reproductivos de las mujeres, en especial si era cierto lo que iba entendiendo de la perspectiva de género.

En este grupo de trabajo descubrí en muchas personas la necesidad de hablar de sí mismos y de sí mismas, lo que a su vez llevó a una discusión de qué tan académico era esa revisión de la intimidad y más aún cuando algunas personas identificaban “lo masculino” como problemático y por ende, proponían concluir con propuestas de intervención más estrictas. Encontré a quienes les preocupaba estar en un grupo “demasiado íntimo”, como si fuera sesión de terapia, mientras que a otras eso les generaba su gran atractivo, ya que les acercaba enormemente el objeto de la reflexión. Tanto fue así que una buena parte de los participantes en el primer grupo se quedaron al segundo, pues identificaron un espacio que al parecer “no querían soltar tan fácilmente”.

Este fue un momento muy significativo en mi historia personal, pues me mostró de manera contundente la necesidad sentida de hombres y mujeres de hablar y de ser escuchados alrededor de este nuevo sujeto de atención en la salud reproductiva, pidiéndole cuentas pero a la vez tratando de entender sus formas de presencia en los espacios reproductivos. Antes de emitir juicios se sugería documentar contextos y en el camino surgieron inmediatamente dos nuevas invitaciones desde “la combativa trinchera brasileña”: una para escribir un documento conceptual para *Cadernos de Saude Pública*, a propósito de cómo imaginar a los hombres en los espacios de la salud reproductiva y otra para acompañar las actividades de la Fundación MacArthur (bajo la dirección de la ex coordinadora de PRODIR), hablando de necesidades

de investigación sobre dicha población, pero además con la petición de presentar reflexiones en la Conferencia Mundial de la Mujer, por celebrarse en China en septiembre de 1995.

Fue toda una aventura no soltar este hilo de reflexión y de visita a “ciertas intimidades”, cuando además insisto en que no era mi población de estudio, como sí lo era la de las mujeres, a quienes ahora trataba de reconocer y redescubrir desde la perspectiva de género. Sin embargo, creo que mi aproximación poco ortodoxa a la misma, combinada con mi práctica filosófica de cuestionar obviedades, seguía generando que hiciera preguntas que a veces no parecían “tan oportunas”. Una de estas surgió cuando antes de viajar a China me reuní con investigadoras y activistas con quienes compartí el proyecto IRRRAG en México, con la intención de afinar conclusiones del proyecto, ya que se haría una presentación de las experiencias de los siete países involucrados en el estudio como parte del Foro de Organizaciones no Gubernamentales a celebrarse en la ciudad de Huairou, China.

Uno de los principales hallazgos del estudio fue que muchas mujeres se asumen titulares de derechos a partir de la autopercepción y toma de conciencia de situaciones injustas, violentas y discriminatorias por las que han pasado, pero además después de descubrirse acompañadas por otras mujeres (Petchesky y Judd 1998). Por lo mismo, les propuse a mis compañeras de proyecto la posibilidad de indagar con los hombres qué situaciones identificaban como discriminadoras, injustas o violentas en el espacio de su reproducción. Debo decir que no había pensado demasiado al respecto, como creo hacerlo ahora, pero acababa de terminar un texto académico de cómo habían cambiado los temas de interés en la investigación demográfica sobre comportamientos reproductivos, a partir de incorporar la perspectiva de género y me había quedado claro que las tres dimensiones emergentes eran la noción de derechos, la sexualidad como entorno de la reproducción y la referencia cada vez más explícita a los hombres como actores del proceso en cuestión (Figueroa 1999).

La respuesta mayoritaria de las compañeras fue que eso no era su objeto de interés pues además le veían el riesgo de extrapolar artificialmente las conclusiones de un estudio de investigación y de acción a favor de las mujeres. A pesar de la respuesta, me quedé dándole vueltas a esta pregunta formulada por mero ejercicio de lógica formal y debo decir que no tengo claridad de que identificara alguna propuesta política que la respaldara, aunque me animo a reconocer una preocupación por los derechos humanos y por cuidados éticos en los arreglos sociales en lo

general (Figuroa 1996). En el Foro de Huairou China participé en varias mesas redondas sobre temas relacionados con la población masculina, teniendo como constante el tema de la titularidad de los derechos. De diferentes formas me fue quedando claro la dimensión relacional, aunque a la vez me enfrentaba a diálogos que proponían acciones afirmativas múltiples para acompañar a las mujeres, dejando poco claro el lugar que tenía el trabajo con hombres, abordando sus necesidades (Figuroa 1995).

Reconozco que no me quedaba claro cómo pensar los derechos de los hombres y por ello, a los pocos meses que participé en un congreso internacional sobre fecundidad masculina con demógrafos y antropólogos elaboré una reflexión ética sobre los derechos reproductivos desde lo que denominaba la solución democrática de conflictos en el espacio de la reproducción (Figuroa 1998a), pero a la par preparé la reflexión sobre hombres y salud reproductiva que me habían pedido en Brasil, distinguiendo dos posibles referencias a los hombres (Figuroa 1998b). La primera los consideraba como observadores de los procesos reproductivos de las mujeres, en el mejor de los casos siendo solidarios y apoyadores de los espacios destinados a las mismas. No obstante, me parecía que algo quedaba fuera, así es que mi lectura relacional de la perspectiva de género me llevó a sugerir como segunda lectura el imaginar, estudiar y nombrar a los hombres como seres que se reproducen en su relación con las mujeres y consigo mismo. Recuperaba la negociación de conflictos con el fin de renombrar y reclasificar los eventos reproductivos, precisamente el objeto de estudio de las dos disciplinas con las que institucionalmente había tenido más intercambio, la demografía y la medicina. En ambas la sexualidad ocupaba un lugar marginal y mi lectura de las obviedades, me decía que era reduccionista el acercamiento a la reproducción, ya que no nombrar el entorno de la sexualidad era negar las relaciones de poder y para mí esa es una clave de la perspectiva de género que estaba recuperando.

Al poco tiempo se negoció la continuación del proyecto IRRRAG pero ahora trabajando con hombres, lo cual me pareció muy atractivo. Cuando me invitaron a participar y hasta a coordinar un componente del proyecto, les dije a varias compañeras que me agradaba la idea de incursionar en el tema de los derechos reproductivos de los hombres. La respuesta que me encontré fue que ese no era el sentido de la búsqueda, sino tratar de entender cómo participaban los hombres en las decisiones reproductivas de las mujeres, más que indagar los comportamientos reproductivos de los hombres en sí mismos y menos aún la dimensión de

sus derechos en dichos espacios. No acepté la invitación pues sentía la urgencia de acercarnos más a los hombres como seres que se reproducen y no solamente como quienes acompañan la reproducción de sus parejas; este posicionamiento personal empezaba a generar comentarios críticos de amigas, como si investigar a los hombres fuera obligadamente una postura contraria a su agenda.

Con los compañeros de un Colectivo de Hombres por Relaciones Igualitarias en México comenzamos a organizar jornadas sobre paternidad, con el fin de visitar y dialogar sobre las consecuencias negativas que tenía en las experiencias reproductivas de los hombres, el no cuestionar los modelos de masculinidad (Figueroa 2001a). En espacios académicos de varios países latinoamericanos comencé a construir propuestas para estudiar los comportamientos reproductivos de la población masculina, a partir de un diálogo crítico con la demografía y con la medicina. A la par, empecé a dar clases sobre “comportamientos sexuales y reproductivos de los hombres” y sobre “introducción a los estudios de masculinidad y creo que mi aproximación al género de manera autodidacta, intuitiva y alimentada por investigación empírica y filosófica generaba que algunas lecturas no coincidieran con la formalidad teórica esperada. Lo curioso es que a mis interlocutoras les interesaban mis propuestas, pero a la vez sentían que no eran tan ortodoxas, por lo que siempre mostraban sus reservas.

Algo que les llamaba la atención a diferentes alumnas, pero que a la vez era motivo de críticas en algunos momentos, era que yo hablaba de lo personal y de espacios de intimidad, lo que llevaba en especial a algunas mujeres a nombrarlo como algo atractivo, así como a algunos hombres a reconocerlo como invitación y legitimación para hablar de sí mismos. No creo haber tenido una intencionalidad racionalmente construida, sino que los temas que trabajaba me motivaban a combinar lo teórico con lo político y con lo personal, además de que así habían sido las primeras lecturas “de mi ser hombre”.

1.2. Al final del segundo milenio descubriendo grupos de hombres en Brasil

En ese contexto fui invitado nuevamente a Brasil en 1998 para participar en Sao Paulo en el seminario “Homens: sexualidad y reproducción”, con la amabilidad de considerarme para la sesión inaugural en un diálogo con una querida antropóloga feminista colombiana. Propuse algunas reflexiones que denominé éticas y políticas, tratando de explicitar desde

dónde estaba hablando al investigar sobre reproducción y sexualidad de los hombres. Ello generó interesantes diálogos con colegas de Papai, de Promundo y con varias queridas feministas brasileñas, quienes desde la inauguración misma del seminario se cuestionaban el tener que trabajar con hombres, aunque reconocían que “si ellas no lo hacían, ellos no hablarían”. Agradecí el empuje que le dieron a estas reflexiones y me dio gusto que el año siguiente, recibiera una nueva invitación de feministas europeas con el fin de participar en un foro de Organizaciones no Gubernamentales en el marco de Cairo + 5 y por otra parte en una reunión de preparación para Beijing + 5. Ambos eventos tuvieron lugar en 1999, en La Haya y en Beirut, respectivamente.

En este caso las reacciones fueron contrastantes, en especial en el primer evento, en el cual me invitaron a hablar de derechos reproductivos y hombres, mientras que en el segundo la invitación estaba centrada en salud reproductiva y hombres. En ambos casos mostré las variantes de pensar los comportamientos reproductivos calificados por dos categorías analíticas y políticas con historias muy diferentes, como lo son la salud – más cercana a la medicina institucional- y los derechos –más asociados a movimientos de reivindicación social-. Mi apuesta era una visión relacional de los derechos que incluyera a mujeres y a hombres como titulares de dichas garantías y por ende, como actores que requerían negociar espacios y necesidades, a la par que reconocían los de las personas con quienes interactuaban al ejercerlos. Yo insistía en la necesidad de nombrar también las experiencias reproductivas de los hombres y revisar “la feminización del estudio y de la práctica de la reproducción”.

Al terminar mi exposición en el primer encuentro se acercaron dos queridas feministas, una brasileña y otra de la India. La primera me dijo amablemente “si hay hombres que piensan como tú, ya puedo jubilarme como feminista, pues ha valido la pena el camino andado”. La compañera de la India afirmó que me sentía más maduro que cuando me escuchó por primera vez en China, pues ahora “creía entender de qué estaba yo hablando y que le agradaba”. No obstante, mi agrado no se pudo recrear demasiado en sí mismo, ya que alguien más me cuestionó “usar los espacios de las mujeres (a pesar de que era Cairo +5) para distraer la atención con demandas de reivindicación para los hombres”. Es decir, terminé el segundo milenio con poca claridad sobre el alcance y la legitimidad de un tema que ya era parte de mi agenda intelectual, política y personal.

Por ello me propuse profundizar en el concepto de derechos reproductivos a partir de una revisión cuidadosa de su surgimiento dentro del movimiento feminista. Ello me llevó a identificar la ciudadanía y conciencia de cuerpo como ejes analíticos y políticos centrales en dicho concepto y por ende empecé a reconstruir mi lectura de los derechos reproductivos pensados para la población masculina. (Figuroa 2000a) Al sistematizar una nueva lectura con estos referentes y presentarla en un coloquio de estudios de género, me encontré con la resistencia de compañeras ante la posibilidad de asignarle esta categoría a los hombres, mientras no se contestara a la pregunta de qué hacer con los conflictos de derechos. Recuerdo haber contestado que eran dos niveles de reflexión diferentes y que dichos conflictos tampoco se resolvían negándole la titularidad de dichos derechos a uno de los actores en cuestión. Seguí reflexionando al respecto pero a la par hice un primer recuento de lo que llamaba encuentros y desencuentros con el feminismo. Esta reflexión encontró un espacio para ser publicada en la revista *Estudios Feministas en Florianópolis* (Figuroa 2000b).

Dos años después regresé nuevamente a Brasilia, con el fin de participar en un congreso internacional de bioética para hablar de derechos reproductivos en la experiencia de los hombres; es el único texto que me han publicado en portugués y en el mismo exploré la posibilidad de hablar de derechos humanos en la reproducción, con el fin de evitar discusiones innecesarias con quienes construyeron la categoría de derechos reproductivos, pero a la par con la idea de evitar incluso lecturas reduccionistas de dichos derechos, como me parecían algunas lecturas feministas centradas en el embarazo y el parto (Figuroa 2003). Me estimulaba una categoría que aprendí con la filosofía y a la que he acudido constantemente, como lo son “las condiciones de posibilidad” para tomar decisiones; por lo mismo, busqué una aproximación ética más afín a este contexto y creí encontrarla con una perspectiva de género que evitara lecturas maniqueas de los actores de la reproducción.

En ese contexto recibí nuevamente una generosa invitación de colegas de Papai en Recife para participar en 2003 en otro seminario sobre hombres, reproducción y sexualidad, participando en la sesión inaugural en un diálogo con una querida feminista brasileña, a quien había yo leído por su interesante propuesta de construir la universalidad de los derechos en lugar de suponerla, pero a quien no conocía yo personalmente (Ávila 1999). Después de las experiencias anteriores con mis lecturas poco ortodoxas de las categorías feministas decidí elaborar un texto a base de preguntas sobre temas en los estudios sobre los hombres, así como

actores, prioridades, lenguajes, presencia de las mujeres, uso de la categoría masculinidad e incluso análisis de tipo deductivo o inductivo (Figueroa 2004).

Con la buena experiencia del ejercicio anterior en mente, recibí una invitación para un seminario a celebrarse a principios del 2004 en un instituto de estudios latinoamericanos en Londres ILAS, donde se llevaría a cabo un seminario sobre género y derechos. Me propuse hacer otro tipo de reflexión, más filosófica quizás que todas las anteriores. Esta consistía en sistematizar las principales críticas que conocía al discurso de derechos reproductivos de los hombres y más que defenderme, mi interés era establecer un diálogo constructivo con las mismas, identificando la manera en que podrían retomarse para definir ejes analíticos más claros y contextualizados en el estudio de los hombres en general, pero además en la reflexión sobre el trinomio “derechos, reproducción y hombres”, el cual volví a separar para una discusión menos prejuiciada (Figueroa, 2001b; 2005).

La experiencia de discusión fue interesante pero a la hora de planear la publicación se me informó que no considerarían mi trabajo ya que el seminario era sobre “género y derecho” y “yo había optado por hablar de los hombres”. Sin tomarlo como algo personal una parte de estas reflexiones las discutí en Mombai India en el 2005 y ahí me reencontré con un querido colega de origen norteamericano pero “brasileño” por opción laboral y afectiva. Él trabajó muchos años en Río de Janeiro y al año siguiente hablamos de la posibilidad de compartir un proyecto internacional sobre “políticas públicas, hombres y equidad de género” (MGEPP) junto con colegas de otros países. Yo creía tener claro que más que apostarle al cambio de actitudes, de discursos y de referentes simbólicos a partir de la mera influencia de las políticas públicas, era necesario revisarlas en su interacción con ejercicios de ciudadanía, ya que así podrían identificarse las condiciones de posibilidad para cambios en los acuerdos de género. Para esto era necesario hacer evidente lo que mujeres y hombres pierden con los aprendizajes de género a los que estamos expuestos, pero a la vez la responsabilidad que cada quien tiene en los procesos de transformación de la cotidianidad, a partir del poder al que se tiene acceso.

1.3. La “apasionante impertinencia feminista” de mujeres y hombres brasileños

La pregunta que hacía en ese momento y que compartí con las personas asistentes a nuestra primera reunión de planeación del proyecto MGEPP, en el 2007 en la ciudad de Río de Janeiro (efectivamente, “¿de nuevo en Brasil!”) fue si lo que requeríamos era crear políticas públicas para construir la equidad de género o bien decodificar acuerdos sociales de género vigentes, evidenciando sus consecuencias negativas para diferentes actores sociales y desde ahí alimentar ejercicios de conciencia colectiva y de “concienciación”, como diría el querido Paulo Freire (Figueroa 2001c).

Empezamos a trabajarlo con colegas de 4 continentes y en eso estábamos cuando entrañables compañeros y cómplices de Papai en Recife me invitaron nuevamente en 2008 a un seminario con el fin de reflexionar una vez más sobre derechos reproductivos de los hombres desde una perspectiva renovada de la ética, la política y el estudio sobre políticas públicas, pero además estaban por publicar en Estudios Feministas un interesante diálogo con mis preguntas del 2003 (Medrado y Lyra, 2008).

Fue un aliciente leer el texto de Benedito y de Jorge ya que sugieren construir una matriz feminista de género para los estudios sobre los hombres y amablemente consideran que las preguntas que propuse en nuestro encuentro del 2003 podrían ayudar a alimentarla. De paso se preguntan si la perspectiva de género ayudaría a revisar lecturas autodenominadas feministas, pero que puede que no asuman tan claramente dicha aproximación teórica y política. En el caso de reflexiones que he compartido con mujeres feministas a propósito de lo que estamos investigando sobre los hombres he encontrado de manera recurrente que no queda clara cuál es la agenda política detrás de nuestro trabajo, además de afirmar que abordamos de manera algo superficial el tema del poder, lo que desde su percepción genera que “no toquemos fondo” en las raíces de lo que investigamos y en nuestros posicionamientos, por no recuperar la perspectiva de género. La pregunta que me hacía al leer su texto era qué pasaría si así fuera y si encontraríamos aproximaciones de trabajo con mujeres que padecen de la misma debilidad que se le reconoce a diferentes estudios y trabajos con población masculina.

Cuando llegué a Recife me encontré con otra experiencia por demás interesante; una compañera socióloga colombiana, quien estudiaba en

Brasil, me comentó que quería entrevistarme pues tenía un proyecto para analizar a hombres violentos y a hombres feministas. Como no me conocía pensó que era broma cuando le contesté que en qué grupo me ubicaba, ya que yo no me identificaba con ninguna de las dos categorías y me preocupaba que no hubiera otras opciones. Conversamos ampliamente y su forma de preguntar me llevó a hablar de mí un poco más allá de mis categorías, para hacerlo desde sus preguntas. Estas aludían a mi formación académica, a mi historia personal y a lo que ella identificaba (seguramente como hipótesis y no puedo negar mi lectura académica de su entrevista) como raíces de mi acercamiento al estudio de los hombres. Incluso, me preguntó por “algún momento de ruptura”.

A pesar de mi entrenamiento para las entrevistas, de mi práctica de hablar de mí y de mis resistencias al hecho de ser entrevistado como personaje de algún tema, descubrí facetas importantes en esta conversación. Entre ellas mi aparente sensibilidad respecto a causas de justicia social, como clasifico y considero al feminismo, pero análogamente a muchos trabajos sobre los hombres, los pobres, los indígenas, los homosexuales y otros grupos marginados en diferentes contextos.

Esto me remite a un tema que he discutido con colegas feministas, al tratar de reconstruir una cierta conciencia de titularidad de derechos en mujeres y luego intentando algunas analogías con la población masculina. Me refiero a los malestares, ya que así como los diferentes grupos de IRRRAG los reconocieron como detonadores de los procesos de empoderamiento ciudadano de muchas mujeres, me sigue inquietando entender qué experiencias podrían detonar una práctica relacional de ciudadanía en los hombres. Es decir, más allá de un malestar que podría incluso deberse a la sensación de pérdida de poder, por la mayor conciencia de ciudadanía de muchas mujeres, también existen aquéllos que pudieran reconocer la rigidez de los modelos de especialización de género y las pérdidas que les generan tanto a las mujeres como a los mismos hombres (Tena y Jiménez, 2003). No obstante, encuentro resistencias diversas a la propuesta de construcción de derechos de los hombres, como si lo social y lo individual tuvieran fronteras tan evidentes.

He buscado formas de superar estas lecturas maniqueas y platicando con una querida demógrafa brasileña, ella me comentaba que un entrevistado se sintió tan cuestionado en una entrevista que la interrumpió diciéndole “yo no tengo la culpa de ser hombre”; más que culpa necesitamos

estrategias para asumir responsabilidades sobre nuestros aprendizajes de género como hombres.

En esta vertiente el mismo 2008 fue el escenario para un III Congreso Internacional sobre Masculinidad, el cual tuvo lugar en Medellín Colombia. En ese encuentro, además de difundir el proyecto sobre políticas públicas y equidad de género, presenté un par de reflexiones alrededor de la violencia que los hombres ejercen sobre sí mismos (grupal e individualmente) y exploré la categoría de masculinidades enajenadas, como analogía a la categoría marxista, al reconocer que en la medida en que los trabajadores no son propietarios de los medios de producción, alguien más se apropia de la plusvalía de su trabajo (Figuroa, 2008). La pregunta que propuse y que retomé en Río de Janeiro en el 2009 al compartir el Foro Global sobre Niños y hombres por la equidad de género (Figuroa 2009), fue ¿cómo avanzar en el proceso de que los hombres se apropien de los medios de producción de su identidad de género y más aún, cómo decodificar nuestras especializaciones de género, sin obsesionarnos en crear “otro tipo de masculinidad”, sino de flexibilizar gradual y sistemáticamente, los compartimentos que nos han ido definiendo a las personas, en función de especializaciones de género?

Llevo algunos años dialogando formal e informalmente con el movimiento feminista, pidiéndoles a compañeras que comenten textos sobre los hombres y que analicen estrategias de trabajo con dicha población, pero además haciéndoles comentarios sobre mi percepción del feminismo y mi reinterpretación de algunas de sus categorías y estrategias. Ha sido más sencillo lo primero que lo segundo, pero no desespere ni pretendo interpretarlo de más. Me pregunto, como tanta gente lo ha hecho, si en realidad promovemos diálogos o si seguimos con monólogos en nuestros discursos. ¿Cómo dar el paso para nombrarnos desde el otro o para “vernos desde afuera”, al menos hipotéticamente?

Tengo la hipótesis que alimentar la definición como sujetos situados desde el género de quienes investigamos o definimos intervenciones con la población masculina, seguramente puede ayudar a identificar puntos de enlace, aclarar desencuentros y servir de conciencia mutua con compañeras y cómplices feministas, como tantas personas a quienes he podido conocer en Brasil en las dos décadas que he estado viajando a este país. Por lo menos, esa fue la intención del presente texto y no quisiera sintetizar ni interpretar lo que me parece relevante; mejor

propongo platicarlo a partir de lo que les haya generado sentido a posibles lectores del mismo.

Referências

AVILA, María Betania (1999) “Feminismo y ciudadanía: La producción de nuevos derechos”, en Lucila Scavone (coordinadora), *Género y salud reproductiva en América Latina*, Cartago, Libro Universitario Regional, Costa Rica, pp. 57-83.

AZEREDO, Sandra y STOLCKE, Verena (editoras) (1991) *Direitos Reprodutivos*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil.

FIGUEROA, Juan Guillermo (1991) "Comportamiento reproductivo y salud: reflexiones a partir de la prestación de servicios.", *Revista de Salud Pública en México*. Vol.33, No.6, pp. 590-601.

_____ (1995) "La presencia de los varones en el Foro de Organizaciones No Gubernamentales sobre la Mujer: una reflexión", *Revista Este País*, Folios de Este País, diciembre , pp. 18-20.

_____ (1996) “Un apunte sobre ética y derechos reproductivos” en *Salud reproductiva: Nuevos desafíos*, Universidad Peruana Cayetano Heredia, Lima, Perú, pp. 209-218.

_____ (1998a) “Algunas reflexiones sobre los varones y los derechos reproductivos”, en Susana Lerner (editora), *Sexualidad, reproducción y varones*. El Colegio de México, Sociedad Mexicana de Demografía, México, pp. 431-436

_____ (1998b) "Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva, en *Cadernos en Saude Pública*, Brasil. Vol. 14, Supl. 1, pp.87-96.

_____ (1999) "Fecundidad, anticoncepción y derechos reproductivos", en Brígida García (coordinadora) *Mujer, género y población en México*. Sociedad Mexicana de Demografía y El Colegio de México. México, pp. 61-101.

_____ (2000a) “Algunas propuestas analíticas para la delimitación del concepto de derechos reproductivos en la experiencia de los varones”, *Revista de Estudios de Género La Ventana*, Universidad de Guadalajara, México, número 12, pp. 43-72.

_____ (2000b) “Derechos reproductivos y feminismo en la experiencia de los varones”, *Revista de Estudios Feministas*, Año 6, No. 1, Florianópolis, Brasil, 2000. Pp. 131-144.

_____ (2001a) “La soledad en la paternidad”, *Fem, publicación feminista mensual*. México, Año 25, No. 218, pp. 15-19 y 48.

_____ (2001b) “Varones, reproducción y derechos: ¿podemos combinar estos términos?” *Revista DESACATOS*, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México, No. 6, pp. 149-164.

_____ (2001c) “Los procesos educativos como recurso para cuestionar modelos hegemónicos masculinos”, revista *Diálogo y Debate de Cultura Política*. Centro de Estudios para la Reforma del Estado. México, D.F., Núm. 15-16, pp. 7-32.

_____ (2003) “O exercício da cidadania e a consciencia corporal. Condições para a construção dos directos reprodutivos masculinos”, en Volnei Garrafa y Leo Pessini (Editores) *Bioética: Poder e injusticia*. Centro Universitario Sao Camilo, Ediciones Loyola e Sociedade Brasileira de Bioética. Sao Paulo, Brasil, pp. 365-378.

_____ (2004) “La representación social de los varones en estudios sobre masculinidad y reproducción: un muestrario de reflexiones”, en Benedito Medrado, Mónica Franch, Jorge Lyra y Maira Brito (coordinadores) *HOMENS: Tempos, práticas e vozes*, Instituto Papai, Recife Brasil, 2004, pp. 22-34.

_____ (2005) “Algunos dilemas éticos y políticos al tratar de definir los derechos reproductivos en la experiencia de los varones”, en *Perspectivas bioéticas*, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Vol. 10, Núm. 18, pp. 53-75.

_____ (2008) “Un apunte sobre varones y masculinidades enajenadas”, presentado en III Coloquio Internacional de estudios sobre Varones y Masculinidades Medellín, Colombia. 3-5 de diciembre, (mimeo).

_____ (2009) “Masculinidades y globalización: entre militares y futbolistas”, presentado en Simposio Global “Hombres y niños en la Equidad de género”, Río de Janeiro, 30 de marzo a 3 de abril.

_____ y Eduardo Liendo (1995) “La presencia del varón en la salud reproductiva” en Ellen Hardy et al. (editores) *Ciencias sociales y medicina: Perspectivas latinoamericanas*, Universidad de Campinas, Brasil, pp. 193-226.

_____, Blanca Aguilar, María Blanca López y Tania Di Giacomo (1993) “Autonomía de la madre y salud del hijo: reflexiones sobre la experiencia latinoamericana”, IISUNAM-INEGI *IV Conferencia Latinoamericana de Población*, Vol. II. México, pp. 665-681.

FREIRE, Paulo (1996) *Cartas a Cristina. Reflexiones sobre mi vida y mi trabajo*. Siglo Veintiuno Editores. México.

MEDRADO, Benedito y LYRA, Jorge (2008) “Por uma matriz feminista para os estudos sobre homens e masculinidades”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, Brasil, pp. 809-840.

PETCHESKY, Rosalynd y JUDD, Karen (1998) *Negotiating Reproductive Rights: Women's Perspectives Across Countries and Cultures*, Zed Books, London.

TENA, Olivia y JIMÉNEZ, Lucero (2003) “Algunos malestares reproductivos en la experiencia de los varones: ¿podemos ir delimitando sus derechos reproductivos?”, VII Reunión de Investigación Demográfica en México. Sociedad Mexicana de Demografía. Guadalajara Jalisco (mimeo).

2. A PROPÓSITO DEL SEXO ¹⁴

Verena Stolcke ¹⁵
Universitat Autònoma de Barcelona

“(Pero) el *homo sapiens* ha superado las limitaciones de su origen...Ahora posee la facultad de dirigir su propia evolución. La Naturaleza ha superado en él las duras regularidades de los fenómenos físicos. El *homo sapiens*, la criatura de la Naturaleza, la ha trascendido. De haber sido un producto de las circunstancias se ha elevado a la responsabilidad. Al fin es Hombre. Que se comporte como tal” (Handler, 1970).

“La ciencia natural no describe y explica solamente a la naturaleza; forma parte de una interacción entre la naturaleza y nosotros mismos...lo que observamos no es la propia naturaleza sino la naturaleza sometida a nuestro método de interrogación.” (Werner Heisenberg).

“Tal vez la sección mas famosa de la Capilla Sistina sea la que es llamada *La Creación del Hombre*, donde Dios y Adán flotan por entre las nubes con los brazos estirados, las puntas de sus dedos índice apenas tocándose. Cuando se está parado en Roma debajo de este techo el ojo es inexorablemente atraído por ese punto de contacto, aquellos pocos centímetros de argamasa y pintura que constituye la ilustración de Miguel Ángel del misterio mas perdurable de la humanidad: la transmisión de la chispa de la vida.” (Mario, 1997:1)

2.1. Qué es el sexo?

Es bastante evidente que vivimos en un mundo de acelerados cambios en nuestros modos de pensar y de experimentar con el sexo y con

¹⁴ Publicado originalmente en la revista *Política y Sociedad*, 46 (1-2) 2009, p. 43-55.

¹⁵ verena.stolcke@uab.es

nuestras sexualidades. En cambio, el alcance radical que tienen las transformaciones biológicas del sexo que nos está brindando la investigación biotecnológica de punta y sus derivaciones socio-culturales son apenas reconocidos.

Como podemos leer en cualquier manual de biología evolutiva, a nivel estrictamente biológico, el sexo es un proceso mediante el cual los humanos, al igual que cualquier otra especie animal y vegetal evolucionada, se reproducen. La reproducción sexual combina células especializadas llamadas gametos engendrando una descendencia que hereda características de sus dos genitores. Los gametos pueden ser idénticos en forma y función pero en muchos casos se ha desarrollado una asimetría de tal modo que existan dos tipos de gametos: gametos masculinos suelen ser pequeños y están programados para transportar su información genética de modo óptimo, mientras que los gametos femeninos son grandes y transportan los nutrientes necesarios para el desarrollo del organismo de la cría (Wikipedia, 2008). Mas que objetiva, esta descripción es una metáfora de la sociedad misma pues, como ha mostrado Martin el sentido común socio-cultural incide en la forma en que biólogos suelen describir el *mundo natural* (Martin, 1991). Cabe destacar por lo demás que los humanos tampoco somos excepcionales con respecto a la función del sexo en la medida en que con nuestra propensión hedonista nos encontramos en la interesante compañía de los bonobos y los delfines, que se han hecho célebres por practicar el sexo heterosexual y homosexual independiente de si las hembras estén en celo, es decir, puedan procrear.

La función propiamente reproductiva constituye así tan sólo una de las facetas de la *naturaleza* del sexo. Gayle Rubin ya lo señalaba en su crítica pionera de las certidumbres heterosexuales de aquellos epígonos del pensamiento occidental Friedrich Engels, Claude Lévi-Strauss y Sigmund Freud: “Las necesidades sexuales y reproductivas deben ser satisfechas tanto como la necesidad de comer, y una de las conclusiones mas evidentes que se pueden sacar de la evidencia antropológica es que estas necesidades se satisfacen de modo *natural* tan poco como la necesidad de comer... El hambre es el hambre pero lo que se entiende por comida está determinado por la cultura. Sexo es sexo pero lo que se entiende por sexo es determinado igualmente por la cultura. Toda sociedad también posee un *sistema de sexo-género* – un conjunto de arreglos que mediante la intervención social configuran la sexualidad y procreación humanas de modo convencional, no importa cuan extrañas sean estas convenciones.” (Rubin, 1986).

En efecto, como bien sabemos l@s antropólog@s, el sexo, la fuente de la vida, al igual que la muerte, destacan entre las dimensiones *naturales* de la experiencia humana rebosantes de goces y penas más gloriosas y más ricamente simbolizadas. Más allá de su función prosaica de engendrar nuevos organismos vivos, el sexo tiene todo a ver con el modo cómo pensamos la sexualidad y cómo entendemos el devenir del tejido de relaciones entre seres humanos. Pues las vivencias del sexo y de la sexualidad poseen tantos colores y olores como nuestra imaginación es capaz de regalarnos y nuestro entorno socio-cultural nos permite disfrutar.

2.2. Clonación *de facto*

Pero aquí me detendré en un asunto que en apariencia es mucho más pedestre aunque no por ello menos fascinante cuyo alcance humano es todavía imprevisible. Examinaré las insólitas venturas del sexo que la experimentación biotecnológica de punta ha provocado en las últimas tres décadas. Además de acercar a las lectoras a las más recientes biotecnicalidades quiero mostrar cómo y por qué las extraordinarias e incesantes innovaciones en la embriología, la biología molecular, la genómica y la biotecnología son tan buenas para repensar algunas de nuestras certidumbres u omisiones con respecto al sexo en el sentido común en la calle no menos que entre científicos sociales en estos tiempos culturalista y simbólicos pero escasamente materialistas que corren.

En febrero de 1997 saltó a los medios de comunicación la sensacional noticia de la creación en el laboratorio de una oveja clonada. En el Instituto Roslin de Escocia el Dr. Wilmut había logrado con su equipo clonar un mamífero, la oveja Dolly, a partir de una célula adulta. Con este vertiginoso avance en la biología molecular y la biotecnología impulsado por la fascinación científica moderna por desvelar los últimos secretos de la vida para poder rediseñar la propia especie humana, estos científicos consiguieron burlar las propias leyes de la condición humana.

La oveja Dolly representó una primicia científica en un doble sentido. La clonación de Dolly trastocó los procedimientos habituales de la concepción en mamíferos. El Dr. Wilmut, el creador de Dolly, después de más de 200 fallos, pudo hacer retroceder el núcleo de una célula somática adulta a su estado primitivo pluripotente de tal modo que este núcleo somático comenzó a diferenciarse de nuevo dando origen a un organismo enteramente nuevo que era una genuina copia genética de la

donante de la célula somática, un clon, pues Dolly también heredó el ADN mitocondrial de ésta. La descripción del procedimiento en Internet capta bien el drama del evento:

“Para clonar Dolly, Wilmut y sus colegas obtuvieron una célula mamaria de una oveja de seis años. A continuación Wilmut quitó el núcleo de un óvulo de otra oveja e introdujo el núcleo la célula mamaria en el óvulo enucleado. Con una descarga eléctrica Wilmut fusionó el núcleo con la célula mamaria y para estupor de todo el equipo las células combinadas actuaron como un óvulo fertilizado comenzando a dividirse, empleando el ADN de la célula mamaria como mapa genético. A continuación Wilmut implantó este embrión en aún otra oveja y Dolly nació después de pocos meses, una copia genética exacta de la oveja donante de la célula mamaria.” (Mario, 1997:2)

Pero Dolly era, además, una oveja normal *salvo en su concepción* pues la clonación inauguró la inmaculada concepción no sólo de seres celestiales sino de mamíferos terrenales. Dolly tenía tres madres y ningún padre. La oveja fue concebida en el laboratorio no sólo prescindiendo del coito – como ocurre en la fecundación in-vitro - sino también de espermatozoides, del acto sexual y del varón. La técnica engendradora crítica en la clonación de mamíferos consiste precisamente en crear un embrión mediante la transferencia de un núcleo intacto de una célula somática portadora de su carga genética a un óvulo enucleado.

Hasta ese momento la posibilidad de que mamíferos e inclusive seres humanos pudiesen ser engendrados sin sexo, es decir, sin gametos masculinos, parecía ciencia ficción incluso para un genetista tan intrépido como James Watson quien junto con Crick y Franklin habían descubierto la estructura helicoidal del ADN en 1953. En 1971 Watson lamentaba todavía que el paso crucial en embriología humana ocurría al interior del útero inaccesible de la hembra, “Allí el feto crece invisible y efectivamente fuera del alcance de casi cualquier manipulación salvo una intervención deliberada para abortarlo.” Watson confiaba, sin embargo, en que los óvulos, el material indispensable para crear vida, pronto estarían disponibles en abundancia pues el progreso de la fecundación in-vitro proporcionaría una amplia variedad de técnicas embriológicas que impulsarían una carrera frenética para experimentar con óvulos humanos cuando éstos se hayan transformado en una mercancía de fácil acceso.” (Watson, 1971: 50).

El nacimiento de la oveja Dolly suscitó intensos debates biomédicos y éticos, fantasías utópicas y graves temores ante posibles abusos de la

clonación en humanos. Merece atención, en cambio, que el hecho de que la clonación consistiese en un procedimiento asexual de concepción pasara prácticamente inadvertido por los medios de comunicación así como la opinión pública. En uno de los pocos estudios de opinión que se realizaron sobre la clonación, el Wellcome Trust de Inglaterra documentó la suspicacia y la profunda desconfianza que le provocaba a la gente de a pie la clonación como forma de manipulación bio-genética. Les recordaba los experimentos eugenésicos Nazis (The Wellcome Trust, 1998). Pero ni la encuesta ni el público tenían plena conciencia de que el varón resulta superfluo en la clonación. Una mujer entrevistada exclamó, “Estoy totalmente confusa – ¿que ocurre con los hombres – como puedes tener un bebé sin un hombre?” Y otra mujer se preguntó cómo sería “hacerte adulta y que te digan que no tienes padre, en un sentido genético.” Aún otra entrevistada hizo hincapié en la “redundancia masculina” (The Wellcome Trust, 1998: 16-18). Se plasma en estas reacciones ante la clonación una imagen de la paternidad que es estrictamente *seminal*.

La oveja Dolly le permitió así al ingenio biotecnológico que escapara de la botella de la investigación embriológica. El formidable empuje que ponen de manifiesto los desarrollos biotecnológicos se debe sobre todo a la confianza que comparten laboratorios biotecnológicos y las compañías farmacéuticas multinacionales e inversores en las extraordinarias oportunidades biomédicas y los enormes lucros que estos inventos auguran. A ello se suma la intensa competencia científica e intelectual por subvenciones y prestigio académico que tiende a hacer caso omiso de dudas y cuestionamientos éticos, y provocó una auténtica genomanía no exenta de sonados fraudes científicos.¹⁶

¹⁶ La reacción habitual a la presión productivista a que están sometidos los equipos de investigación consiste en la manipulación de resultados. Una encuesta ha mostrado que aproximadamente el 15 por ciento de los investigadores parece que modifican el diseño, los métodos y/o los resultados de su proyecto para satisfacer a la financiadora. Cornelio Dean (2005), “Investigaciones manipuladas,” *El País* 05/07. El célebre escándalo de la clonación de líneas de células madre en Corea del Sur es excepcional aunque no deja de ser sintomático de las enormes sumas de dinero y del poder que está en juego en la investigación biotecnológica. En mayo de 2004 el profesor Hwang Woo-Suk anunció que él había obtenido once diferentes líneas de células madre embrionarias mediante la clonación de embriones humanos. La comunidad científica estaba impactada por un resultado de tal magnitud e inmediatamente inició investigaciones para replicar estos resultados. Pero en la cumbre de su fama la revista *Science* que a pesar del examen riguroso de su protocolo por sus pares había publicado la investigación de Hwang, informó que el artículo contenía errores. El escándalo fue doble: Los resultados de Hwang eran un fraude y el gran número de óvulos requeridos habían sido obtenidos obligando a sus jóvenes asistentes de investigación a donar óvulos o comprándolos.

2.3. La cultura de la naturaleza: “no creo que la naturaleza sea una cosa fija”

Este excursos por los vericuetos biotécnicos de la clonación puede que parezca excesivo para interpretar sus implicaciones para la libertad sexual de las personas. La biotecnología resulta un fenómeno tan fascinante por el modo literal como ensambla los dos ámbitos de la experiencia humana – el ámbito de la biología, de todo aquello que consideramos inscrito y predeterminado por la naturaleza, y el de la cultura entendido como el dominio de la creatividad humana en sociedad – a medida que se transfiguran en el laboratorio los hechos de la vida, y que la cosmología occidental ha separado conceptualmente al menos desde Descartes como si se tratara de dos dimensiones evidentemente distintas y disociadas de la condición humana. Pero esta cosmología occidental moderna es muy excepcional al clasificar los organismos según si están determinados por las leyes de la materia o por convenciones sociales arbitrarias (Descola, 2005). La clonación es, de hecho, el sensacional logro material de esa doctrina universalista – el determinismo genético fundamentado en el dualismo Cartesiano – que pone al mismo tiempo en entredicho esa misma cosmología dualista occidental. Aquel entrevistado por el Wellcome Trust de Londres tenía toda razón “que la naturaleza no es una cosa fija.” (The Wellcome Trust, 1998: 41).

Aunque lo que los expertos manipulan en el laboratorio sean materiales reproductivos desencarnados tales como óvulos, espermatozoides, embriones, estas manipulaciones rebosan de significados simbólicos. Valores y anhelos socio-culturales e ilusiones vitales alientan el poder sugestivo que poseen los milagros terapéuticos que promete la nueva medicina regenerativa. Y en su fulcro está el sexo. Esa interacción dinámica entre la transformación biotecnológica de la realidad material del sexo como fuente de la vida y el imaginario socio-cultural es también de especial interés epistemológico y político pues pone al descubierto el nudo gordiano no resuelto de las ciencias sociales, a saber, cómo comprender las intersecciones entre realidades materiales y esas significaciones simbólicas con que están dotadas. En tanto que biotecnología, la clonación representa una combinatoria biológico-cultural dinámica. El cuerpo humano que está moldeado e inscrito por relaciones socio-políticas no puede interpretarse como fenómeno puramente material y

(“The human cloning scandal in South Korea: toward a post-cloning era”, 2005; Cyranoski, 2006).

biológica, pero tampoco debe ignorarse su materialidad ya que ella constituye la arena en que se desarrolla la experimentación y innovación biotecnológicas.

Para las ciencias de la vida la progresiva división académica del trabajo, el aumento de las especializaciones, las disputas de delimitación disciplinaria y la competencia por recursos escasos, ha resultado especialmente productiva precisamente porque tornó implacable esa disociación entre naturaleza y cultura. Apenas han sido puestas en entredicho las reales ensambladuras dialécticas de la biogenética con la tecnología, de la naturaleza con la cultura que precisamente suscribe la actual hegemonía genética. Como bien señaló Fox Keller con sarcasmo, gracias al progreso de la biología molecular hay quienes ahora pretenden que la vieja controversia entre naturaleza y cultura al fin ha sido sepultada – ¡pero la naturaleza salió victoriosa! (Fox Keller, 1992: 288). La clonación - el logro sensacional de supuestos genéticos deterministas que la creatividad humana tradujo en una realidad material en el laboratorio - representa un ejemplo aventajado de la intersección entre naturaleza y cultura que ha sido relegada al olvido.

La clonación consiste pues en la concepción asexual extra-uterina de mamíferos al engendra un organismo completo genéticamente idéntico con quien dona la célula somática. Y cuando se trata de una donante hembra, la identidad es total.

2.4. Células madre embrionarias humanas: del orden social al desorden individual

A medida que se aceleraba la investigación biotecnológica se apaciguó progresivamente la alarma ética sobre posibles abusos en la clonación de seres humanos. El interés científico y de la opinión pública se desplazó hacia la novísima *medicina regenerativa*, es decir, la clonación de células madre embrionarias con el propósito de cultivar tejidos para trasplantes clínicos y la ingeniería genética. Como mostraré mas adelante, entre los centros de fecundación asistida hubo incluso quienes en especial en EEUU donde estas clínicas constituyen un poderoso grupo de presión, vislumbraron en la clonación un novedoso método de cura de la infertilidad masculina en particular.

En 1998 tuvo lugar un nuevo salto biotecnológico cualitativo, a saber la generación de células madre (sic) en el laboratorio. Dos equipos privados habían logrado aislar y cultivar células madre embrionarias y fetales

humanas consiguiendo además prolongar su estado indiferenciado (Vogel, 1999, Jasanoff, 2005). Las células madre embrionarias son excepcionales y su utilidad biomédica reside en que con ellas pueden cultivarse en el laboratorio cualquier tipo de tejido del organismo humano o de cualquier otro mamífero. Habitualmente se habían empleado fetos abortados, embriones sobrantes de protocolos de fecundación in-vitro o embriones engendrados por inseminación de gametos donados para cosechar células madre. Pero en 2001 el laboratorio Advanced Cell Technologies, EEUU, consiguió la primera clonación de embriones humanos con fines experimentales con células madre. De inmediato irrumpió otra intensa controversia ética sobre el inicio de la vida humana pues al extraer células madre el embrión es destruido. Con la clonación de embriones humanos parecía aproximarse además aún mas el momento en que alguien produjese en el laboratorio un ser humano completo clonado.

Como táctica para apaciguar las conciencias propias y ajenas la comunidad científica recurrió a una sucesión de juegos de palabras introduciendo neologismos técnicos que sosegaran las reservas éticas enmascarando los reales protocolos experimentales (Kolata, 2005). Quienes abogan por la clonación introdujeron la categoría del *pre-embrión* considerado como una pre-persona hasta su implantación en el útero y el desarrollo de la cresta primitiva en el día diesysei, para negarle a los embriones tempranos la calidad moral de sujetos de derecho. Hay quienes han sugerido incluso que embriones clonados no son la cosa auténtica sino pseudo-embriones en la medida en que en su concepción no participara varón alguno. Y la profesión médico fue substituyendo además el término pre-embrión por *blastocisto* asumiendo que el pública por ignorancia técnica no asociaría al *blastocisto* con el inicio de la vida. Y a medida que avanzaba la investigación con células madres embrionarias humanas los expertos comenzaron a distinguir entre la *clonación terapéutica* diseñada precisamente para cultivar células madre, de la *clonación reproductiva*, absolutamente rechazable pues conduciría a la creación de un organismo completo, aunque, de hecho, ambos protocolos son idénticos salvo el uso que se hace del embrión clonado. Puede cosecharse las células madre descartando el embrión o implantarlo en un útero para madurar un organismo completo. Y en uno de los giros semánticos mas recientes se desechó también la noción de la clonación terapéutica substituyéndola ahora con el acrónimo SCNT – *somatic cell nuclear transfer* – una formulación que, en efecto, describe el protocolo en cuestión pero suprime la ominosa connotación ética que posee el término *clonación*.

Los avances en la investigación con células madre ha provocado asimismo una individualización de la enfermedad. La nueva noción de *enfermedad genética* consiste en diagnosticar el malestar o la molestia en función del perfil genético personal del paciente omitiendo así posibles causas ambientales. Como Fox Keller sugirió, al centrar la atención médica en desórdenes genéticos individuales la idea de la *enfermedad genética* introduce asimismo una perspectiva eugenésica individualista que, en contraste con la doctrina eugenésica clásica, propicia el tratamiento curativo estrictamente individualizado. La *medicina regenerativa* alienta así esperanzas individuales puestas en terapias genéticas individualizadas pues promete diagnósticos y curas que son, como también advirtió Fox Keller, muy poco realistas (Fox Keller, 1992).

2.5. La pasión por la descendencia genética: pluripotencia contra la infertilidad

Aunque el enorme interés de los laboratorios de *medicina regenerativa* en la experimentación con células madre embrionarias humanas eclipsara la clonación reproductiva en el escenario biotecnológico hubo una importante excepción. La revista *Nature Biotechnology*, por ejemplo, vaticinó que ante la presión que ejercía el poderoso lobby de las clínicas de fecundación asistida de EEUU, la clonación reproductiva acabaría introduciéndose como otro método de cura en ciertos casos de infertilidad en humanos precisamente por tratarse de una concepción sin sexo. Atrapados entre la ilusión científica y la alarma ética pocos percibieron además que los creadores de Dolly en 1997 habían solicitado una patente no sólo para la técnica de clonación de animales sino también de humanos (“Dolly goes to Market. World Patents on Sheep Clones Include Humans, 1999”).¹⁷ En 2005, el Dr. Wilmut abandonó la investigación con animales y se mudó al Medical Research Institute de la Edinburgh University habiendo obtenido el permiso para clonar embriones humanos (“Cautious revolutionary”, 2005).

Los avances notables en la investigación con células madre embrionarias humanas puede que haya desplazado la atención pública de la clonación reproductiva. Pero entre la multitud de escenarios mas o menos fantasiosos a que dio origen Dolly persistió una cuestión relevante. Un observador expresó su sospecha en la destacada revista científica *Science* ya en 1997 que aunque “...como con todos los inventos no es posible

prever a qué llevará la clonación con exactitud...hay rumores que esa clonación puede algún día ocupar un lugar entre los métodos de darle una criatura a una pareja infértil” (Pennisi, 1997). Y el mismo año la revista científica *Nature. Biotechnology* llamó la atención al “debate aparentemente mas realista sobre la fertilidad”, es decir, la esperanza de que la llamada clonación reproductiva pueda servir un día para curar ciertos tipos de infertilidad en humanos (Thinking about Cloning, 1997:293). Por consiguiente, la Comisión de Bioética del todavía Presidente Clinton propuso que la clonación embrionaria humana para la implantación en el útero fuese prohibida precisamente porque “la historia de la fecundación asistida- en especial la fecundación in-Vitro – demostró que donde existe una demanda importante y bien financiada por un servicio nuevo, habrá profesionales dispuestos a intentar ofrecerlo” (Wadman, 1997).

Como yo apunté en otra ocasión (Stolcke, 1988), la fecundación asistida responde al poderoso deseo de engendrar hijos que sean portadores de los propios genes habitualmente mediante una maternidad biotecnológica, es decir, por fecundación in-Vitro e implantación en el útero de la esposa o compañera. Como ya había sostenido el Warnock Report de Gran Bretaña de regulación de las nuevas tecnologías reproductivas de 1984:

“El no tener hijos puede ser una fuente de tensión incluso para quienes lo han escogido deliberadamente...a parte de la presión social de tener hijos, está *el deseo poderoso de perpetuar sus genes a través de una nueva generación*. Este deseo no puede ser satisfecho mediante una adopción.” (Warnock, 1984).

Una fecundación asistida por donante pone en entredicho ese vínculo biológico de filiación especialmente en el caso de los hombres. Cuando una criatura es concebido con gametos o embriones donados y/o es madurado en el útero de una madre de alquiler, una convención socio-legal substituye el vínculo de maternidad/paternidad biológicos. El profesor de derecho y miembro del *Opus Dei* expresó bien esa concepción cultural generalizada respecto a la paternidad legítima cuando rechazó la inseminación heteróloga – la fertilización de una mujer con esperma de donante – ¡por significaría adulterio!” (Balcells Gorina, 1980).

Pero la biotecnología también halló remedios para este desplazamiento paterno. Desde que nació la primera bebé de probeta Louise Brown hace ahora treinta años, se desarrollaron sofisticadas biotécnicas en particular

para que hombres que padecieran graves formas de infertilidad pudiesen procrearse. En 1997 fue concebido una bebé con una combinación de dos técnicas pioneras: la congelación de óvulos y la inyección de espermazoides extraídos de la testículos de un hombre en el citoplasma del óvulo. Esta técnica que tuvo una inmediata y amplia acogida antes de que se conocieran posibles efectos colaterales se denominó ICSI (intra-cytoplasmatic sperm injection) desde que se conocieron los primeros éxitos en 1992 (“Nace una niña concebida de un ovocito congelado e inseminado”, 1997).¹⁸

En una carta dirigida a la revista científica *Nature* a la que el Dr. Wilmut había enviado para su publicación el protocolo de la creación de Dolly, el geneticista francés Axel Kahn, entonces miembro del Comité Consultif Nacional d’Ethique, solicitó que se retuviera este informe para ganar tiempo y examinar las implicaciones éticas de la aplicación de la clonación a seres humanos. El Dr. Kahn advertía de esa posibilidad en especial en casos de infertilidad masculina haciendo especial hincapié en ese fanático deseo occidental de tener hijos genéticos. Esa obsesión genética podría, de hecho, convertirse en la razón más poderosa para condonar la clonación reproductiva de seres humanos para tratar en particular la infertilidad de hombres que carecieran de esperma – debido a una displasia o grave atrofia testicular pues

“con el poderoso avance social y psicológico actual de un deseo fanático por parte de los individuos no sólo de tener hijos sino de asegurar que esos hijos estén dotados de sus propios genes aun cuando se interponga el obstáculo de la infertilidad [...] una creciente demanda por la herencia biológica caracteriza a la sociedad actual como si ésta fuese la única forma de herencia que merece tal nombre. Una razón es que la personalidad de los individuos, lamentablemente, se percibe cada vez

¹⁸ “Nace una niña concebida de un ovocito congelado e inseminado,” *El País*, February 18, 1997; fue tan espectacular la reacción ante la ICSI que Carl Djerassi quien inventó la píldora anticonceptiva, escribió una pieza de teatro al respecto con el título *The Immaculate Misconception* (la inmaculada miscoincepción) que fue presentada con éxito en el Edinburgh Fringe Festival en agosto de 1998 ([http://www.djerassi.com\(icsi.html:1\)](http://www.djerassi.com(icsi.html:1))).

Desde entonces se han desarrollado técnicas aún mas sofisticadas para ayudarles a los hombres a perpetuarse. Aquellos hombres que no producen espermatozoides poseen, no obstante, con frecuencia espermatidas en sus testículos. Éstos pueden ser cosechados y sus núcleos pueden ser extraídos para ser inyectados en el citoplasma de un oocito. Este método es denominado ROSNI (Round spermatid nucleus injection). Y aquellos hombres que ni siquiera poseen espermatidas pueden contra con una pronta oportunidad para procrear. Se está desarrollando que permite recuperar las células mas inmaduras de los testículos para cultivarlos en testículos prestados, tal vez de un cerdo o de un toro, en los que se diferenciarán y convertirán en espermatozoides perfectamente activos. (Silver, 1997: 105-108).

más como determinada primordialmente por los genes.” (Kahn, 1997: 1-4)

En una fecundación asistida de esta índole el genoma nuclear *desciende*, o mejor dicho *replica*, genéticamente un solo genitor individual, quien es el donante del núcleo que contiene el ADN a ser reproducido de éste. En un sentido estricto, clones no son *descendientes* sino gemelos idénticos del donante del núcleo celular que es introducido en un óvulo enucleado que hace la función de portador. La concepción del parentesco occidental es, no obstante, *bilateral*. Ante la poderosa influencia que ejerce la razón cultural sobre la naturaleza no sorprende que experimentos biotecnológicos más recientes con un procedimiento denominado syngamia - la sustitución de gametos por células somáticas - han intentado remediar la fecundación asistida por clonación uniparental ensayando con procedimientos de semi-clonación reproductiva que asegure el origen biparental del embrión.

Otro ejemplo interesante de cómo las mismas tecnologías reproductivas suscitan ajustes sociales estratégicos específicos en contextos culturales distintos para evitar que el recurso a la fecundación asistida ponga en entredicho las normas y concepciones de la concepción prevalecientes es el mundo musulmán. El empleo de la fecundación asistida en caso de infertilidad se justifica en nombre de la consolidación y felicidad familiares. Tanto Sunnis como Chiitas coinciden en que la fecundación asistida debe ser confinada a la unión marital. Sunnis rechazan la donación de espermias y óvulos por terceros; pero los Chiitas han hallado un procedimiento social, a saber el matrimonio temporal para asegurar la legitimidad de la descendencia engendrada de modo biotecnológica. Si la esposa es infértil y como el Islam permite la poliginia, el marido contrae un matrimonio de un día con la mujer donante sin que tenga lugar un acto sexual. El óvulo de la donante es fecundado con el semen del marido e luego implantado en el útero de la esposa...”. (Tremayne, 2006).

2.6. ¿Y qué ocurrirá con el viejo sexo? – un reino por un óvulo

Ahora bien, las diversas biotécnicas de fecundación asistida prescinden del sexo pero no así de los óvulos que por ahora continúan siendo la fuente de toda vida. Como Diderot ya explicaba a d’Alembert hace más de dos siglos cuando debatían sobre el origen de la vida, “¿Ves ese óvulo? Con él puedes derrotar todas las escuelas de teología, todas las iglesias del mundo.” (citado en Jacob, 1973: v). James Watson, por el

contrario, estaba equivocado cuando pronosticaba un futuro de óvulos abundantes. La investigación embriológica y la experimentación biotecnológica así como la fecundación asistida requieren abundantes óvulos frescos, de buena calidad. En consecuencia los oocitos se transformaron en auténticos *óvulos de oro* cuyo precio lo fija la demanda y la oferta en un tráfico mas o menos ilícito en un mercado globalizado.¹⁹ Ya en 1998 una clínica privada de EEUU, por ejemplo, intentó sobrepasar la compensación convencional por la cosecha clínica de óvulos ofreciendo una remuneración veinte veces mayor para atraer donantes.²⁰ Hace dos años el Dr. Wilmut propuso que se le solicitara a las mujeres que se sometieran a tratamiento de fertilidad que donasen óvulos para la investigación, con la autorización de la British Human Fertility and Embryo Authority.²¹ Métodos tales como brindar fertilizaciones in-vitro a bajo coste en una clínica del Servicio Sanitario público en Gran Bretaña a cambio de que las mujeres donen algunos de los óvulos a la ciencia, o el egg-sharing entre parejas,²² son otros intentos de mejorar la oferta de óvulos mediante la manipulación de potenciales donantes sin infringir la ley.

Las desigualdades nacionales e internacionales condicionan igualmente la donación de óvulos. Ha surgido un comercio a-legal internacional de óvulos e úteros humanos. Por un lado está el creciente turismo reproductivo a países más o menos distantes donde resulta fácil obtener óvulos de modo anónimo y barato. Por otro lado, mujeres inmigrantes en Europa ofrecen sus óvulos o úteros por internet al mejor postor.²³

¹⁹ La profesora Deborah Spar de la Harvard Business School, estimó en 3.000 millones de dólares por año el gasto en fecundaciones asistidas en EEUU. En 2004 más de un millón de estadounidenses se sometieron a tratamientos contra la infertilidad. En Ucrania, en contraste, es posible alquilar un útero por unos pocos miles de dólares. "Il est né le divin enfant. L'essor du bébé-business", *Courrier International*, no. 842-843, 21 de diciembre de 2006 a 3 de enero de 2007: 42-51.

²⁰ Gina Kolata, "Price of Donor Eggs Soars, Setting Off a Debate on Ethics," *The New York Times*, 25 February 1998, nytimes.com. (leído el 12 de septiembre de 2006).

²¹ "Cautious revolutionary," *The Guardian*, 26 de julio de 2005. El fisiólogo José Cibelli, director del laboratorio de reprogramación celular de la Universidad de Michigan, EEUU, donde se investiga la transformación de células diferenciadas en embrionarios, está muy dolido con el fraude de Hwang Woo-suk y escéptico sobre el acceso fácil a células embrionarias. Cambió también su postura sobre la donación de óvulos. Considera que no es ético pedir óvulos para investigar. Tereixa Constenla, "No es ético pedir óvulos para investigar," *El País*, 14 de abril de 2007: 38, Sociedad.

²² Megan Mulligan, "The High Price of Human Eggs," 3 de agosto de 2006, Washingtonpost.com (leído el 29/08/2006); Heidi Nicholl, "Payment for Egg Donation Debate Continues," Progress Educational Trust, Bionews, London, 08/15/2006, www.BioNews.org.uk (leído el 29/08/2006).

²³ International Human Eggs Trade. Cruel Cost of the Human Egg Trade," *The Guardian*, edición digital, 30 de abril de 2006 (leído el 10/06/2006); Hildtrud Breyer, "Egg Cell Trade Endangers

Ante la demanda insatisfecha de óvulos no es de sorprender que en el frente experimental biotecnológico haya investigadores que procuren desarrollar técnicas que les permitan burlar la dependencia ovular de que padece la investigación con células madre embrionarias. Así, en 2005 un equipo de investigadores de la Universidad de Tennessee dio a conocer que había logrado cultivar en el laboratorio óvulos humanos a partir de células madre adultas de tejido de óvulo de cinco mujeres, sin destruir los óvulos (Sanpedro, 2005).²⁴ Y poco después un grupo de científicos de la Universidad de Harvard publicó una técnica en la revista *Science* que permite generar células madre de muestras de la piel sin usar óvulos ni clonar embriones. El Dr. Eggan, el coordinador del equipo, concluía que debía proseguirse con la investigación de la clonación terapéutica, pero que la ventaja de la nueva técnica era que no requiere óvulos “no por motivos religiosos, sino porque los óvulos son caros, hay pocos y son difíciles de manipular genéticamente” (Méndez, 2005, mi énfasis).²⁵

the European Union as a Community of Values,” 6 de junio de 2005, www.bionews.org.uk/commentary.lasso?storyid=2602 (leído el 09/11/2006). Hildtrud Breyer escribió en calidad de Presidenta del Grupo Bioético en el parlamento europeo y como integrante del Bündnis 90/Die Grünen. Álvaro de Cózar, “Decenas de mujeres se ofrecen en España como madres de alquiler,” *El País*, 30 de julio de 2006; la mayoría de estas mujeres son inmigrantes que se ofrecen en internet para una maternidad subrogada por 15.000 euros; Mónica C. Belaza, “Óvulos a 2.000 euros,” *El País*, 30 de julio de 2006; este artículo se refiere a los anuncios en internet, en su mayor parte de mujeres inmigrantes, quienes se ofrecen para donar óvulos. En contraste con el precio mencionado las clínicas de fecundación asistida en España ofrecían en 2007 una “compensación” de 600 a 1.000 euros por cosecha de óvulos. Desde que en Gran Bretaña fue suprimido el anonimato en la donación de óvulos el número de turistas reproductiv@s ha aumentado de modo notable en España. Giles Tremlett, “Spain becomes the destination of choice for fertility tourists from Britain,” *The Guardian*, 12 de mayo de 2006: 16.

²⁴ Javier Sampedro, “Un equipo de EEUU obtiene óvulos de células madre adultas,” *El País*, 6 May 2005; “World First: scientists succeed in cloning human embryos from eggs matured in the lab,” Copenhagen, European Society of Human Reproduction & Embryology (nota de prensa), 2005 (leído el 07/29/2005).

²⁵ Rafael Méndez, “Científicos de EE UU abren una vía para crear células madre sin usar embriones,” *El País*, 23 de agosto de 2005 (mi énfasis); Malen Ruiz de Elvira, “Científicos de EE UU logran células madre sin destruir los embriones,” *El País*, 24 de agosto de 2006. Otra alternativa experimental son “embriones híbridos”. Se transferiría el núcleo de una célula adulta humana a un óvulo enucleado animal. El resultado sería un pre-embrión (sic) “predominantemente” humano pues la carga genética provendría en su mayor parte de la célula humana. La Ley de Reproducción Asistida en España prohíbe esta técnica. “Embriones híbridos”, *El País*, 15 de enero de 2007.

2.7. Razón genealógica versus fragmentaciones individualistas

Cabe recordar aquí que fueron algunas antropólogas feministas quienes al iniciar el examen sistemático de las *nuevas tecnologías reproductivas* quienes no sólo recuperaron el estudio de los enigmas de la *naturaleza* de los vínculos de parentesco del limbo analítico en que los abandonaron los críticos del bias biologista que prevalecía en la antropología social Rodney Needham y David Schneider en los años 1970. En tiempos mas recientes las antropólogas feministas como Marilyn Strathern y Sarah Franklin han sostenido que las nuevas tecnologías reproductivas como las ecografías realizadas en los exámenes prenatales o la manipulación extra-uterina de embriones en la investigación con células madre, al erosionar las ideas interactivas convencionales de las relaciones de parentesco acentúan el individualismo contemporáneo. Las nuevas tecnologías reproductivas además de fomentar un concepto genético de la identidad individual, respaldarían una especie de individualismo *post-relacional*.²⁶

Pienso que estas interpretaciones son muy discutibles pues están enmarcados precisamente en la oposición convencional entre cultura y naturaleza, entre libertad personal y determinación genética. Pero los tiempos modernos al igual que los tiempos *post-modernos* nos exigen que nos abramos paso de modo inseguro y a menudo frustrante en medio de la tensión original entre los dos principios político-ideológicos opuestos del libre albedrío y limitaciones innatas o impuestas que es el rasgo distintivo de la cosmología occidental moderna. Dolly, la oveja clonada, introdujo la novedad perturbadora de la concepción de seres humanos sin sexo. La clonación terapéutica de células madre embrionarias promete atención médica individualizada a medida. Pero estas posibilidades biomédicas representan tan sólo una cara de la revolución embriológica que además son un privilegio exclusivo de los ricos de este mundo. Ante la pasión occidental moderna por la maternidad y paternidad biogenéticas, la clonación reproductiva de seres humanos es plausible a medida que aumenta la infertilidad masculina. El deseo por tener un/a hijo/a *de la propia sangre/genes* mediante las técnicas

²⁶ Marilyn Strathern en *After Nature. English Kinship in the Late Twentieth Century* sostuvo que los exámenes pre-natales como las ecografías transforman el embrión en una entidad natural única disociada de su entorno uterino materno y del tejido de vínculos de parentesco. Ver también Sarah Franklin en "Making representation: the parliamentary debate on the Human Fertilization and Embryology Act". Una excelente crítica francesa de esta tesis individualizante sobre todo británica se puede encontrar en Enric Porqueres I Géne, "Individu et parenté. Individuation de l'embryon".

biogénicas mas avanzadas dificilmente puede ser atajado en una sociedad programada para satisfacer todos los caprichos del consumidor/a. Pero ese mismo deseo de *formar una familia* y de tener un/a hijo/a propio perfecto/a (véase las ecografías, la amecentesis, etc.), que son un fiel reflejo de la antigua y convencional noción biológica de los vínculos de parentesco, dificilmente puede ser interpretado como una conquista individualista y liberal. Se trata mas bien de una de las manifestaciones de una sociedad neo-liberal intensamente competitiva y meritocrática a la vez que profundamente desigual en la que los logros y fracasos individuales se atribuyen en última instancia a habilidades o fallos innatos y por lo tanto hereditarios.

“Durante mucho tiempo”, reaccionó el geneticista y premio Nobel François Jacob con fina ironía a la creación de Dolly, “intentamos tener placer sin niños. Con la fecundación in-vitro tenemos niños sin placer. Y ahora hemos llegado a hacer niños sin placer y sin espermatozoides... Es evidente que esto transforma un poco la estructura familiar... por el momento al menos entre ovejas.” (Jacob, 1973: v).

Y en su relato de cómo creó Dolly el Dr. Wilmut sostiene que en contraste con las replicación asexual, la reproducción sexual es cara, peligrosa e ineficiente... el sexo... es anti-replicación. La replicación implica que un individuo se divide para devenir dos o más. Pero con sexo, dos combinan para devenir uno.” (Wilmut, Campbell and Trudge citados en Franklin, 2007: 20). Ursula LeGuin, la gran escritora de ciencia ficción, en cambio, imaginó una fábula en la que una nave espacial procedente de la tierra tripulada por doce clones llegó a otro astro distante para ayudar a los técnicos residentes en la exploración de una mina. Un terremoto destruye la mina y mata a todos los miembros de la expedición salvo a uno, “una pieza perdida de un juego roto, un fragmento, que no conoce la soledad, que ni siquiera sabe cómo dar amor a otro individuo.” (LeGuin, 1975:186).

Referencias

BALCELLS GORINA, Alfonso (1980): “La inseminación artificial,zootecnia en el hombre”, *La Vanguardia*, 3 de mayo.

BELAZA, Mónica C. (2006): “Óvulos a 2.000 euros,” *El País*, 30 de julio.

BREYER, Hiltrud (2005): “Egg Cell Trade Endangers the European Union as a Community of Values,” 6 de junio, www.bionews.org.uk/commentary.lasso?storyid=2602 (leído el 09/11/2006).

“Cautious revolutionary,” (2005): *The Guardian*, 26 de julio.

CONSTENLA, Tereixa (2007): “No es ético pedir óvulos para investigar,” *El País*, 14 de abril.

CÓZAR, Álvaro de (2006): “Decenas de mujeres se ofrecen en España como madres de alquiler,” *El País*, 30 de julio.

CYRANOSKI, David (2006): “Verdict: Hwang’s human stem cells were all fakes. Landmark papers shown to be fraudulent, but Snuppy turns out to be a real cloned dog” *Nature* – publicado online, 10 de enero, (leído el 29/08/2006).

DESCOLA, Philippe (2005): *Par-delà nature et culture*, Paris: Éditions Gallimard.

DJERASSI, Carl (1999): *An Immaculate Misconception*, Edinburgh: Edinburgh Fringe Festival.

“Embriones híbridos” (2007), *El País*, 15 de enero.

European Society of Human Reproduction & Embryology (nota de prensa) (2005): “World First: scientists succeed in cloning human embryos from eggs matured in the lab”, Copenhagen (leído el 07/29/2005).

FOX KELLER, Evelyn (1992): “Nature, Nurture, and the Human Genome Project,” en *Code of Codes. Scientific and Social Issues in the Human Genome Project*, eds. Daniel J. Kevles y Leroy Hood, Cambridge: Cambridge University Press.

FRANKLIN, Sarah (1993): “Making representation: the parliamentary debate on the Human Fertilization and Embryology Act” en Jeanette Edwards et al. (1993), *Technologies of Procreation. Kinship in the Age of Assisted Conception*, Manchester: Manchester University Press, 96-131.

FRANKLIN, Sarah (2007): *Dolly Mixtures. The Remaking of Genealogy*, Duke University Press. Handler, Phillip (1970): *Biology and the Future of Man*, Oxford: Oxford University Press.

“Il est né le divin enfant. L’essor du bébé-business” (2006-2007), *Courrier International*, no. 842-843, 21 de diciembre de 2006 a 3 de enero de 2007.

“International Human Eggs Trade. Cruel Cost of the Human Egg Trade” (2006), *The Guardian*, edición digital, 30 de abril (leído el 10/06/2006).

JASANOFF, Sheila(2002): *Designs on Nature. Science and Democracy in Europe and the United States*, Oxford y Princeton: Princeton University Press.

JACOB, François (1973): *The Logic of Life: A History of Heredity*, Nueva York: Pantheon Books. Kahn, Axel (1997): “Clone Mammals-Clone Man?” *Nature* 385, 1-4, www.nature.com/Nature2 (leído el 15 de febrero de 1998).

KOLATA, Gina (1997): “Expertos en infertilidad de EE UU se muestran a favor de la clonación en humanos,” *El País*, 8 de junio.

KOLATA, Gina (2005): "Name Games and the Science of Life," *The New York Times*, 29 de mayo.

KOLATA, Gina (1998): "Price of Donor Eggs Soars, Setting Off a Debate on Ethics," *The New York Times*, 25 February, nytimes.com. (leído el 12 de septiembre de 2006).

LEGUIN, Ursula (1975): "Nueve Vidas" en Ursula LeGuin, *Las doce moradas del viento*, Barcelona: Edhasa (1era ed. 1968).

MARTIN, Emily (1991): "The Egg and the Sperm: How Science has constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles" *Signs. Journal of Women in Culture and Society* Vol. 16, no. 3.

MARIO, Christopher (1997): "A Spark of Science, A Storm of Controversy" *US 1 Newspaper*, 5 de marzo.

MÉNDEZ, Rafael (2005): "Científicos de EE UU abren una vía para crear células madre sin usar embriones," *El País*, 23 de agosto.

MULLIGAN, Megan (2006): "The High Price of Human Eggs," 3 de agosto, Washingtonpost.com (leído el 29/08/2006).

NICHOLL, Heida (2006): "Payment for Egg Donation Debate Continues," Progress Educational Trust, *BioNews*, London, 15 de agosto, www.BioNews.org.uk (leído el 29/08/2006).

PENNISI, Elizabeth (1997): "The Lamb that Roared," *Science* 278, 19 de diciembre, 2038-2039.

PORQUERES I GENE, Enric (2004): "Individu et parenté. Individuation de l'embryon" en Françoise Héritier y Margarite Xanthakou (eds) (2004): *Corps et Affects*, Paris: Odile Jacob.

RUIZ DE ELVIRA, Malen (2006): "Científicos de EE UU logran células madre sin destruir los embriones," *El País*, 24 de agosto.

SAMPEDRO, Javier (2005): "Un equipo de EEUU obtiene óvulos de células madre adultas," *El País*, 6 de mayo.

SILVER, Lee M. (1997): *Vuelta al Edén. Más allá de la clonación en un mundo feliz*, Madrid: Taurus.

STOLCKE, Verena (1988): "New Reproductive Technologies. The Old Quest for Fatherhood," *Reproductive and Genetic Engineering* Vol. 1, no.1.

STRATHERN, Marilyn (1992), *After Nature. English Kinship in the Late Twentieth Century*, Cambridge: Cambridge University Press.

TESARIK, Jan (2002): "Reproductive semi-cloning respecting biparental embryo origin. Embryos from syngamy between a gamete and a haploidized somatic cell," *Human Reproduction* Vol. 17, no. 8, agosto, 1933-1937.

“The human cloning scandal in South Korea: toward a post-cloning era” (2005), *Gèneéthique. Bioethic information and analysis newsletter*, 72, diciembre. www.genethique.org/en/letters/letters/2005/december.htm (leído el 07/09/2006). The Wellcome Trust (1998): *Public Perspectives on Human Cloning. A Social Research Study*, Londres.

TREMLETT, Giles (2006): “Spain becomes the destination of choice for fertility tourists from Britain,” *The Guardian*, 12 de mayo.

VOGEL, Gretchen (1999): “Breakthrough of the Year. Capturing the Promise of Youth” *Science* 286 (5448) 17 de diciembre, 2238-2239.

WADMAN, Meredith (1997): “U.S. Senators Urge Caution on Cloning Ban,” *Nature* 386

WADMAN, Meredith (1997): “White House Bill would ban Human Cloning,” *Nature* 387.

WARNOCK, Mary Lady (1984): *Question of Life: Warnock Report on Human Fertilization and Embryology*, Londres.

WATSON, D. James (1971): “Moving Toward the Clonal Man.” *The Atlantic Monthly* Vol. 22, no. 5.

WILMUT, Ian, Keith Campbell y Colin Trudge (2000): *The Second Creation: The Age of the Biological Control by the Scientists Who Cloned Dolly*, Londres: Headline.

Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas
Medrado, Lyra, Azevedo e Brasilino (org.)

3.

REFLEXÕES IRÔNICAS SOBRE GESTÃO PÚBLICA DOS HOMENS NA SAÚDE: ENTRE A DISCIPLINA E A POSITIVIDADE DO RISCO

Benedito Medrado, Jorge Lyra, Mariana Azevedo e Jéssica Noca
Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade | Gema/UFPE
Instituto PAPAÍ

Este texto parte de uma leitura crítica sobre o conceito de risco – para além da leitura epidemiológica clássica –, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais criativa e irônica para o desenho e implementação de uma política de atenção integral aos homens na saúde; que reconheça, a partir do olhar de gênero, as contradições entre processos de socialização e sociabilidade, de homens e mulheres, e as propostas de gestão pública em saúde.

Como destacam autores como Beck (1993), Castiel (1999) e Spink (2001a, 2001b), há algum tempo, os riscos ultrapassaram as barreiras da Epidemiologia, e se popularizaram nos diversos setores da vida, gerando o que se poderia chamar de sociedade globalizada de risco. Nesse bojo, Spink destaca as transformações que vêm ocorrendo nas imagens sobre risco, destacando o uso crescente do risco-aventura como metáfora na modernidade tardia.

Segundo a autora, estamos vivendo formas variadas de destradicionalização do risco que se fazem visíveis não apenas na multiplicidade de novas modalidades de aventura, captaneadas pelas atuais indústrias de “entretenimento” que se definem pelo rótulo de “esportes radicais”, mas sobretudo no uso metafórico do risco-aventura para referir-se à imponderabilidade e volatilidade dos riscos produzidos. Assim, a composição “risco-aventura” remete a um deslocamento importante dos sentidos contemporâneos do risco que recuperam a aventura como dimensão positivada da gestão dos riscos.

Em seu exaustivo e envolvente estudo, Spink (2001a; 2001b) nos oferece, apoiada em diferentes autores,²⁷ uma rica visão panorâmica dos sentidos históricos de risco, que nos permite entender os repertórios sobre risco do ponto de vista arqueológico dos contextos históricos de uso, a partir de uma extensa pesquisa bibliográfica sobre a emergência, circulação e uso da linguagem do risco em diferentes domínios do saber, abarcando a etimologia da palavra risco e seu emprego no contexto dos jogos, da economia, da saúde, tecnologia e biotecnologia. São elementos que nos permitem situar as diversas modalidades de uso dos repertórios lingüísticos sobre risco que apontam para estratégias de governamentalidade também distintas.²⁸

3.1. De fenômeno a conceito

Certamente, a experiência de “correr perigo” existia antes da modernidade, afinal a humanidade sempre enfrentou perigos diversos, seja os riscos decorrentes de catástrofes naturais – dilúvios, terremotos, erupções vulcânicas, furacões –, seja aqueles associados às vicissitudes da vida cotidiana, às batalhas ou ainda os riscos decorrentes do desejo voluntário de enfrentamento, do desejo de “auto-superação”. Talvez o próprio desafio também tenha sido valorizado em contextos históricos diversos. Entretanto, esses eventos não eram denominados riscos. Eram referidos como perigos, fatalidades, *hazards* ou dificuldades, mesmo porque a palavra risco não estava disponível nos léxicos das línguas indo-européias.

O vocábulo *risco* é novo, tendo seu primeiro registro no século XIV. Inexistia em grego, em árabe e em latim clássico. Tem registro em catalão desde o século XIV, mas ainda sem a clara conotação de *perigo que se corre*. É no século XVI que adquire seu significado moderno, nas línguas latinas, e apenas em meados do século XVII que passa a ter registro nos léxicos da língua inglesa.²⁹

²⁷ Beck, 1993; Douglas, 1992; Castiel, 1999, entre outros.

²⁸ Governamentalidade é o conjunto de práticas através das quais se pode constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que as pessoas, em sua liberdade, podem estabelecer umas em relação às outras. Pessoas livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade das outras, e para fazê-lo lançam mão de certas estratégias de governo. E ele se baseia, portanto, sobre a liberdade, sobre a relação de alguém consigo mesmo e a relação com o outro (Foucault, 1994, p.141).

²⁹ Para um exaustivo estudo sobre as diferentes versões da etimologia da palavra, recomendamos o texto “The pre-history of the risk concept” (Spink, mímeo).

A etimologia suscita mais hipóteses do que certezas. Quem, por acaso, procurasse um dicionário etimológico, na esperança de encontrar a origem “exata” do termo risco, deparar-se-ia com, no máximo, algumas hipóteses. Entre as diferentes versões, por exemplo, Antenor Nascentes (1932) diz que Lokotsch tirou a palavra risco do árabe *rizk*, a ração, “o pão nosso de cada dia” (p. 692). Porém, a hipótese mais plausível é que risco seria um derivativo de *resicare*, ou seja, cortar. A palavra parece ter sido usada para descrever penhascos escarpados, submersos e arriscados que cortavam os navios, remetendo à idéia de perigo e emergindo, a partir daí, seu uso moderno de risco como *possibilidade* — não como evidência imediata (Spink, 2001a).

Após emergir como vocábulo na pré-modernidade, risco haveria de tornar-se um conceito fundamental na modernidade clássica. Entretanto, a possibilidade de efetivamente utilizar o conceito de risco como estratégia de governo envolve um longo processo de formalização.

Inicialmente, Spink (2001a) identificou duas tradições e quatro discursos (ou conjuntos de repertórios) que caracterizam as linguagens sociais do risco. Por um lado, a *tradição da governamentalidade* que dá origem a duas estratégias discursivas de gerenciamento de riscos: 1) a institucionalização de medidas coletivas para gerenciamento de relações espaciais e a 2) disciplinarização com fins de controle dos corpos. Por outro, a *tradição da aventura* que apresenta também dois conjuntos de repertórios: 1) a economia, na qual o correr riscos é um dos eixos centrais e 2) as emoções radicais, universo do risco desejado.

Vale ressaltar, como bem destaca a autora, que não se tratam de duas tradições mutuamente exclusivas, nem de discursos que se alternam, sucessivamente, no curso da história. Segundo Spink, os riscos na modernidade reflexiva (modernidade tardia ou pós-modernidade), têm um caráter cumulativo. Os novos repertórios sobre riscos se somam aos antigos gerando uma polissemia de sentidos e, conseqüentemente, ampliando posições de sujeito e estratégias de gestão da vida (Spink, 2001a).

Assim, complexificando um pouco mais esse modelo original, Spink apresenta, posteriormente, uma versão mais elaborada e mais dinâmica do tempo longo da história do risco, inspirada em Hayden White (1978/1994), traçando um enredo arquetípico dos trópicos do discurso sobre risco, a partir de uma perspectiva arqueológica dos contextos históricos.

3.2. Da metáfora à ironia

Segundo White (1978/1994), o enredo arquetípico das formações discursivas parece exigir que o discurso se mova de uma caracterização metafórica original, passando pela desconstrução metonímica de seus elementos (elegendo uma parte como substitutiva do todo), até chegar às construções sinedóquicas (das relações entre seus atributos e sua suposta essência) e, por fim, à *ironia*, ou seja, a elaboração dos contrastes e oposições que possam ser discernidos nas construções sinedóquicas.

No caso do conceito de risco, Spink (2001b) traça basicamente três importantes transições que nos permitem explorar as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de controle social que nos possibilitam falar de uma transição da sociedade disciplinar (formação típica da modernidade clássica), para a sociedade de risco (formação emergente na modernidade tardia):

1. primeiro, o lento desenvolvimento da teoria da probabilidade, que tem início no século XVII³⁰ e que gerou produtos (dados) e ferramentas (cálculo probabilístico) que se tornaram instrumentos fundamentais de governo. Além disso, a própria sofisticação da estatística, particularmente dos estados alemães do século XVIII e XIX, cujo sentido inicial, estava associado ao ramo da ciência política e que dizia respeito à coleção e classificação de fatos relevantes para a tarefa administrativa. Nesse contexto, em que o avanço do cálculo das probabilidades permite pensar coleção de dados como instrumento fundamental de governo, encontramos o primeiro deslocamento no enredo arquetípico do discurso sobre risco. Passamos da *metáfora* (algo por outro) à *metonímia* (parte por todo) e entramos na primeira fase da gestão dos riscos que tem sua idade de ouro no século XIX, na ciência sanitária que será o berço do Estado do Bem-Estar Social. Assim, em linhas gerais, risco emerge como conceito quando se torna possível pensar o futuro como passível de controle. Esse é um processo que envolve tanto o desenvolvimento do instrumental necessário (fornecido pela teoria da probabilidade) como a emergência de um novo objeto de governo (a população).

³⁰ Essa história é contada de forma coloquial por Peter Bernstein, no livro *O Desafio aos Deuses* (1997), e na linguagem social da Filosofia por Ian Hacking, no livro *The Emergence of Probability* (1975).

2. Entretanto, será apenas em meados do século XX que passamos à fase da *sinédoque*, com a progressiva formalização do conceito e aperfeiçoamento das técnicas de cálculo dos riscos³¹, institucionalizando-se, na década de cinquenta, a emergência do campo interdisciplinar de análise de riscos, no contexto dos riscos associados à energia nuclear e englobando três áreas de especialidade: o cálculo dos riscos (identificação dos efeitos adversos potenciais do fenômeno em análise; a estimativa de sua probabilidade e da magnitude de seus efeitos), a percepção dos riscos pela população e a gestão dos riscos (agora como estratégia mais consolidada que envolve cinco estratégias integradas: os seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta, a auto-regulação e, mais recentemente, a comunicação sobre riscos ao público).
3. O questionamento, baseado em debates técnicos, sobre a “real” (im)possibilidade de cálculo de riscos, dada a sua inquestionável complexidade e imponderabilidade, instaura a fase da *ironia*, última etapa do enredo arquetípico do discurso sobre o risco, que marca a transição da sociedade disciplinar (ou modernidade clássica) para a sociedade de risco (ou modernidade tardia).

Essa análise nos permite reconhecer que o tempo longo da gestão dos riscos nos leva do uso metafórico do risco (como aposta no cenário dos jogos), para o risco metonímico (em que impera a norma associada à média estatística), à fase da *sinédoque* (na qual se formaliza o conceito probabilístico de risco), até a fase da *ironia* (entendida como o questionamento a partir da contraposição de explicações alternativas).

Esse panorama nos ajuda a explorar, guiados pelas reflexões de Spink (2001b), as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de controle social que nos possibilitam falar de uma transição (como co-existência) entre a sociedade disciplinar, formação típica da modernidade clássica e a sociedade de risco, formação emergente na modernidade tardia.

O que estava em pauta na *sociedade disciplinar* é a gestão da vida. No interior das instituições disciplinares, cada corpo deve ocupar um lugar determinado que define o seu ser: espaços fechados e hierarquizados que evitam a diversidade, o nomadismo e os contatos fortuitos e incertos entre os corpos (Vaz, 1999).

³¹ Essa passagem, no domínio da epidemiologia, foi brilhantemente detalhada por José Ricardo Ayres (1997) em seu livro *Sobre o Risco*.

A sociedade disciplinar englobou duas estratégias: uma, desenvolvida a partir do século XVII, centrada no corpo-máquina constituindo-se a partir de *dispositivos disciplinares*; a outra, desenvolvida em meados do século XVIII, centrada no corpo-espécie e englobando as técnicas de governo das populações, baseadas em estratégias de *biopoder* (Spink, 2001b). Para explicar melhor isso, lançaremos mão da leitura genealógica das formas de governo, produzidas por Foucault, que estabelece uma relação entre as formas totalizantes (constituída em dispositivos disciplinares) e as formas individualizantes de governo (fundada em estratégias de *biopoder*).

3.3. Dos dispositivos disciplinares ao *biopoder*

Os aparatos policiais e suas possibilidades de desdobramento em controle e vigilância mostram a vertente totalizante de um conjunto de ações efetivamente realizadas, nas quais se estabelece o controle punitivo e o controle preventivo que inclui as agências profiláticas e que munem o Estado de uma racionalidade, a partir da qual organiza e centraliza a segurança, garantindo sua própria existência, em nome de um “bem estar” e da felicidade coletiva (Rivero-Garcia, 2001).

Contudo, hoje, as estratégias de governo são múltiplas, continuamente criando e conformando lugares e posições de pessoa. É possível pensar o governo como uma rede, na qual não há “para cima” ou “para baixo” e sim uma pluralidade de conexões que incrementam as possíveis interações entre seus componentes e onde não há uma central executiva superior ao sistema.

Estratégias de governo organizam discursos, programas de agência e ações múltiplas, que caracterizam diferentes instituições, inclusive aquelas que parecem divergir em seus fins diretos e concretos, como por exemplo, hospitais, conventos e prisões. Porém, seja por meio da disciplinarização ou por um desdobramento de formas inéditas nas quais as relações pastorais se desenvolvem, organizam-se saberes/poderes disciplinares acerca do “cuidado” dos corpos (médicos, esteticistas, treinadores esportivos etc.) e das mentes/almas (educadores, trabalhadores sociais e todos os profissionais “psi”), para um melhor governo dos corpos e subjetividades.

As grandes estratégias de governo, até agora, haviam sido desenvolvidas, tal como descrito nos trabalhos de Foucault, a partir de práticas de disciplinarização e controle institucional. Assim, os países

industrializados nos quais foram desenvolvidos sistemas de controle populacional, a partir de estratégias de “cuidado da vida” aplicadas a todos os âmbitos da sociedade, têm institucionalizado a suplência de suas falhas, por meio da construção de agências “formadoras” (família, escola, televisão etc.) e de outras agências que poderíamos chamar de corretivas; sem contar aquelas que têm tomado o lugar de produzir e sistematizar um saber em torno da patologização daqueles a quem as instituições normalizadoras (família, igreja, escola, fábrica) excluíram.

Cabe assinalar que essas intervenções normalizadoras, na forma dos discursos contemporâneos acerca da *prevenção e tratamento*, envolvem um conjunto de agências na disciplinarização dos corpos e subjetividades, a partir especialmente dessas tecnologias de governo do eu, que se desdobram em todas as esferas possíveis da sociedade (Foucault, 1999).

Quando falamos desse conjunto de agências, estamos nos referindo à múltipla e polimorfa noção de dispositivo. É só a partir dessa perspectiva que podemos entender como a noção de governamentalidade de Foucault amplia o que tradicionalmente tem sido entendido como “governo”, oferecendo uma perspectiva de governo como aquilo que inclui programas e estratégias mais ou menos racionalizadas para alcançar “a conduta das condutas” (Rose, 1996).

Refere-se, assim, à emergência das racionalidades políticas, por meio de autoridades diversas que atuam a partir de (e em) diferentes contextos, em busca de certos objetivos, estratégias nas quais são incluídas as tecnologias de “autogoverno”, por meio das quais (e nas) as pessoas estruturam condutas, pensamentos, experiências, compreensões e sistemas de julgamento acerca de si mesmo.

Como destaca Rivero-Garcia (2001), graças aos estudos de Foucault, hoje é possível desenvolver uma crítica teórico-metodológica, assim como política e ética, ao que podemos denominar como “regimes disciplinares”, analisando seus efeitos de saber/poder. Além disso, em seus últimos trabalhos, Foucault se preocupou especialmente com o desenvolvimento de tecnologias do eu, que se desdobram em todas as esferas possíveis da sociedade, alertando que qualquer noção de *agência*, de sujeito “livre” e soberano, não é mais que um efeito, um produto dessas tecnologias de governo (Rose, 1996).

Estamos falando, assim, dos *biopoderes*, que se voltam ao governo do corpo-espécie e têm por objetivo a segurança, estratégia de governo que implica no aperfeiçoamento e uso da informação. É importante, nessa perspectiva, entender os riscos e seus correlatos. É importante também

que se desenvolvam instituições especializadas em sua análise. É obviamente nessa vertente que se ancoram as modernas estratégias de gestão dos riscos na sociedade contemporânea.

3.4. Da sociedade disciplinar à sociedade de risco

Na sociedade contemporânea, segundo Beck (1998), a produção de riquezas passou a conviver sistematicamente com a produção de *riscos*, no contexto da modernidade tardia ou modernidade reflexiva. Assim, os problemas e conflitos na distribuição de recursos da “sociedade da carência”, foram sendo substituídos por problemas e conflitos oriundos da produção, definição e distribuição dos riscos produzidos ou, como prefere o autor, “manufaturados”.

Segundo Beck (1998), essa mudança de ótica – da distribuição de riquezas na sociedade da carência para a lógica da distribuição dos riscos – gerou uma dinâmica em que o problema não é mais a falta, mas o excesso. É preciso gerenciar os riscos produzidos pelo processo de desenvolvimento técnico-econômico, ou seja, pelo próprio homem. Em outras palavras, o processo de modernização se tornou reflexivo, tomando a si próprio como tema e problema.

Fala-se da camada de Ozônio, do desmatamento da floresta amazônica, fala-se sobre a obesidade como problema de saúde pública, sobre efeitos dos agrotóxicos, sobre a bomba atômica, sobre guerra biológica, sobre riscos de câncer pelo uso excessivo de aparelho celular... enfim, embora não sejam fenômeno necessariamente novos, durante muito tempo não mereciam tanto destaque como os esforços para superar a pobreza, a fome e a miséria.

As questões de desenvolvimento e aplicação de tecnologias (no âmbito da natureza, da sociedade e da personalidade) passam assim a conviver com questões relativas à gestão política e científica dos riscos, na qual a segurança assume lugar de destaque, inaugurando novas categorias e vias de pensamento e de atuação.

Beck e outros sociólogos (entre eles Giddens, 1998) falam de sociedade de risco para pontuar a complexidade dos riscos modernos, complexidade essa que se refere à “natureza dos riscos” – enfatizando a presença crescente dos riscos manufaturados, produtos dos desenvolvimentos da ciência e tecnologia –, e à progressiva tendência à desterritorialização e globalização desses riscos. Emerge daí uma nova sensibilidade: a percepção crescente de que os riscos são sistêmicos,

acompanhada da consciência da imponderabilidade dos riscos e da necessidade de mecanismos igualmente complexos de irônica gestão da imponderabilidade (como gerir sobre o que não se tem poder ou controle?).

Há, assim, uma tendência à desnormalização, sendo a norma substituída pelo imperativo da opção. Mas há também a emergência de anteparos variados à destradicionalização, entre eles a busca do sentido da vida na experiência da liberdade, na emoção e na “adrenalina”. Isso nos leva ao argumento central da proposta de Spink (2001b): a função do risco-aventura nesse cenário de gestão dos riscos.

3.5. Risco-aventura como *ironia* na modernidade tardia

Segundo Spink (2001b), hoje a linguagem do risco, em sua dimensão *aventura*, cumpre funções múltiplas, sendo por um lado, um instrumento de processos de destradicionalização típicos da modernidade tardia e, por outro, uma figura de linguagem utilizada para falar de novas sensibilidades decorrentes do imperativo de enfrentar a imponderabilidade e volatilidade dos riscos modernos.

A autora defende a existência de uma dimensão positiva no enfrentamento dos riscos, a partir da associação entre *risco e aventura*, reativada com grande força na sociedade contemporânea e valorizada pela ousadia passível de levar a descobertas e ao sentimento de liberdade.

Essa dimensão positivada do risco está também numa velha conexão entre *risco e formação de caráter*, expressa no valor educativo da aventura. No livro *Living dangerously. The autobiography of Ranulph Fiennes*, traduzido para o espanhol como “El riesgo de vivir: Todos los recuerdos de un gran explorado”, Fiennes relata que, por volta de 1952, quando ele tinha 8 anos e estudava em uma escola na África do Sul, entre as atividades da escola, havia uma competição às cegas, em que haviam duas equipes, cada uma colocada numa sala diferente. Tudo escuro. Todos os acessos fechados. Somente duas salas com portas abertas e um corredor no meio. O objetivo é prender o “inimigo” (aluno da outra equipe) em seu território (sala). As luzes ficavam apagadas. Após 30 minutos, os professores acendem as luzes e, nas palavras do autor (ou melhor, do tradutor): “aquella lucha selvaje en plena oscuridad provocó un número considerable de cortes, magulladuras y lesiones de mayor gravedad bajo la pretensión de *imprimir carácter* a los alumnos”.

Além disso, a dimensão positivada dos riscos aparece na velha conexão entre *risco e aposta*, em sua essência de potencialidade de ganhos e perdas, que deixou marcas profundas no domínio da economia, que envolve modalidades de enfrentamento de riscos fortemente marcadas pela aventura, definida aqui apenas como a disposição de correr riscos. Trata-se de um componente importante da modernidade, expressa, por exemplo, na disposição de investir, motor principal da economia liberal. E, vale a pena lembrar: investimentos mais rentáveis são exatamente aqueles de maior risco.

São essas dimensões do risco (emoção, formação de caráter, aposta) que vêm sendo foco de reflexão de tantos autores. Alguns buscam entender a onipresença das *formas culturais do risco-aventura*, como forma de expansão dos processos de disciplinarização para além de suas formas institucionais.

De fato, devemos ficar atentos para as implicações dessas transformações que se inscrevem em novas formas de governamentalidade, não mais atreladas ao controle exercido de modo disciplinar – apoiado em pactos explícitos e regras fixas –, mas a uma regulação ancorada em estratégias de governo talvez mais eficazes que se estabelecem de modo pulverizado e individualizado.

As conclusões de Spink (2001b) nos permitem perceber que, hoje, não é mais o controle dos riscos que marcam nossas experiências cotidianas, mas o reconhecimento da sua complexidade, imponderabilidade e imprevisibilidade, evidenciando o deslocamento da sociedade disciplinar para a sociedade de risco.

Na contramão deste debate, o governo brasileiro tem construído os alicerces de uma política de atenção integral aos homens na saúde, desconsiderando esta leitura complexa sobre risco, aportando-se em leituras epidemiológicas clássicas sobre risco e numa compreensão dos processos de adoecimento e morte dos homens, descolada da perspectiva de gênero (CARRARA; RUSSO; FARO, 2009; MEDRADO; LYRA, 2008; MEDRADO; LYRA; AZEVEDO; GRANJA; VIEIRA, 2009).

3.6. A visibilidade epidemiológica como estratégia discursiva que justifica políticas, define prioridades e produz sujeitos.

Como destaca Lyra (2008), desde a década de 1990, têm-se empreendido esforços no sentido de dar visibilidade a informações sobre morbidade e

mortalidade da população masculina no Brasil. O primeiro estudo epidemiológico brasileiro de grande amplitude sobre a população masculina foi publicado por Laurenti; Buchala; Mello Jorge; Lebrão; Gotlieb (1998) com o título de “Perfil epidemiológico da saúde masculina na região das Américas: uma contribuição para o enfoque de gênero”, esta pesquisa foi realizada em 16 países³², a partir da análise de diferentes fontes.

Em linhas gerais, este estudo nos informa que, desde a primeira vez em que os países passaram a calcular sistematicamente a idade média de suas populações, tem-se registrado uma diferença entre os sexos: os homens sempre apresentaram idade média inferior à das mulheres. Do mesmo modo, analisando o diferencial de mortalidade segundo sexo e idade, percebe-se nitidamente uma sobremortalidade masculina em todos os grupos etários, principalmente nos mais jovens.

Esta pesquisa ressalta, ainda, que os homens têm ocupado, ao longo dos anos, a infeliz primeira colocação em diferentes e diversas estatísticas: primeiro lugar em número de homicídios; maiores taxas de suicídio e de morte por acidentes, principalmente envolvendo veículos a motor; maiores índices de problemas gerados pelo uso excessivo de bebida alcoólica e drogas psicotrópicas ilícitas; principais autores de roubos e assaltos e, conseqüentemente, maior população penitenciária, além de grandes protagonistas de agressões físicas, seja contra outros homens, mulheres ou crianças, em âmbitos domésticos ou públicos. Essas estatísticas alinham-se a uma constante histórica: a menor expectativa de vida dos homens em relação às mulheres, ao nascer e em idades superiores. Essa sobremortalidade masculina, em números absolutos e coeficientes, têm sido informados em pesquisas posteriores (LAURENTI; BUCHALA; MELLO JORGE; LEBRÃO; GOTLIEB, 1998; GOMES, 2003; LAURENTI; MELLO JORGE; GOTLIEB, 2005).

Assim, como afirma Aquino (2006), a partir da década de 1990, os homens passaram a ser incluídos nas pesquisas em Saúde Coletiva, como categoria empírica. Ao mesmo tempo, abordagens críticas aos modelos de masculinidade hegemônica somaram-se aos esforços de desconstrução de essencialismos.

Porém, como destaca Oliveira (2000), a visibilidade dos custos da cultura machista para os homens tem sido amplamente utilizada por estudiosos

³² Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

que se dedicam a pesquisar os homens e as masculinidades,³³ gerando uma leitura vitimária sobre eles. Segundo o autor:

Para apresentar o homem como vítima, muitos recorrem às estatísticas referentes a homicídios, uso de álcool e drogas, acidentes automobilísticos, incidência de doenças, expectativa de vida etc. Tais estatísticas corroborariam a inusitada afirmação de que o verdadeiro sexo frágil é na verdade o homem e não a mulher, além de evidenciarem o peso do fardo que as prescrições sociais impõem ao gênero masculino (OLIVEIRA, P., 2000, p. 90).

Do nosso ponto de vista, o uso retórico dessas informações não apenas criou uma leitura vitimária sobre os homens, mas, antes de tudo, forjou um sujeito para as políticas públicas. Para além do homem que é responsável pelo adoecimento (ou obstáculo à saúde) das mulheres e para além do homem que ordena a Saúde Pública, produz-se o homem que necessita de atenção especial.

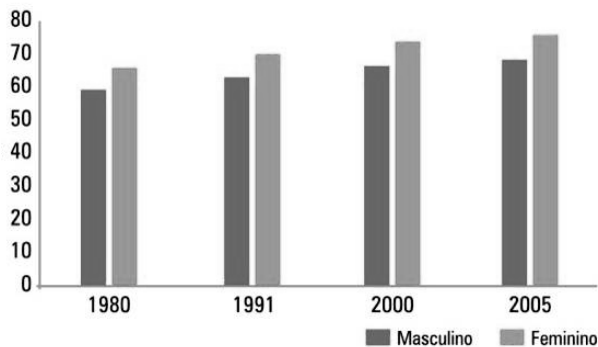
Todavia, só quase uma década depois, em 2006, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), pela primeira vez, publica um documento específico que apresenta uma síntese sobre o homem e as políticas públicas de saúde: *Indicadores e Dados Básicos para a Saúde - IDB 2006 Brasil* (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE, 2007)³⁴. Esta publicação, produzida pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA) – composta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), Fundação SEADE e Ministério da Saúde entre outras instituições –, informa que os homens e mulheres vivem, hoje, mais do que na década de 1980.

Assim, entre 1980 e 2005, a vida média dos homens, por exemplo, passou de 59,7 para 68,4 anos, ou seja, em duas décadas e meia, houve para os homens um ganho aproximado de dez anos na esperança de vida ao nascer. Porém, destaca-se que a diferença entre homens e mulheres vem se mantendo, ou seja, há uma expectativa de vida ao nascer expressivamente maior para o sexo feminino, desde 1980, com diferença média de aproximadamente sete anos, conforme mostra o gráfico a seguir.

³³ Oliveira cita como exemplos: Corneau (1995); Nolasco (1993); Harrison, Chin e Ficarrotto (1994); Bayes e Howell (1981); Horrocks (1994).

³⁴ Para maiores informações consulte o site:
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2006/matriz.htm>.

Gráfico 1. Esperança de vida ao nascer, segundo o sexo - Brasil, 1980-2005



Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde (2007)

Nota: a partir de dados do IBGE

No que se refere aos dados sobre adoecimento (quadro 1), o IDB 2006 destaca que as lesões decorrentes de causas externas motivaram parcela considerável (28,4%) da hospitalização de homens de 15 a 29 anos em 2005. Os transtornos mentais também pesam na hospitalização de homens jovens e adultos e estão associados ao uso/abuso de álcool (mais de 1/3 dos casos). Na idade de 30 a 59 anos, foram mais frequentes (15,3%) as doenças do aparelho digestivo, superando ligeiramente as doenças do aparelho circulatório (14,9%) e as causas externas (14,3%). A partir dos 60 anos, predominaram as doenças dos aparelhos circulatório (28,6%) e respiratório (18,4%), despontando as neoplasias como quarta causa de internação (8,8%).

Quadro 1. Principais causas de internação hospitalar no SUS em homens, segundo faixas etárias selecionadas - Brasil, 2005

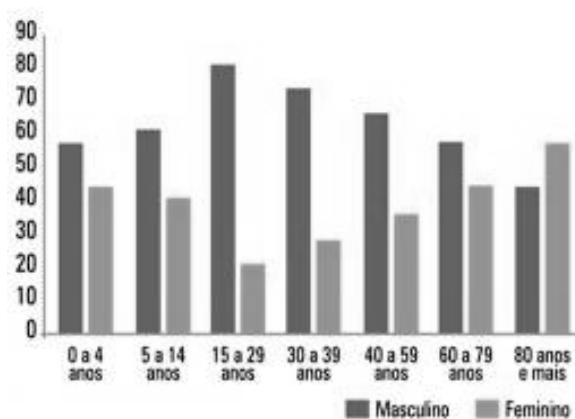
Faixa etária	1.ª causa	2.ª causa	3.ª causa	4.ª causa	5.ª causa
15 a 29	Causas externas (28,4%)	Doenças do aparelho digestivo (11,9%)	Infecciosas(9,9%)	Doenças do aparelho respiratório (9,8%)	Transtornos mentais (8,2%)
30 a 59	Doenças do aparelho digestivo (15,3%)	Doenças do aparelho circulatório (14,9%)	Causas externas (14,3%)	Doenças do aparelho respiratório (9,3%)	Transtornos mentais (9,0%)
mais de 60	Doenças do aparelho circulatório (28,6%)	Doenças do aparelho respiratório (18,4%)	Doenças do aparelho digestivo (10,9%)	Neoplasias (tumores) (8,8%)	Infecciosas(6,6%)

Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde (2007)

Nota: a partir de dados do Ministério da Saúde/SAS/SIH-SUS

Além disso, a publicação do IDB 2006 informa que os homens predominam entre os nascimentos vivos (5% a mais de meninos, ao nascer). Todavia, como ilustra o gráfico 2, os homens apresentaram, em 2004, sobremortalidade em todas as faixas etárias, com exceção do grupo a partir de 80 anos.³⁵ O excedente de mortes masculinas é ainda mais acentuado nos grupos etários de 15 a 29 (80%) e de 30 a 39 anos (73%).

Gráfico 2. Percentual de óbitos por sexo, segundo a faixa etária - Brasil 2004



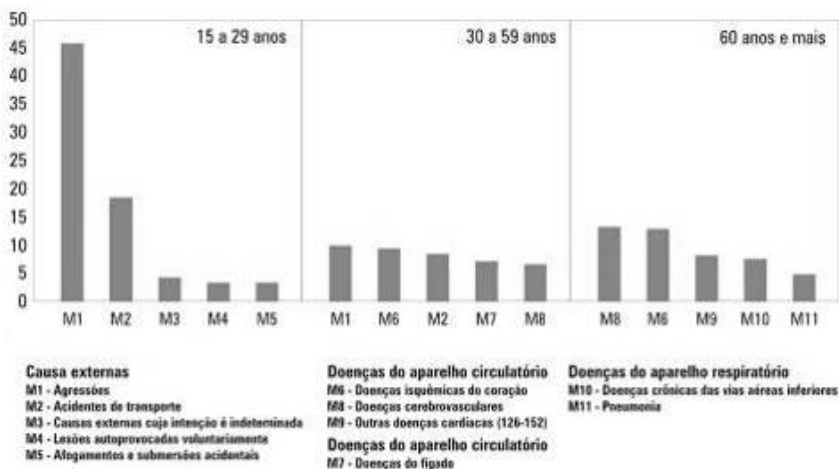
Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde (2007)

Nota: a partir de dados do Ministério da Saúde/SVS/SIM

No que se refere aos dados sobre mortalidade, como ilustra o gráfico 3, as cinco principais causas de morte dos homens jovens (15-29 anos) são por fatores externos (76% dos óbitos totais nessa idade), com destaque para agressões e acidentes de transporte. Entre os homens adultos (30-59 anos), a distribuição das causas é mais homogênea, preponderando causas externas (especialmente agressões e acidentes de transporte) e doenças do aparelho circulatório (doenças do coração e cerebrovasculares). Entre os homens idosos (mais de 59 anos), as causas externas não aparecem entre as principais, destacando-se as doenças do aparelho circulatório, que representam mais de um terço das mortes.

³⁵ Observa-se que há no Brasil uma população majoritária de mulheres com idade acima de 80 anos, o que pode justificar a sobremortalidade feminina nesta faixa etária.

Gráfico 3. Mortalidade proporcional (%) pelas principais causas no sexo masculino, em faixas etárias selecionadas - Brasil, 2004



Fonte: Rede Interagencial de Informações para a Saúde (2007)

Nota: a partir de dados do Ministério da Saúde/SVS/SIM

O IDB informa que, desconsiderando as faixas etárias, no conjunto, as principais causas de morte dos homens brasileiros são as doenças do aparelho circulatório, seguidas das neoplasias e das causas externas.

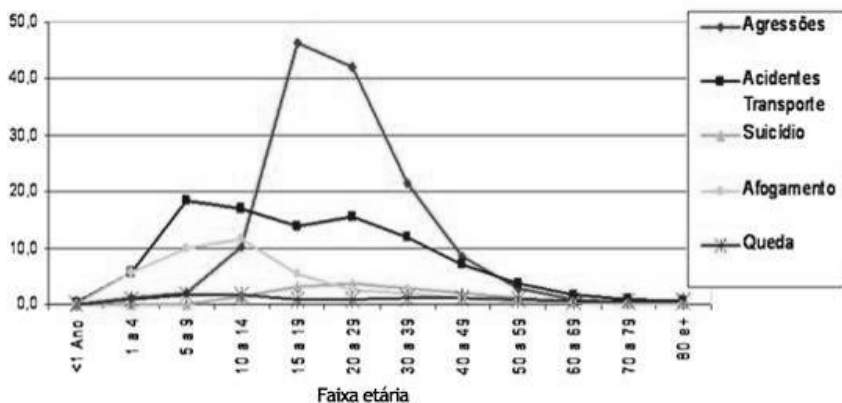
Porém, chama-nos a atenção a significativa diferença entre homens e mulheres no que se refere às mortes por causas externas (que incluem especialmente homicídios e acidentes de transporte). Segundo outra publicação elaborada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (2006), em 2004 foram notificados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) um total de 127.470 óbitos por causas externas. Deste número, 107.032 mortes (84%) referem-se a homens (Rede Interagencial de Informações para a Saúde, 2007).³⁶

Fazendo ainda uma análise dos dados de 2004 relativos às mortes por causas externas entre os homens, por faixa de idade, o gráfico 4 mostra a acentuada predominância dos óbitos por agressões nas faixas situadas

³⁶ As microrregiões com taxas mais elevadas se situam: em áreas litorâneas do sul da Bahia até o sul de São Paulo; no interior pernambucano e noroeste da Bahia; nos estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso; e em áreas de expansão na região Norte, como Roraima e sul do Pará.

entre 15 e 39 anos. Os acidentes de transporte também têm uma participação significativa, sendo a segunda principal causa externa de morte nesse grupo etário.

Gráfico 4. Distribuição percentual dos óbitos masculinos por causas externas selecionadas, segundo as faixas etárias - Brasil, 2004

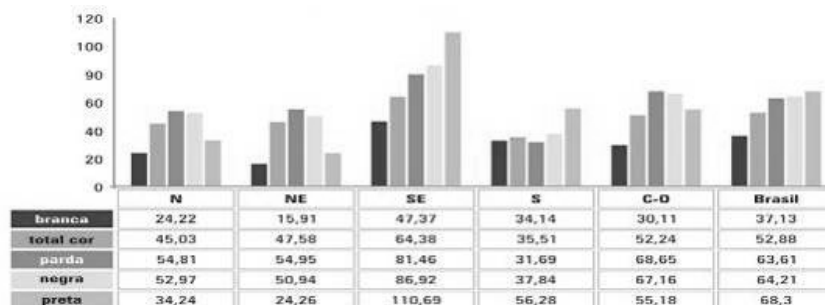


Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde – MS³⁷.

Ao mesmo tempo, de acordo com informações da Secretaria de Vigilância em Saúde – MS, esse homem atingido por causas externas é predominantemente de “raça negra” (somando os valores das pessoas que se auto-declaram de cor/raça parda e preta), em todas as regiões do país, conforme ilustra o gráfico a seguir.

³⁷ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Evolução da Mortalidade por Violência no Brasil e Regiões*. Brasília: Ministério da Saúde. 2006. Para maiores informações consulte o site: <http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24448>

Gráfico 5. Taxa padronizada de homicídios¹ no sexo masculino, segundo raça/cor auto-referida, por região - Brasil, 2004



Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde – MS/SIM³⁸.

Nota: ¹ Óbitos por 100.000 habitantes.

Como destaca Barbosa (1998), cabe ao homem negro o maior ônus de uma sociedade que se organiza a partir da ordem de classe, gênero e raça, uma vez que este se configura como antítese do modelo hegemônico. Assim, ela pergunta, em outras palavras: por que o racismo impede o homem negro de cumprir, de modo pleno, o modelo masculino desejável? A partir de questionamentos como este, Batista (2005), em uma das poucas pesquisas sobre *Masculinidade, raça/cor e saúde*, analisa registros de óbitos do estado de São Paulo, do ano de 1999. Segundo ele, as taxas de mortalidade entre os homens negros são maiores do que as dos brancos, especialmente na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Em suma, as informações em saúde no Brasil, sejam de pesquisas epidemiológicas, demográficas ou oriundas da sistematização de dados com o objetivo de produzir subsídios para políticas públicas – sintetizados, por exemplo, nos Indicadores e Dados Básicos para Saúde (Rede Interagencial de Informações para a Saúde, 2007) –, ressaltam uma preocupação importante sobre as mortes por causas externas entre homens e nos apresentam um novo sujeito para as políticas públicas em saúde: o homem, jovem, negro e pobre.

As informações sobre adoecimento e morte dos homens não constituem necessariamente uma novidade, tendo em vista que têm sido apresentadas, na literatura, como tendência crônica e não como incidente agudo. Porém, chama-nos a atenção o fato dessas informações não

³⁸ Para maiores informações consulte o site:
http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24448

terem sido ainda incorporadas, em sua complexidade, na construção de políticas públicas em saúde no nosso país.

Na nossa perspectiva, a formulação das políticas públicas em saúde no Brasil tem tido um olhar parcial para a visibilidade produzida pelas pesquisas epidemiológicas. Ou seja, a dimensão de gênero e raça, fortemente evidente nos dados das pesquisas, é sempre referida de maneira enfática quando se pensam as políticas públicas em saúde para a população jovem e pobre, mas as ações estruturais para a transformação desta condição social são negligenciadas (Longhi, 2008). A perspectiva das políticas públicas para a questão da violência urbana, por exemplo, adota muito mais um caráter repressivo com aumento do rigor das leis do que ações de prevenção e promoção da saúde que visam uma crítica à cultura machista e a resignificação das relações de poder.

Além disso, como destaca Romeu Gomes, em entrevista publicada pelo Informativo Radis - Comunicação em Saúde (Nº 74, em outubro de 2008), não podemos perder de vista a perspectiva relacional de gênero. A saúde do homem, como ele bem afirma, não só pode ser pensada a partir de discussões sobre o perfil epidemiológico da morbimortalidade masculina, mas também para enfatizar aspectos culturais que podem comprometer a saúde de segmentos populacionais masculinos.

Para compreender essas questões, é importante resgatar as reflexões sobre a construção de uma política pública, apresentadas por Viana (1996) em seu artigo de revisão de literatura. A autora traz as contribuições de Kingdon (1984) sobre três tipos de agenda pública:

- a) sistêmica ou não-governamental – que se organiza a partir da apresentação de um conjunto de assuntos que são há muito tempo preocupações do país, sem contudo receber a devida atenção do governo;
- b) governamental – que se orienta pelas análises da gestão pública em relação aos problemas que merecem atenção do governo; e
- c) de decisão – baseada em análises sobre demandas e necessidades que exigem tomada de decisão.

Kingdon (1984), ressalta que um assunto pode sair da agenda sistêmica para a governamental quando existem eventos dramáticos ou crises, ou quando há influência de um quadro de indicadores ou acúmulo de informações e experiências. Para compreender essa transição, é necessário identificar os *atores* ou participantes ativos –governamentais e

não governamentais – e o *processo* – definido a partir das características dos órgãos, das instituições e dos aparelhos vinculados à produção de políticas públicas – pelo qual algumas alternativas e itens se tornam proeminentes.

Por ora, vale reafirmar aqui nosso pressuposto de que a forma como são definidos os instrumentos, produzidos os registros e analisados os dados demográficos e as estatísticas especiais (vitais, educacionais, de saúde, de trabalho) não é neutra. Ou seja, ela não pode ser considerada um *reflexo*, mas uma *produtora* de um fenômeno (problema, questão, demanda, necessidade, população) que justifica a necessidade de uma política sustentada em estratégias de *biopoder*.

A quantificação, em particular, é ainda um dos instrumentos de maior poder retórico no contexto discursivo de formulação de políticas públicas. O uso que é feito da quantificação (argumentos numéricos) em debates científicos e/ou no desenho e implementação de políticas públicas destaca, freqüentemente, a precisão e objetividade dos números em detrimento do “achismo” e imprecisão dos argumentos verbais (Potter; Wetherell, 1991). Entretanto, não se trata apenas de entender o uso que é feito dos números, mas como um discurso, baseado em números, legitima e produz realidades e sujeitos (Spink; Menegon, 1999).

Do mesmo modo, a invisibilidade ou falta de informações é também indicadora e produtora de verdades. Como afirma Rosemberg (1997), as imprecisões conceituais, a ausência de dados ou a superabundância de informações estatísticas participam do processo de construção social, por exemplo, das categorias *negros, mulheres que trabalham fora, meninos de rua, prostituição infanto-juvenil, portadores de deficiência, gravidez na adolescência* etc.³⁹

Todavia, os organismos que dão visibilidade a dados demográficos e estatísticas especiais, no contexto da formulação de políticas públicas, não são surdos às pressões dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica. Um exemplo marcante, nos últimos anos, é a convocação de representantes dessas instâncias, pelo IBGE e outros órgãos, para as reuniões de aprimoramento de suas pesquisas e dos respectivos instrumentos de coleta.

Pressões de pesquisadores e ativistas sociais, por exemplo, levou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a partir de 1987,

³⁹ Encontramos ricas discussões sobre essas categorias demográficas em trabalhos tais como: Bruschini e Madeira (1983); Araújo (1987); Andrade e Rosemberg (1997); Piza e Rosemberg (1999).

a coletar, anualmente, informações sobre a cor da população, um dado complexo e que viveu uma história de entradas e saídas nas pesquisas realizadas pelo IBGE (PIZA; ROSEMBERG, 1999). Também a PNAD, a partir de 1995, incluiu no tópico sobre educação toda a faixa etária desde o nascimento, a fim de investigar crianças que freqüentam creche, direito à educação reconhecido desde a Constituição Federal de 1988 (ROSEMBERG, 1997).

No Brasil, também o movimento de mulheres, desde o início de sua mobilização, nos anos 1970, tem-se constituído como importante ator político que avaliou, criticou e propôs mudanças na forma de coletar dados, especialmente aqueles que se referiam à participação feminina na vida pública ou que evidenciariam menor adesão ao estereótipo tradicional. Por exemplo, as instruções para coletar dados sobre chefia de domicílio e participação da mulher no mercado de trabalho foram modificadas (BARROSO, 1982; BRUSCHINI; MADEIRA, 1983).

Essas modificações acompanharam e contribuíram, certamente, para as transformações histórico-culturais que ocorreram, nas últimas décadas, nas relações de gênero, particularmente no que se refere à luta dos movimentos de mulheres pela maior participação feminina em espaços antes destinados exclusivamente aos homens: aqueles relacionados à esfera pública – política e econômica. Contudo, na sociedade contemporânea, a concepção e criação de filhos têm ainda se restringido à mulher, não incluindo o homem nessa esfera.

A guisa de conclusão...

Como problematiza Figueroa-Perea (2004), a Medicina e a Demografia – disciplinas que têm investigado a saúde reprodutiva e alimentado as políticas públicas que incidem sobre ela –, por um lado, questionam a reprodução como questão das mulheres, por outro, grande parte dos dados, informações, estudos e pesquisas, ao focar apenas as mulheres, parecem considerar que a reprodução é um assunto de mulheres, e esse questionável pressuposto tem validado indicadores com os quais são construídos os conhecimentos nesta área e vice-versa. Em outras palavras, a produção desses indicadores também valida o modelo cultural que os legitima.

No nosso entender, em linhas gerais, as estratégias governamentais sobre saúde das mulheres e saúde dos homens carecem ainda de uma leitura *irônica*, para usar os termos de White (1978/1994). Como explorado

neste texto, as políticas públicas em saúde parecem se organizar ainda a partir de leituras epidemiológicas clássicas, baseadas na noção de risco como probabilidade e na perspectiva da gestão *disciplinar* da vida.

Essas leituras desconsideram, entre outras coisas, os processos de socialização e sociabilidade feminina que sustentam a subordinação das mulheres a partir de uma associação estratégica e cultural do feminino à fragilidade e ao autocontrole. Por outro lado, ignoram também os processos de socialização e sociabilidade masculinas que valorizam a exposição aos riscos como marca/prova de masculinidade (Vale-de-Almeida, 1995). Aqui é evidente a face positivada dos riscos, enquanto a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem se orienta ainda para uma leitura disciplinar. Contraste em princípios e proposições... Pura ironia!

O texto da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PAISH), exposto à consulta pública pelo Ministério da Saúde, nos parece ainda carente de consistência e coerência conceitual e política. Sua construção teve por base, inicialmente, encontros com especialistas e representantes de entidades *disciplinares* da área da saúde, reservando aos cidadãos espaço apenas para consulta pública (feita via internet). Além disso, este processo esteve à margem das conferências de saúde.

Em termos de conteúdo, o texto da política baseia-se num panorama descritivo parcial sobre a saúde, ou melhor, sobre adoecimento e morte dos homens, apresentado a partir de estatísticas e probabilidades, apresentando leitura limitada sobre determinantes sociais em saúde, marcados por gênero, classe, raça e idade, dando pouca visibilidade às produções importantes no campo da Psicologia Social, baseadas em pesquisas qualitativas que exploram valores e normas culturais (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2005).

Ainda que as seções princípios e diretrizes apresentem uma leitura mais complexa do fenômeno, o objetivo geral da política é descrito de forma limitada a promover a melhoria das condições de saúde da população masculina do Brasil, contribuindo, de modo efetivo, para a redução da morbidade e mortalidade dessa população, por meio do enfrentamento “racional” (sic.) dos “fatores de risco” (sic.) e mediante a facilitação ao acesso aos serviços e ações assistência integral à saúde.

Referências

- ANDRADE, L. F. e ROSEMBERG, F. (1997). Ruthless rethoric: child and youth prostitution in the Brazilian media. Trabalho apresentado na Urban Childhood - An international, interdisciplinary conference. Trondheim, Norway, 9-12 de junho de 1997.
- AQUINO, E. M. (2006). Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, (40): 121-132,
- ARAÚJO, T. C. N. (1987). A classificação de cor nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*. (63): 14-16, nov. 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (2005). Saúde do homem: alerta e relevância. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./mar. 2005.
- AYRES, J. R. de C. M. (1997) - *Sobre o Risco: para compreender a epidemiologia*. São Paulo: Hucitec.
- BARBOSA, M. I. (1998) *Racismo e saúde*. Tese (Doutoramento em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARROSO, C. (1982). *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: UNICEF: Brasiliense.
- BATISTA, L. E. (2005). Masculinidade, raça/cor e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 71-80, jan./mar. 2005.
- BAYES, M.; HOWELL, E. (Eds.) (1981). *Women and mental health*. Nova York: Basic Books.
- BECK, U. (1993). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Cambridge, UK: Polity Press. (*Risikogesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, 1986)
- BECK, U. (1998) - *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Piados. 304p.
- BERNSTEIN, P. (1997) - *O Desafio aos Deuses: A Fascinante História do Risco*. Rio de Janeiro: Campus. (*Against the Gods*. John Wiley & Sons, 1996).

BRASIL (2006). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Evolução da Mortalidade por Violência no Brasil e Regiões*. Brasília: Ministério da Saúde.

BRUSCHINI, C.; MADEIRA, F. (1983) - A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU*, São Paulo, (18): 147-186.

CARRARA, S.; RUSSO, J.; FARO, L. (2009). A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 [3]: 659-678, 2009.

CASTIEL, L. D. (1999) – *A medida do possível... Saúde, risco e tecnobiociências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 204p.

CORNEAU, G. (1995). Masculinidade e paternidade. In: NOLASCO, Sócrates (Org). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco.

DOUGLAS, M. (1992). *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. London: Routledge.

FIENNES, R. (2001). *El riesgo de vivir: todos los recuerdos de un gran explorador*. Barcelona: Mondadori.

FIGUEROA-PEREA, J. G. (2004). La representación social de los varones en estudios sobre masculinidades y reproducción: un muestrario de reflexiones. In: MEDRADO, Benedito; FRANCHI, Monica; LYRA, Jorge; BRITO, Maira (Org.). *Homens: tempos, práticas e vozes*. Recife: Instituto PAPAÍ: Fages: NEPO: UNICAMP: Pegapacará, p. 22-34.

FOUCAULT, M. (1999) - *Tecnologías del yo: y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica.

FOUCAULT, M. (1994) *Hermenéutica del sujeto*. Madrid: La Piqueta. 142p. Colección Genealogía del Poder nº 25.

GIDDENS, A. (1998). Risk society: the context of British politics. In: *The Politics of Risk Society* (J. Franklin, org.), pp. 23-34, Cambridge: Polity Press.

GOMES, R. (2008). Entrevista. *Informativo Radis - Comunicação em Saúde* (Nº 74), outubro de 2008.

HARRISON, J.; CHIN, J.; FICAROTTO, T. (1994). Warning: masculinity may be dangerous to your health. In: KIMMEL, Michael; MESSNER, Michael (Eds.). *Men's lives*. Boston: Allyn and Bacon.

- HORROCKS, R. (1994). *Masculinity in crisis*. London: MacMillan.
- KINGDON, J. W. (1984). *Agendas, alternatives, and public policies*. Boston: Little, Brown and Company.
- LAURENTI, R.; BUCHALA, C. M.; MELLO JORGE, M. H. P.; LEBRÃO, M. L.; GOTLIEB, S. L. D. (1998) - *Perfil epidemiológico da saúde masculina na região das Américas: uma contribuição para o enfoque de gênero*. São Paulo: Centro Colaborador da OMS para a Classificação de Doenças em Português.
- LAURENTI, R.; MELLO JORGE, M. H. P.; GOTLIEB, S. L. D. (2005) Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 35-46, jan./mar. 2005.
- LONGHI, M. R. (2008). *Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- LYRA, J. (2008). *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 809-840, setembro-dezembro.
- MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M.; GRANJA, E. e VIEIRA S. (2009). *Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde*. Recife: Instituto PAPAI.
- NASCENTES, A. (1932) - *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro.
- NOLASCO, S. (1993). *O Mito da Masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- OLIVEIRA, P. P. (2000) - Crises, valores e vivências da masculinidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, (56): 89-110.
- PIZA, E.; ROSEMBERG, F. (1999). Color in the brazilian census. In: REICHMANN, Rebeca (Ed.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park, Penn.: The Pennsylvania State University Press, p. 37-52.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (2007). IDB 2006 BRASIL: indicadores e dados básicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2006/matriz.htm>>. Acesso em: 20 out. 2007.

RIVERO-GARCIA, I. Y. (2001) - *Una aproximación crítica a las prácticas psicoterapéuticas: vicisitudes de un viaje a través del análisis crítico del discurso*. Tesina (Psicología Social) Doutorado. Barcelona: UAB;

ROSE, N. (1996) *Inventing ourselves*. New York: Cambridge University Press.

ROSEMBERG, F. (1997). Educación infantil, género y raza. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 20, 1997, Guadalajara, México. Mimeografado.

SPINK, M. J. P. (2001a). Os contornos do risco na modernidade reflexiva: Considerações a partir da psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 12:156-174.

SPINK, M. J. P. (2001b) - Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

VALE-DE-ALMEIDA, M. - *Senhores de si*. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VAZ, P. (1999) - *Corpo e risco*. In Nizia Villaça, Fred Góes e Ester Kosovski (orgs), *Que corpo é esse?* - Novas perspectivas, Rio de Janeiro: p. 159-175.

VIANA, A.L. D. (1996) - Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr. 1996.

WHITE, H. (1994). *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP. (*Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. The John Hopkins University Press, 1978).

Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas
Medrado, Lyra, Azevedo e Brasilino (org.)

4.

HOMENS, DOMESTICIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE REPRODUTIVA

Russel Parry Scott

Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade | FAGES/UFPE

O homem trata sua relação com a casa de maneira diferente da mulher. A intenção fundamental destas páginas é alertar sobre a relevância dessa identificação do homem de acordo com sua participação em grupos domésticos para elaborar políticas públicas na área de saúde reprodutiva ou em qualquer outra área.

O que fica evidente é que os homens são plurais, e a maneira de fazer com que se atinja a meta de promoção de direitos reprodutivos masculinos e femininos de modo a respeitar a criação de relações de gênero mais igualitárias é abordar diferentemente os homens, não somente de acordo com a diversidade de suas características socioeconômicas individuais, mas também de acordo com sua idade e condição residencial.

Os homens são diferentes de acordo com quem vivem. A partir dos arranjos domiciliares, é possível pensar algumas implicações para a elaboração de políticas públicas que atinjam os homens. Aliás, algumas políticas públicas já são elaboradas considerando essa variável, embora isso seja feito mais frequentemente de maneira implícita, e não explícita. Um conhecido estudo sobre mulheres⁴⁰ reproduz um dito popular: “antes só que mal acompanhada”. É um ditado marcadamente feminino. Os homens diriam isso? Até hoje, não ouvi nenhum deles pronunciar esse ditado em referência à situação dos homens.

⁴⁰ BARROSO, Carmen. “Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família,” *Anais do Primeiro Encontro Nacional da ABEP*, Campos do Jordão, ABEP, 1978.

Observando os arranjos em que se metem, às vezes até parece que o inverso seria verdade para os homens: “antes mal acompanhados que sós”. Neste artigo vou usar essa observação sobre arranjos domiciliares masculinos para comentar algumas perspectivas de reflexão sobre políticas públicas para homens, dando ênfase a questões relacionadas com sexualidade e reprodução.

4.1. Onde estão os homens nos arranjos domiciliares?

Basicamente, o uso do conceito de domicílio encontrado nos censos, “uma estrutura independente, com um ou mais cômodos, com entrada privativa”, serve como ponto de partida para nossas reflexões. Nos domicílios particulares, o IBGE, em seu manual do recenseador, enfatiza que a condição de “separação” e “independência” (ver anexo II de ABEP 1984⁴¹) é a base das análises. É instrutivo incluir, além dos domicílios particulares, os domicílios coletivos (quartéis, mosteiros, conventos, hospícios, hotéis, pensões, penitenciárias, colégios e residências universitárias, alojamentos de trabalhadores, asilos, etc.) para entender a condição residencial masculina. Também se argumenta aqui que há uma diferença qualitativa na vivência em domicílio entre os chefes, de um lado, e os que moram em casas chefiadas por outras pessoas, de outro.

Assim, podemos lançar uma primeira pergunta: onde se situam os homens residencialmente? A Tabela 1 mostra os dados do censo de 1991⁴², apresentando os números absolutos de homens por arranjo domiciliar, a proporção de homens em relação a mulheres em cada arranjo e a proporção do total dos homens no arranjo.

⁴¹ ABEP, *Censos, Consensos e Contra-sensos*. Ouro Preto, ABEP, 1984.

⁴² Este trabalho, inédito, foi preparado para o Workshop *Homens e políticas públicas: reflexões e práticas sociais*. Recife, 10 e 11 de agosto 2000, organizado pela MacArthur Foundation e o Instituto Papai. As datas dos dados refletem a época em que foi escrito, e, mesmo que efetuassem a atualização para o uso dos dados de 2000 daria oportunidade para ver algumas mudanças, não afeta a substância do argumento. Por isso optou-se por preservar os dados originais.

Tabela 1: Condição residencial masculina no Brasil – 1991

Arranjo domiciliar	Total (mil homens)	Homens por mulher no arranjo	% do total de homens no arranjo
Domicílio unipessoal	1.216	0,99	1,7
Chefes de domicílios*	27.223	5,37	37,6
Outros em domicílios	43.319	0,64	59,8
Domicílios coletivos	417	1,9	0,6
Total	72.485	--	100**

FONTE: Censo Demográfico, 1991, Dados Gerais (publicado 1994).

* Exclui os domicílios unipessoais.

**O 0,3 ponto que falta para completar 100% refere-se à categoria "residências particulares improvisadas", na qual não foi possível distinguir entre unipessoais, chefes de domicílios de 2 ou mais componentes e homens que moravam na casa dos outros.

A tabela permite algumas observações importantes que precedem a elaboração da discussão mais detalhada feita ao longo deste trabalho. Primeiro, nota-se que há um equilíbrio relativo entre homens e mulheres nos domicílios unipessoais, uma categoria residencial que está crescendo no Brasil. Segundo, nos domicílios coletivos, embora não representem nem 1,0% do total de domicílios ou do total de homens, a predominância masculina é bastante marcada, há aproximadamente dois homens para cada mulher nesse tipo de arranjo. Quando se trata de domicílios que se organizam mais como “famílias” (em relação a casais conviventes), a diferença de gênero é marcada pela posição ocupada por mulheres e por homens: há clara predominância masculina na condição de chefia. Por outro lado, para os outros residentes, não-chefes, a predominância é feminina. É bom lembrar que essa diferença é criada, sobretudo, a partir da participação de membros adultos no domicílio (principalmente na díade chefe/cônjuge, obrigatoriamente diferenciada no censo⁴³). Entre filhos com 14 anos ou menos não há diferenças significativas quanto à divisão entre homens e mulheres (0,98 homem por mulher).

⁴³ No Brasil inteiro em 1991 apenas 80,640 homens foram declarados como cônjuges em vez de que como chefes – contra os 28.440.447 chefes masculinos, ou seja 0,002%!

Para preparar um seminário internacional sobre domicílios na década de 80, Wilk e Netting⁴⁴ elaboraram um quadro de referência que adaptamos⁴⁵ para examinar comparativamente os domicílios no Brasil, e que voltamos a usar neste texto. Nesse quadro procedeu-se a uma identificação analítica diferenciada de esferas de atividade relacionadas com o grupo doméstico, inclusive *produção, reprodução, distribuição e transmissão*. Qualquer ato específico de membros de domicílio pode ser examinado com referência às suas implicações para cada uma dessas esferas, para mais do que uma, ou mesmo para todas elas. De acordo com as diferentes condições residenciais masculinas examinadas, os mais relevantes assuntos dentre essas quatro esferas são realçados, mesmo que a ênfase aqui recaia sobre reprodução⁴⁶, como já foi declarado. Isso ajuda também na discussão sobre as potenciais implicações para as políticas públicas.

4.2. Políticas públicas para homens?

As políticas públicas tendem a ser dirigidas para os homens, mas isso é um segredo bem guardado em favor da manutenção da imagem de que o Estado está promovendo a correção de desigualdades através de suas políticas concretas a favor de setores femininos da população. Assim, a tão badalada *visibilidade*, sobre a qual grande parte das reivindicações feministas enfoca seus esforços, é exatamente o que não interessa aos homens —ao tornar-se mais *visível* o modo como se distribuem os benefícios dessas políticas, será mais difícil mantê-los em face das

⁴⁴ WILK, Richard and Robert McC NETTING, "Households: Changing Forms and Function" in Netting, Wilk e Arnould, *Households: Comparative and Historical Studies of the Domestic Group*, Berkeley, U. California, 1984.

⁴⁵ SCOTT, R. Parry, "Comparáveis ou Incomparáveis: famílias de trabalhadores rurais, pobres urbanos e classe média (um roteiro de pesquisa sobre o uso social do trabalho)," *Seminário Nordeste, o que há de novo*. Natal, UFRN, 1988.

⁴⁶ Entre a literatura crescente sobre este assunto, destacam-se ARILHA, RIDENTI e MEDRADO (orgs.), *Homens e Masculinidades (outras palavras)*, São Paulo, Editora 34, 1999; VALDÉS e OLAVARRÍA (eds.), *Masculinidad/es Poder y crisis*, Santiago, ISIS/FLACSO, 1997; BILAC e BALTAR DA ROCHA (eds.) *Saúde Reprodutiva na América Latina e no Caribe: Temas e Problemas*. São Paulo, PROLAP, ABEP, NEPO/UNICAMP, Editora 34, 1998; GIFFIN, *Homens, heterossexualidades e reprodução no Brasil*. Mimeo, Dept. Anthropology, U.C. Berkeley, Ford/MacArthur, outubro 1997; LEAL, "Suicídio, honra e masculinidade na cultura gaúcha," IN Leal *Antropologia do Corpo e da Saúde II*, Porto Alegre, Cadernos de Antropologia, no. 6, 1992; as coletâneas sobre *Direitos Tardios* (1997) e *Alternativas Escassas* (1994) do PRODIR, editados por Albertina COSTA e Tina AMADO (Editora 34, São Paulo, Fundação Carlos Chagas) e BARBOSA e PARKER, *Sexualidades pela Averso*, Rio de Janeiro IMS/UERJ; São Paulo, Editora 34, 1999 e o resumo feito por MEDRADO do seminário *Homens e Reprodução*, São Paulo, 1999.

reivindicações das menos beneficiadas.⁴⁷ Então, a idéia de políticas públicas para os homens não é uma idéia que parta deles. Para os favorecidos numa sociedade androcêntrica, certo silêncio pode até ser vantajoso.

Mesmo diante da ressalva feita aqui, não há como negar que em muitas esferas os homens são excluídos e teriam o que ganhar caso houvesse modificações significativas nesses setores. Isso se dá em condições diferentes: às vezes a discriminação societária recai sobre porções marginalizadas da população masculina, diferenciada segundo a razão de sua marginalização; às vezes a reivindicação por uma política específica para a população masculina se envolve na procura da criação de relações de gênero mais igualitárias, associando-se ao objetivo amplo de uma sociedade mais justa, onde a consciência da possibilidade de relações mais plenas entre todos os membros da sociedade passa, necessariamente, pela redução da distância entre homens e mulheres.

As políticas públicas para homens são examinadas aqui na medida em que se apresentam como relevantes para homens que têm condições residenciais diferenciadas. Essa ênfase em condições residenciais é um artifício metodológico que tem duas finalidades, só aparentemente contraditórias: mostra que a condição residencial é importante para os homens (isto é pouco apreciado na literatura) e ainda que é mais pelas esferas de atividade que pela própria condição residencial que as políticas públicas se delinham. Assim, ao estudar cada arranjo domiciliar e a condição residencial masculina nele, o objetivo é identificar esferas em que algumas ações podem ser ponderadas. Este trabalho tem a intenção de ressaltar alguns pontos que se apresentam para reflexão, e não a de examinar todas as suas implicações, esfera por esfera e condição por condição, o que seria uma tarefa homérica (ou, devo dizer, penelopeana?).

É importante fazer mais um esclarecimento: diante do fato de que a grande maioria da população brasileira é formada por famílias com renda muito limitada, só excepcionalmente vão ser feitos comentários sobre outras camadas sociais que não as que sofrem dessa limitação.

⁴⁷ Como analogia a esta situação, é interessante ver o argumento de Yves CHALOUET (*Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*, Petrópolis, Vozes, 1978) quando ele denuncia a condição de colonialismo interno no Brasil, demonstrando que as políticas de destinar recursos para correção de desigualdades anunciadas para favorecer o Nordeste de fato são contrabalançadas, e muito, pelas políticas que destinam recursos sem especificar as regiões para onde se dirigem.

4.3. Os homens que moram sós

Em meados dos anos 80 projetava-se um estudo cuja realização não cheguei a acompanhar. O título do estudo era “Moro só, e daí?”. Isso reflete certa indignação contra a reputação de quem não mora com ninguém, de quem não tem um círculo recíproco doméstico no qual partilhar o cotidiano. Essa condição está crescendo para homens e para mulheres. É o arranjo doméstico cujo índice de crescimento é o maior entre todos os arranjos domiciliares - aproximadamente 6% deles⁴⁸. Tratar isso como anomização, ou como evidência de fragmentação ou de exclusão social diante do processo de globalização ou de pós-modernidade, ou de intensificação da exploração do trabalho, ou de uma declaração de direitos individuais, todas são formas de interpretação diferentes, possibilidades analíticas diversas, mas isso ultrapassa a finalidade deste trabalho.

Concretamente, os homens foram, só recentemente, ultrapassados pelas mulheres nesse arranjo residencial (na década de 80), mas eles ainda têm uma grande particularidade que os diferencia das mulheres. Enquanto para as mulheres esse crescimento está muito forte entre as mais idosas (os números absolutos – e não apenas os relativos – são progressivamente crescentes por faixa etária até 69 anos de idade, quando os números absolutos caem por mortalidade, mas os relativos continuam crescendo), para os homens há um equilíbrio muito maior entre as faixas etárias de quem mora só, inclusive jovens, adultos e idosos.

Quase a metade (49,0%) dos homens que moram sós se situam na faixa etária de 20 a 45 anos (11,5% de 25 a 29 anos). Portanto, são homens em plena idade de atividade produtiva. Nessa faixa etária, esse arranjo é uma opção recorrente para os homens, situa-se em torno do dobro do número de domicílios unipessoais femininos. Em números absolutos, as mulheres nesses arranjos só ultrapassam os homens (e então definitivamente) na faixa acima de 55 anos.

Um primeiro ponto que se deve enfatizar é quanto o morar só se associa à decisão de efetivar uma busca de trabalho, independente de laços familiares imediatos. Quando o homem jovem e o adulto moram sós, frequentemente o objetivo é manter-se perto do local de trabalho, seja este uma fazenda, uma fábrica, uma área em construção ou outro qualquer. Não é raro encontrar “carreiras de quartos” (de empresas ou

⁴⁸ GOLDANI, Ana Maria, “As famílias no Brasil Contemporâneo e o mito da desestruturação,” *Cadernos PAGU*, no. 1, Campinas, São Paulo.1993.

de proprietários particulares) ocupados por homens que moram sós e que impressionam pela aparente inabitabilidade, superada apenas pela própria capacidade dos homens de aguentar as condições oferecidas. Assim, trata-se de homens que são levados a realizar uma auto-exploração, muitas vezes em nome de poder contribuir para a manutenção ou formação de um grupo doméstico (distante no presente como migrante; ou almejado, no futuro, sobretudo como chefe). Malgrado esse caminho, outros desses homens sustentam algum costume de consumo que impossibilita a acumulação diante da remuneração limitada auferida com o trabalho. Sós ou com família, é significativo o fato de 58,2% das pessoas que habitam os domicílios chamados pelo censo de "improvisados" serem homens. A meu ver, isso já introduz uma questão que precisa ser contemplada nas políticas públicas na esfera da relação entre trabalho e qualidade de vida: quais são as condições residenciais toleradas ou mesmo promovidas pelos empregadores para que tenham maior disponibilidade de trabalho de homens, e como essas condições são reguladas? Como evitar altos índices de consumo de álcool ou drogas nessa situação?

O “e daí?” do projeto citado acima se referia também a outra questão – a de sexualidade e reprodução. Os homens que moram sós não têm parceiras sexuais co-residentes. Assim, em sua maioria, são alvos de especulação sobre as preferências sexuais numa sociedade predominantemente heterossexual, ou são clientes potenciais de relacionamentos sexuais instáveis, e, portanto, estão mais expostos diante de doenças sexualmente transmissíveis. Próximos aos locais de concentração de residências unipessoais masculinas, encontram-se geralmente prostíbulos e trabalhadores sexuais autônomos. É possível tornar esses locais e trabalhadores reprodutores de políticas que possam favorecer a diminuição do nível de doenças sexualmente transmissíveis? Como?

Quando os homens que fazem parte de outros arranjos domiciliares comentam sobre alguma época que passaram morando sozinhos, frequentemente referem-se ao período como atribulado, um teste pelo qual passaram (isso é muito notável entre migrantes). Quanto maiores as dificuldades, maiores as vitórias da batalha para conseguir “alguma coisa”. As adversidades enfrentadas são “feridas” acumuladas que comprovam como foi árdua a luta por se tornar um bom provedor, para si mesmo e, sobretudo, para os componentes de sua família.

Morar só é viver um período de liberdade, autonomia e individualidade: esses valores podem se tornar tão importantes que representam uma

escolha por essa condição residencial confirmada ao longo da vida. Tal opção merece o devido respeito, mas não parece ser o caminho da maioria. Num estudo sobre os domicílios na Zona da Mata pernambucana⁴⁹ ficou claro que o homem que mora sozinho na velhice está menos satisfeito e tem menores recursos que as mulheres na mesma condição. Os relatos etnográficos de Levi-Strauss⁵⁰ e de Collier⁵¹ sobre as condições de homens sozinhos em sociedades indígenas são ilustrativos, e não parecem perder aplicabilidade quando transpostos para a sociedade industrial, pós-moderna: quando os visitantes perguntavam por que certos homens na sociedade eram tão maltrapilhos, recebiam a resposta de que eles não tinham companheiras.

4.4. Os homens em domicílios coletivos

A opção de residir em um domicílio coletivo não é uma escolha por vivenciar um período de liberdade, autonomia e individualidade, embora possa representar uma fase “probatória”, de ensaio para residir em outras condições futuramente. Mesmo quando a residência coletiva é motivada pela participação em algum tipo de produção, não são as regras de produção que sempre predominam na convivência domiciliar. A superposição da lógica do grupo sobre a lógica do indivíduo é o que marca essa experiência. O próprio censo indica que esses domicílios são restritos “à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência”⁵² (ABEP 1984, e os Censos).

Voltando aos estudos sobre sociedades indígenas, há grupos nos quais é justamente na passagem da infância para a vida adulta que os homens são segregados residencialmente para inculcar os valores de masculinidade através de provas de resistência, força, coragem e até de humilhação e obediência. Em muitos casos, no Brasil em geral, os domicílios coletivos masculinos costumam tomar essas feições. Tais domicílios coletivos se mantêm como opção residencial de uma pequena, mas bem diferenciada, proporção do total da população. É uma escolha de uma população ligeiramente mais jovem (65% têm menos de 40 anos) do que os homens que vivem sós. O quartel é o melhor exemplo desse

⁴⁹ SCOTT, R. Parry, “Família, Gênero e Saúde na Zona da Mata em Pernambuco,” *Anais do X Encontro Nacional da ABEP*, Caxambú, ABEP, 1998.

⁵⁰ Claude LEVI-STRAUSS, *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, 1986.

⁵¹ Jane Fishburne COLLIER, *Marriage and Inequality in Classless Societies*. Stanford, Stanford University, 1988.

⁵² Ver ABEP (1984, op.cit.) e as instruções e conceitos apresentados no início dos censos demográficos.

tipo de arranjo residencial, especialmente devido a sua rígida definição de critérios de idade para ingresso. Os que seguem o caminho religioso são outro exemplo. As mudanças nas condições residenciais coletivas se associam de modo próximo à passagem de ciclos promocionais dentro das ordens hierárquicas das instituições das quais os homens participam. As condições involuntárias de residência em hospitais e prisões, mesmo que sejam chamados de domicílios curativos e correccionais respectivamente, são as que menos se dirigem à preparação para outra condição residencial. Nos domicílios coletivos, é a obediência às regras da instituição que é enfatizada, como bem frisam os autores que estudam “instituições totais”. A república (pode ser masculina ou feminina, ou, mais raramente, mista) é o lugar onde há mais flexibilidade, provavelmente, quanto à adesão às regras do grupo, já que as pessoas trocam de unidades desse tipo de arranjo com facilidade (mas o domicílio só começa a ser identificado como "coletivo" ao abrigar mais de cinco membros não-aparentados).

As regras de participação em algum tipo de produção ou estudo normalmente são bem delineadas como requisitos para participar da residência coletiva, e a distribuição interna frequentemente obedece a padrões bastante rígidos. Seguir regras particulares de reprodução social faz parte do que unifica quem optou por, ou foi levado a, residir coletivamente. Mas, justamente como na condição de quem mora só, a sexualidade e a reprodução biológica costumam ser pontos nevrálgicos do controle social e do comportamento nesses arranjos, como já mostraram muitos estudos. Não é de estranhar, quando se lê a lista de grupos prioritários para o AIDS II no Brasil, que boa parte da então "nova" ênfase tenha recaído justamente sobre aquelas pessoas cujas profissões costumam exigir arranjos domiciliares coletivos⁵³. É a própria “objetividade” da coletividade que oferece condições para trabalhos interessantes com homens que residem assim. Campanhas de doação de sangue contam com a vontade de dotar recrutas com a característica de “obediência” e “vontade de servir” para aumentar a disponibilidade de plasma para os que precisam. A facilidade de trabalhar com administrações centralizadas de instituições que possuem residências coletivas faz com que seja possível achar formas de cooperação que possam se espalhar entre todos os residentes. Há casos em que a identidade do grupo dificulta esse trabalho (como, por exemplo, campanhas contra AIDS em grupos religiosos celibatários, ou medidas

⁵³ Outra ênfase está nos que vivem como desagregados de casas ou em condições marginalizadas.

punitivas em vez de educacionais em prisões). Mas, em geral, as campanhas e as políticas dirigidas a esses locais, que inclusive aproveitam os aspectos lúdicos e didáticos que funcionam bem em grupos, podem suscitar alguns resultados positivos para esses homens.

4.5. Homens chefes de domicílios

A maioria de homens adultos (especialmente acima de 25 anos) se identifica como chefe de domicílio. De todos os homens nessa faixa etária, sempre mais da metade são "chefes de família". Abaixo de 25 anos, até os 20 anos de idade, predomina a categoria de "filho", mas ainda quase uma terça parte dos homens se identifica como chefe. Assim, mesmo que proporcionalmente venha ocorrendo crescimento no número de famílias chefiadas por mulheres, isso não tem redundado em nenhum questionamento efetivo sobre a predominância de chefia masculina (seja qual for a maneira pela qual se pergunta sobre quem é o chefe)⁵⁴. Ambas as famílias, nucleares e extensas, são chefiadas por homens, e não é o caso aqui tentar refinar mais o argumento para averiguar os diferentes tipos de família que os homens de domicílios particulares chefiam.

Como já foi sintetizado por muitos autores⁵⁵, o homem chefe de domicílio costuma se identificar com o papel de provedor, e costuma identificar o seu papel em relação à noção de família. Subordinados a ele na família são a esposa, os filhos e os outros dependentes. Sob sua chefia, a família é uma instituição hierárquica. O homem representa sua casa como "sob controle" e espera que seja reconhecida sua predominância em todas as esferas⁵⁶. É essa característica discursiva que enfatizo, entre os muitos temas possíveis, neste item, para ajudar a

⁵⁴ Numa pesquisa realizada na Zona da Mata (SCOTT, R. Parry, PROMATA - *Avaliação Social e de beneficiários*, relatório para Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, Recife, 1997; e 1998 op. cit.) apresentamos três opções para a resposta à pergunta sobre chefia: o homem, a mulher ou ambos. O resultado foi uma diminuição no número de casas chefiadas por homens, e uma quase equiparação entre as chefiadas por mulheres e por ambos. O controle sobre o sexo do entrevistado, responsável pela casa, mostrou que tanto homens quanto mulheres em proporções iguais informavam chefia de "ambos", que tomo como indicação de uma certa abertura da compreensão de divisão de tarefas de uma forma igualitária.

⁵⁵ Ver especialmente, SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 1996; GOLDANI, Ana Maria (1993: op.cit) e Scott (1988: op. cit.)

⁵⁶ SCOTT, R. Parry, ("O homem na matrifocalidade: gênero, vivência e percepção do domínio doméstico" *Cadernos de Pesquisa* 73 (38), São Paulo, Fundação Carlos Chagas, maio, 1990) apresenta esse argumento em relação aos ciclos de desenvolvimento de grupos domésticos

entender algumas questões sobre como lidar com políticas públicas na área de saúde reprodutiva e sexual e as relações de gênero.

A mulher está trabalhando mais e contribuindo mais para prover a família. Ela está tomando as decisões sobre concepção e anticoncepção, está distribuindo os frutos da renda e do trabalho entre todos os membros da família. Quem corre atrás de registrar o filho no nome do pai é a mulher. Mas para o homem, sua família está "sob controle" e não é para ser posta à prova nem aberta à inspeção dos outros! Diferentemente, a realidade discursiva feminina é mostrar sua sabedoria em lidar com o cotidiano familiar, agindo e conversando sobre como e porquê realiza ações que contribuem para produção, reprodução, distribuição e transmissão. Mesmo assim, quando a família foge do controle do homem, está formado um campo potencial para conflito. Enquanto convive com o marido, a mulher reivindica que seja apreciada sua participação de um lado, enquanto do outro ela contribui para a existência de uma espécie de cumplicidade feminina com a aparência de mandonismo masculino. Isso aparece como um dos principais desafios para a elaboração de políticas públicas na área de saúde reprodutiva. Se, no olhar de muitos homens e mulheres, não se pode questionar o controle masculino, como se podem abrir muitas questões para debate e transformação que envolvem o homem, mesmo que essas transformações sejam positivas para homens e mulheres? Conseguir resolver tal problema é encaminhar-se para enfrentar diretamente o dilema de contribuir para a valorização de relações de gênero mais igualitárias. Vejamos dois exemplos adiante.

Violência: é amplamente conhecido que o maior índice de violência denunciada por mulheres é o registrado no interior de seu grupo doméstico. A afirmação do controle masculino passa sobre o corpo feminino, e frequentemente é realizada em estados de embriaguez ou em momentos de maior pressão externa à casa. Está geralmente associado ao medo do homem quanto à implicação de uma maior circulação social de sua mulher que torna o controle dele sobre suas atividades, e, sobretudo, suas relações sexuais, questionável. A necessidade de criar ambientes onde mulheres que denunciam essas práticas possam ter refúgio tem sido bem identificada, e casas de apoio estão começando a ser erguidas para apoiá-las. Mas como é que se pode atacar esse mal em sua raiz, no praticante da violência? Há alguns esforços interessantes, não-punitivos, de envolver líderes comunitários em grupos de discussão (e capacitação) que tomam a forma de "terapia comunitária" (associados

às pastorais da Igreja Católica). Os profissionais que habilitam os líderes comunitários a dirigir conversas, por sua vez, insistem que cada um discuta suas próprias experiências. O estímulo da participação masculina nessas discussões não é fácil, pois debater abertamente seus problemas é, muitas vezes, uma atividade inusitada e até ameaçadora para o homem, chefe de família. Fica como ponto de reflexão para os promotores desses grupos de discussão como adequar os ambientes criados por eles para a participação desses homens.

Saúde sexual e direitos reprodutivos: o homem é socializado para se ver como uma pessoa forte e autônoma, cuja sexualidade deve ser exercida como prova de masculinidade (dentro e/ou fora do próprio domicílio). A criação dos filhos e o cuidar dos outros são vistos como atividades femininas. Assim, ir ao médico, que resolve "problemas de saúde," é admissão de fraqueza. A presença masculina na procura de saúde é importante para "transpor as barreiras da burocracia" e demonstrar capacidade de lidar com o público para manter a família sob controle⁵⁷, mas essa participação pode ser tranquilamente dispensada se o problema "não for grave" e os procedimentos no local "bem conhecidos". Há certo conluio entre essa imagem e o setor de saúde quando esse mantém os homens distantes dos serviços, inclusive encarando-os como bagunceiros. A determinação explícita de privilegiar a saúde materno-infantil feminiliza ainda mais os serviços de saúde, afastando o homem. Paralelamente, a medicina demonstra seu poder da mesma forma que o chefe de família: controlando o corpo feminino. As escolhas reprodutivas e as informações sobre saúde sexual são dirigidas a (e, somente às vezes, discutidas com) as mulheres. Sob a orientação médica, ela conhece e usa a pílula e resolve fazer, ou não fazer, laqueadura. Os baixíssimos índices de uso de métodos de anticoncepção que envolvem iniciativas masculinas (camisinha, vasectomia, coito interrompido) decorrem desse quadro geral. A reversão dessa pequena participação do homem na saúde reprodutiva exige uma visão dele sobre sua contribuição à composição idealizada de sua família – coisa mais comumente associada a uma esfera feminina de atividade. Mas a masculinidade se pauta não somente sobre o controle da própria família, mas sobre a noção de potência, opções sexuais e prazer. Uma das questões envolve o colocar o corpo nas mãos do médico, o que pode ser visto como perder um pouco de seu próprio controle – torna-se pior

⁵⁷ Discuto isso em Scott, "Gênero, Saúde e Família", *V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Vol. 1, Recife, Massangana/Fundaj, 1991.

ainda quando se trata do médico especializado em saúde sexual, que suscita um pavor nos homens quanto à implicação simbólica dos papéis ativo e passivo em relações sexuais suscitado pelo ato do "toque" do exame de próstata. Há necessidade de ampla divulgação sobre as implicações positivas desse exame sobre a saúde sexual masculina e a relação entre saúde, prazer e potência. Já existe alguma indicação de progresso nesse sentido, mas ainda há muito a caminhar. Adicionalmente, esforços de pesquisar os índices de fecundidade masculina podem identificar aqueles homens cujo comportamento é associado a alta natalidade e ajudar a ver o que, socialmente, exacerba a prática de o homem querer ser pai de um grande número de filhos: representa algum controle de imagem ou de recursos importante para ele?

Ao lidar com homens, chefes de família, as políticas públicas precisam saber enquadrar a questão do sentimento, nascido da posição de comando assumido no domicílio, de que na sua família "as coisas estão sob controle" e não há necessidade de intervenção de fora. Assim, as políticas precisam ser revestidas de noções de "ganhos" potenciais no controle que ele pode exercer, tanto na definição de questões de saúde, de acesso a recursos ou de reforço de auto-imagem, quanto na discussão sobre outros ganhos que uma melhora na qualidade da relação entre ele e os outros membros de seu domicílio possa implicar. Com essa idéia caminha outra, de que a melhora do conjunto, ou a diminuição da noção de *powerlessness*, pode ser mais importante de que a simples noção de controle.

4.6. Outros homens em domicílios particulares

A maior parte da população masculina, considerado o total da população, reside em domicílios particulares chefiados por outras pessoas, conforme os dados apresentados na Tabela 1. Assim, muito da população masculina está numa relação de dependência em sua residência – 89,8% destes homens são "filhos" no seu domicílio, e 34,4% da população masculina total em domicílios particulares tem 14 anos ou menos, então a dependência é uma função de geração, filiação e idade.⁵⁸ Estes últimos, crianças e jovens, são alcançados sobretudo por programas em ambientes escolares e comunitários. Essa fase é valiosa

⁵⁸ Em outra ocasião examinei essa condição, diferenciando homens e mulheres. (Ver SCOTT, R. Parry. "Homens e Mulheres sem cônjuges: tendências recentes em Pernambuco," *Anais do VII Encontro nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, ABEP, 1990.

para lançar a discussão sobre participação masculina e feminina em diversas atividades. Ações recreativas e lúdicas mais uma vez têm um potencial pedagógico enorme e podem exercer influência grande sobre como se encaram as relações de gênero, e, conseqüentemente, sobre a qualidade das relações estabelecidas em seus próprios domicílios, tanto na atualidade, como no futuro.

Rapazes com 15 a 19 anos se tornam pais com bastante frequência. Hoje, a paternidade adolescente é fortemente problematizada por causa do fenômeno demográfico da queda de fecundidade e do envelhecimento da população. Os jovens de hoje ainda são numerosos, nasceram no período em que a queda estava mais acentuada (início dos anos 80). Seus pais normalmente já encerraram sua carreira reprodutiva doméstica. Por isso, tudo o que os jovens fazem é alvo de atenção⁵⁹ e entre essas atividades a gravidez na adolescência figura como muito importante. Nessa idade sair do jugo da repressão parental representa um ganho em respeitabilidade e responsabilidade diante de um mercado de trabalho que oferece poucas oportunidades de ganhos semelhantes decorrentes de atividades remuneradas. Acompanhar esses jovens, e assegurar que a experiência de ser pai envolvido na organização de um ambiente doméstico para suas famílias em iniciação não seja tratada como experiência de atribulação e quebra de regras de adultos que vigiam as relações sexuais dos seus filhos, é uma das atividades que podem contribuir para o estabelecimento de relações de gênero (e de geração) mais igualitárias. Isso não pode deixar de ser encarado como uma potencial modificação significativa na maneira que esses jovens vão encarar a questão da chefia e da vida doméstica cotidiana. Nessa faixa etária o uso de estratégias de protagonismo juvenil pode fazer muito para subsidiar modificações futuras.

Diante dos que não são filhos, há uma predominância de “outros parentes,” mais presumivelmente irmãos dos responsáveis da casa. Apesar de ser condição mais que dez vezes menos frequente que a de filho, refere-se a pessoas que, potencialmente, formarão uma casa própria no decorrer de sua vida, cumprindo a tendência de neolocalidade.

O que chama ainda mais atenção é quantos “pais (homens)” dos responsáveis pela casa não estão se integrando aos domicílios de seus filhos. Para 5,2 “mães” que se integram como dependentes na casa dos

⁵⁹ Veja os três volumes da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, *Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas*, Brasília, CNPD, 1998.

filhos, apenas um “pai” está na mesma situação. Certamente, longevidade diferenciada por gênero não explica uma diferença tão grande. Mais uma vez, estamos diante da reafirmação da prática masculina de ser o chefe de família, que lhe torna difícil se reintegrar como dependente em outro grupo. Ou o homem casa-se de novo, ou mora só.

Um lembrete final

Para evitar a reiteração do que já foi abordado nos diversos itens deste trabalho, encerro lembrando que, no caminho da promoção de relações de gênero mais igualitárias, é importante que se trabalhe a favor de políticas para homens que são “de casa” e não somente “da rua”.

Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas
Medrado, Lyra, Azevedo e Brasilino (org.)

5.

MEDOS SEXUAIS MASCULINOS E POLÍTICA DE SAÚDE DO HOMEM: LACUNAS E DESAFIOS⁶⁰

Romeu Gomes; Lúcia Emília Figueiredo de Sousa Rebello e Elaine
Ferreira do Nascimento

Instituto Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz

5.1. Os medos sexuais dos homens

Os medos sexuais dos homens (e os das mulheres também) podem estar muito relacionados com questões de gênero. Mas afinal o que é gênero? Essa expressão costuma ser utilizada para se referir a atributos culturais associados a cada um dos sexos. Nesse sentido, o que é feminino e o que é masculino têm significados diferentes nas diversas culturas. As construções culturais de gênero, de um lado, influenciam a formação das identidades das pessoas, afirmando-se assim o ser homem e o ser mulher à medida que ocorrem aproximações e afastamentos dos padrões que mais predominam na cultura onde se situam. Por outro lado, essas construções também influenciam as relações que se estabelecem entre os pares homem-homem, mulher-mulher e homem-mulher Gomes (2008).

Com base nesse conceito, observa-se que os modelos de gênero exercem um papel fundamental na reprodução e produção das identidades, relações e instituições sociais. Entretanto, esses modelos não atuam sozinhos. Junto a eles, convivem outros aspectos estruturais – como classe social e raça/etnia – que influenciam as formas como as sociedades pensam sobre as pessoas e como as próprias pessoas pensam sobre si.

⁶⁰ Versión sintética del texto “Algunas intimidades académicas sobre hombres, mujeres y políticas desde una lectura de género, en mi diálogo personal con el feminismo en Brasil”, preparado para apoyar exposición en el Seminario ‘Homens e Masculinidades: práticas de intimidades e políticas públicas’, Recife, Brasil, septiembre de 2010.

No universo simbólico de gênero, dentro de uma sociedade, podem co-existir diversos modelos de gênero e dentre eles um pode ser hegemônico, ou seja, concentrar maior poder em relação aos demais. A existência de um modelo hegemônico não exclui a possibilidade de ocorrerem flexibilizações ou negociações sobre o que se entende por masculino e por feminino. Assim, nas esferas individuais e sociais, *“a cristalização de características tidas como exclusivas de um gênero pode tanto levar a uma não legitimação de identidade de um gênero como suscitar transgressões de um gênero em busca de outro”* (Gomes, 2008: 65).

Especificamente no que se refere à construção da masculinidade, um dos aspectos hegemônicos que circula amplamente no imaginário social diz respeito à formação do masculino em oposição ao feminino. Nesse sentido, homem e masculinidade são expressões que costumam significar a mesma coisa. Fernández (2001), no entanto, considera que homem – num senso estrito – é uma designação para aqueles sujeitos que possuem características sexuais específicas, designadas pela cultura, e adotam determinados padrões que os fazem serem reconhecidos como homem. Em contrapartida, segundo o mencionado autor, o masculino – assim como o feminino – é uma categoria que assume uma maior fluidez, não se reduzindo a um corpo de homem ou de mulher de maneira estanque. Nesse sentido, para ele, homens e mulheres tanto podem ter características masculinas como femininas.

No senso comum, costuma ser muito difícil os homens reconhecerem que podem ter tanto as características tidas como masculinas quanto às consideradas femininas. Isso pode ser um dos aspectos que contribuem para que medos sexuais sejam sentidos por homens.

Os medos sexuais masculinos que circulam no imaginário social podem afetar a sexualidade dos homens. Isso não significa que esses medos afetem a todos os homens ou que afetem de mesma maneira aqueles que por eles são influenciados.

No conjunto desses medos, destaca-se a homofobia, que pode ser explicada pelo imaginário de que as relações entre gêneros devem ser pensadas a partir e unicamente do eixo da heterossexualidade, instituindo-se uma heteronormatividade para os gêneros. Em outras palavras, se constrói uma naturalização da heterossexualidade como algo a ser vivido por todos, homens e mulheres. Ilustrando o predomínio dessa norma, destaca-se uma pesquisa, realizada em 102 municípios brasileiros, com amostra probabilística com 2.363 entrevistados, que

concluiu que 89% dos entrevistados foram contra a homossexualidade masculina e 88% contra a feminina (Almeida, 2007).

Aprofundando a discussão sobre a relação entre masculinidade e heterossexualidade, Welzer-Lang (2001) observa que os homens são definidos não só a partir de um aparelho genital tido como masculino, mas também pelo fato deles todos terem que atestar que seus desejos sexuais se voltam para o sexo oposto. Assim, aqueles que querem viver sexualidades de uma forma não-heterocentrada passam a ser rotulados como “anormais”, associados a mulheres e tratados como elas e, nesse sentido, rotulados como “passivos” ou “inferiores”.

Segundo o mencionado autor, esse padrão de normalidade faz com que, de um lado, se conceba a superioridade do homem sobre a mulher e, de outro, normatiza a sexualidade masculina, produzindo uma visão heterocentrada e homofóbica sobre o homem normal, entendido como ativo, dominante e não-afeminado. Todos os homens que não se enquadram nessa lógica serão os “outros”, pertencendo ao grupo dos que são dominados, como as mulheres e crianças.

A homofobia pode produzir outros medos nos homens tidos como “normais”, tais como: ser tocados nas suas nádegas ou no seu ânus (partes do corpo masculino comumente interditas); participar de uma relação sexual, em que a mulher assume um papel mais ativo para que haja um maior prazer para ela ou para ele próprio e receber demonstrações afetivas de outro homem (mesmo consideradas como não-sexuais).

Apesar de a homofobia orientar a expressão da intimidade entre os homens, em determinados espaços – onde a mulher não é admitida – as interações entre meninos e homens podem ser vividas intensamente, como nas equipes de futebol e acampamentos, situações em que os homens podem ter os seus corpos admirados e tocados ou comparados com os dos outros homens (Louro, 2000). Isso, de certa forma, aponta para uma flexibilização da heteronormatividade, em determinadas situações.

São várias as consequências da homofobia que influenciam a sexualidade masculina. Uma delas é a intolerância para com as pessoas que sentem desejo e prazer sexual por outras do mesmo sexo ou que transitam entre ambos os sexos. Esse fato pode gerar um sofrimento nos homens que sentem atração por outros homens, estimulando uma autorepressão. Numa sociedade regida por uma ética compreensiva – em que se aceita a manifestação da pluralidade como parte da ordem social – não há espaço

para essa intolerância. Anseios democráticos, expressos em documentos internacionais e nacionais, caminham na direção de assegurar os direitos também no campo da sexualidade e um deles se refere ao fato de a pessoa ter o “*Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras*” (Brasil, 2006: 4).

Junto ao medo de ser tocado na sua parte “inferior” (traseira), o homem pode concentrar a sua preocupação de falhar na hora “h” (Damatta, 1997), podendo experimentar algum grau de dificuldade de ereção. Pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo, com 10 mil pessoas, em 19 cidades, aponta que a falta de ereção é um dos quatro grandes temores do homem brasileiro. Os outros três são perda da libido, adoecer e a queda do poder aquisitivo (Vinhali, 2008). Esses temores, de certa forma, se ancoram no modelo hegemônico de masculinidade, onde o principal eixo é a dominação. Assim, não ter ereção, não ter libido, adoecer e perder o status de provedor são “problemas” que comprometem as marcas identitárias do ser homem (Nascimento & Gomes, 2008).

Segundo Rodrigues Jr. (2009), a disfunção erétil pode ser uma dificuldade: em ter ereção rígida, em manter ereções penianas rígidas ou perder a ereção, fazendo com que a relação não seja concluída. Para esse autor, a disfunção erétil se associa à impotência. No entanto, essa última expressão também abrange a incapacidade de procriar.

A disfunção erétil pode ter causas de ordem orgânica ou de ordem psicológica e, embora possa ocorrer com maior frequência à medida que o indivíduo envelhece, não se relaciona apenas com a idade. Abdó e colaboradores (2006), em estudo transversal com 2862 homens maiores de 18 anos, verificaram uma prevalência de disfunção erétil de 45,1%, sendo 31,2% mínima, 12,2% moderada e 1,7% completa. Seja para lidar com as causas de ordem orgânica, seja para melhor compreender as de ordem psicológica, faz-se necessário que se levem em conta os aspectos culturais. Simbolicamente, a ereção costuma se associar à força e potência, constituindo-se numa das expressões centrais da masculinidade.

A mídia – direta ou indiretamente e séria ou jocosamente – costuma colocar em pauta os problemas de ereção. Em torno desse tema, não só ocorrem avanços no campo das ações que visam a promoção da saúde sexual masculina, como também se criam cobranças aos homens para que possam ter um desempenho sexual “adequado”, que costuma ser

atestado pelo fato de exibir um pênis ereto. Essa pressão pode ser a raiz de problemas de ereção de alguns homens. Para Figueiredo Neto (2009), essa preocupação muito grande com o desempenho faz com que se esqueça de compartilhar, no lugar de simplesmente mostrar, fazendo da cama um palco de concurso, ao invés de torná-la um cenário de pessoas que se amam, se atraem, brincam um com o corpo do outro e, por consequência, obtêm prazer. Além disso, no atual cenário da sofisticação tecnológica, há uma maior possibilidade de enfrentamento dos medos associados à disfunção erétil, através da busca de tratamentos que poderiam restituir ao homem a virilidade - tida como perdida - e, consequentemente, o poder.

Outra grande preocupação de alguns homens – que pode assombrar suas expectativas sobre o seu relacionamento sexual com sua parceira ou seu parceiro – é o tamanho do pênis, associado ou não à falta de ereção. Segundo Berg (2009), embora o tamanho médio do pênis em adultos seja de 12 centímetros, em seu estado flácido, e de 13 a 18 centímetros de comprimento, em seu estado ereto, não há um padrão único entre os grupos estudados. Ainda segundo o autor, o pênis patologicamente reduzido é aquele que mede quatro centímetros, em estado flácido, e sete centímetros, em ereção.

O mencionado autor observa que, desde cedo, os meninos são incentivados a se preocuparem com o tamanho do pênis, seja a partir de informações erradas, seja pelo excesso de preocupação dos pais em examinar constantemente esse órgão, seja ainda por conta das comparações feitas entre adolescentes, medindo seus membros sexuais. Para ele, os temores, muitas vezes infundados, também surgem pelo fato de revistas especializadas e filmes eróticos utilizarem atores com os órgãos genitais avantajados. Esses veículos midiáticos também costumam realçar o tamanho do pênis a partir de ângulos das fotos e tomadas de câmera. Sobre isso, Berg (2009) conclui que esse “marketing negativo” é mais desfavorável aos homens do que as belas estátuas gregas e romanas que – com o tamanho de seus pênis – poderiam deixar todos os homens satisfeitos.

O fato de o pênis ser foco não só do senso comum, mas também dos meios científicos e midiáticos, tem favorecido o crescimento de um vasto mercado com a promessa de se conseguir um aumento ou um alargamento peniano, tendo como uma das principais ancoragens no orgulho masculino com o seu “equipamento” (Haiken, 2000). O apelo desse mercado não atinge apenas os homens que têm ou pensam ter um pênis pequeno, mas também captura aqueles que nutrem o desejo de ter

um membro sexual acentuadamente desenvolvido para que sua virilidade seja simbolicamente reforçada ou para que seja foco de admiração de mulheres ou de outros homens. Nesses casos, o ditado popular de que “tamanho não é documento” é esquecido ou passa ao não ter nenhum valor.

Berg (2009) observa que o pênis não é um simples órgão no imaginário popular, mas costuma ser visto como “uma máquina”, “uma obra de arte”, “uma decepção”, “uma arma”, “um cetro” enfim como “um símbolo de força e poder”. Ainda segundo o mencionado autor, embora muitos homens expressem uma intimidade com seu pênis, batizando-o com nomes próprios e apelidos, desconhecem o mais básico sobre o seu “funcionamento”.

Por que tanta preocupação com o pênis? Inúmeras respostas podem ser formuladas para essa questão. Entretanto, não se pode descartar a idéia de que essa preocupação tem muito a ver com o símbolo cultural da virilidade. O pênis pode assumir o papel de um arquétipo em diversas épocas para que homens construam a sua identidade masculina e, nesse sentido, problemas – reais ou fictícios – a ele relacionados podem arranhar essa identidade, comprometendo as imagens de fertilidade, força e poder.

A partir dessa perspectiva, os temores suscitados pela homossexualidade, pela possibilidade de não se ter ereção e pelo tamanho “adequado” do pênis podem ter em suas origens questões relacionadas aos modelos culturais de masculinidade. O lidar com esses temores demanda não só o desenvolvimento de tecnologias ancoradas em conhecimentos cientificamente validados, mas também mergulhar no imaginário social para que se acessem os possíveis nexos estabelecidos entre esses medos e as marcas identitárias das masculinidades, hegemônicas ou subordinadas. Ainda que esse mergulho não traga soluções concretas ou imediatas, ele pode ao menos possibilitar uma maior compreensão da problemática em questão, aumentando com isso a possibilidade de ações exitosas voltadas para o enfrentamento dos medos sexuais masculinos.

5.2. Sexualidade masculina e cuidados em saúde

Embora não se possa afirmar que todos os homens sejam afetados por medos sexuais e que os mesmos afetem da mesma maneira aqueles que por eles são influenciados, não se pode deixar de levar em conta que muitos desses medos se relacionam à resistência por parte dos homens a

uma conduta de cuidados em saúde. As dificuldades de prevenção e de adesão ao tratamento tanto do câncer prostático, como das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), aí se incluindo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), são exemplos emblemáticos para se discutir o comprometimento da sexualidade masculina por conta da influência do modelo hegemônico de masculinidade.

Em relação à prevenção e ao tratamento do câncer de próstata, para que se avance nessa discussão, há que se destacar a dimensão simbólica da próstata. A próstata é uma glândula que só o homem possui e que se localiza na parte baixa do abdômen. Nela se produz parte do sêmen, um líquido espesso que contém os espermatozoides produzidos pelos testículos e que é eliminado durante o ato sexual. O câncer de próstata surge quando, por razões ainda não conhecidas pela ciência, as células prostáticas passam a se dividir e se multiplicar de forma desordenada, levando à formação de um tumor. Caso não seja diagnosticado a tempo, esse câncer pode trazer sequelas como infertilidade, impotência sexual, infecção generalizada, problemas urinários e até mesmo ocasionar a morte. No entanto, é uma patologia que pode ser detectada precocemente através de métodos diagnósticos de triagem (Gomes *et al* 2008; Guerra, Moura Galo e Mendonça, 2005; Miranda *et al* 2004).

Em termos de diagnóstico precoce do câncer de próstata, costuma-se recomendar o exame clínico (toque retal ou toque digital da próstata) e o exame de sangue para a dosagem do antígeno prostático específico, conhecido por PSA. Esses exames, além do baixo custo, possuem boa sensibilidade e especificidade, porém para muitos homens o toque retal ainda representa algo que mexe com características identitárias masculinas (Gomes *et al* 2008).

Gomes e colaboradores (2008) apontam que o exame de toque retal não toca apenas na próstata. Ele toca em aspectos simbólicos do ser masculino que, se não trabalhados, podem não só inviabilizar essa medida de prevenção como também trazer outras implicações para a saúde do homem em geral. Os homens tendem a perceber o toque retal como uma invasão em um espaço interdito de seu corpo e são acometidos por um medo de, mediante esse toque, haver ereção do pênis e a essa ser imputado um significado de excitação. Nesse caso, a ereção se encontraria tão fortemente associada ao prazer que não se conseguiria imaginá-la como uma simples reação fisiológica. Sendo assim, deixar-se tocar nessa parte “inferior” colocaria em questão a masculinidade de quem se deixa tocar. Essa idéia é reforçada no senso comum através de piadas do tipo “e se o cara gostar do toque e ficar viciado?”

Os homens podem, ainda, fazer uma associação entre toque retal e penetração sexual. Essa imagem de ser penetrado, que se constrói em torno do exame, pode fazer com que os homens expressem constrangimentos e resistências, uma vez que no imaginário social o masculino se associa ao penetrador (ativo) e não ao ser penetrado (passivo). A condição de “passividade” no momento do exame situar-se-ia em oposição a um modelo vigente de “ser homem” (Gomes, 2008; Gomes *et al*, 2008).

Um estudo realizado por Santos (2006) apontou que, no caso do câncer de próstata, os tratamentos podem interferir na sexualidade masculina, causando perda do desejo sexual e disfunção erétil. Analisando o relato oral de 10 homens com câncer de próstata que foram submetidos a tratamentos, com idades entre 51 e 82 anos, a autora identificou que essa situação faz com que os homens sintam-se frágeis em sua masculinidade. Assim, o medo das implicações desse tratamento na sexualidade pode afastar a maioria dos homens da busca de um diagnóstico dessa doença. A recusa em receber esse diagnóstico pode funcionar como um mecanismo de proteção do comprometimento da masculinidade.

Outro fantasma que povoa o imaginário masculino diz respeito às DST que, geralmente, manifestam-se por meio de feridas, corrimentos, bolhas ou verrugas nas genitálias (Brasil, 1999). Nos últimos anos, principalmente após o início da epidemia da Aids, as DST readquiriram importância como problemas de saúde pública. A adoção de práticas de sexo mais seguro – sexo sem o risco de ser contaminado ou contaminar o(a) seu(sua) parceiro(a) – ainda encontra grande resistência por parte dos homens. Parte dessa resistência pode se explicar pelo fato das estratégias de prevenção nem sempre estarem sensíveis às questões do campo simbólico da masculinidade. Sobre isso, Jordaan (2007) critica a chamada estratégia “ABC” (pelas iniciais em inglês: A para a abstinência; B para ser-se fiel a um/a só parceiro/a, e C para o uso de preservativos), implementada na África do Sul por não conseguirem responder à especificidade da masculinidade, nem das relações de gênero.

Em relação à questão da abstinência como forma de prevenção de DST, essa estratégia desconsidera que a relação sexual para o homem pode ser entendida como uma forma de comprovar a virilidade e que, entre os jovens a primeira relação sexual pode ser vista como um marco ou o primeiro passo para ser homem. (Rebello e Gomes, 2009; Gomes, 2008; Jordaan, 2007). Sendo assim, a abstinência não se constitui uma opção de fácil adesão.

No que se refere à fidelidade, as estratégias baseadas nesse princípio podem não alcançar êxito junto a determinados segmentos masculinos, uma vez que pode mexer com o imaginário da perda do interesse sexual. Assim, a prevenção baseada na fidelidade esbarra no modelo cultural que estimula os homens a terem muitas parceiras sexuais, associando o ser infiel àquele que tem a sua virilidade atestada e potencializada (Guerriero *et al*, 2002 ; Jordaan, 2007).

Problematizando a resistência dos homens ao uso do preservativo, vários motivos são apontados. Em países da África, onde ter muitos filhos determina o “ser homem”, o uso do preservativo seria um inibidor desta prova de masculinidade (Jordaan, 2007). No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, em uma pesquisa realizada com homens jovens universitários identificou-se que interromper a relação sexual para colocar o preservativo ainda é motivo de angústia por esses homens temerem perder a ereção, o que poderia ser entendido pela parceira como ausência de virilidade (Rebello e Gomes, 2009).

O uso de preservativo também envolve negociações e relações de poder nem sempre fáceis de se contornar. Ainda que o uso do preservativo seja amplamente difundido como medida preventiva nos meios de comunicação e ofertado pelo Estado através de unidades básicas de saúde, a negociação de seu uso em relações afetivo-sexuais torna-se difícil por poder ser entendida como desconfiança entre os parceiros, incompatível com uma suposta fidelidade esperada neste tipo de relação (Rebello e Gomes, 2009; Gomes, 2008; Jordaan, 2007; Guerriero *et al*, 2002; Silva, 2002). A este respeito, Maia e colaboradores (2008) afirmam que as dificuldades decorrentes da hierarquização de poderes nas relações afetivo-sexuais, ao impedir que haja uma comunicação sobre a sexualidade entre parceiros, são justificativas para a não utilização de práticas de sexo seguro em relacionamentos estáveis.

5.3. Subsídios para as políticas de saúde voltadas para a sexualidade masculina

Recentemente, o Ministério da Saúde liderou uma discussão na internet – via consulta pública – acerca de uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. A motivação dessa discussão parte principalmente da constatação de que esse segmento se apresenta com um maior nível de vulnerabilidade para os programas de saúde, trazendo grandes desafios para o setor público e, em particular, para o nível da

gestão. Assim, faz-se necessária a adoção de estratégias para o enfrentamento dessa questão.

Essa iniciativa reflete, dentre outros aspectos, uma sensibilidade com as especificidades de gênero e uma preocupação em caminhar na direção de um maior envolvimento de homens nas questões de saúde relativas tanto às mulheres quanto a si próprio. Esse movimento em si merece a atenção e a valorização de todos os profissionais que empreendem ações voltadas para a promoção da saúde e a prevenção de doenças a partir de uma perspectiva de gênero.

No que tange à sexualidade masculina, essa proposta de política da saúde do homem veio reforçar a promoção de direitos sexuais e reprodutivos – que já figuravam em outros documentos nacionais e internacionais – como os relacionados ao: envolvimento dos homens na saúde reprodutiva, respeito às orientações sexuais e o exercício da sexualidade que não traga riscos para os sujeitos. Percebe-se, assim, a partir da leitura do texto inicial da política em questão, um esforço que o Estado tem empregado em assegurar um espaço de cidadania plena para o segmento masculino.

Junto a isso, constata-se a necessidade de se refletir sobre possíveis lacunas que ainda devem ser preenchidas, seja no campo das políticas públicas, seja no âmbito das estratégias que viabilizem tais políticas. O emprego do termo “possíveis lacunas” é proposital, uma vez que, dependendo da perspectiva adotada para a leitura do documento em questão, é que se constatam ou não as lacunas.

Levando em conta a trajetória deste trabalho – que se inicia pelos medos sexuais masculinos e passa pelas implicações desses medos no campo da promoção da saúde sexual masculina – pelo menos duas lacunas podem ser destacadas.

A primeira lacuna se refere ao fato de uma política pública de sexualidade masculina necessitar de uma maior articulação entre os princípios e as estratégias dessa sexualidade com a sexualidade feminina, numa perspectiva relacional de gênero. Caminhando por essa lógica, observa-se que uma política de sexualidade masculina avança na medida em que consegue ganhar maior contundência na esfera da discussão das relações de gênero, buscando romper com os velhos estereótipos oriundos da cultura patriarcal que se tem construído como armadilhas para o ser homem. Para a superação da cultura patriarcal, que tende a aprisionar homens e mulheres, uma das estratégias é a compreensão da adoção das múltiplas masculinidades que incorporem outros modelos

para além do hegemônico. Acredita-se que uma política voltada especificamente para segmentos masculinos não pode se silenciar sobre isso.

Outra lacuna que se destaca é a ausência da valorização da dimensão simbólica da sexualidade masculina. As diretrizes dessa política não podem apenas se ancorar em dados epidemiológicos e em conclusões de ensaios clínicos, ainda que tais referências sejam de fundamental importância, essas não dão conta da complexidade e da dimensão subjetiva que envolve o tema. Os diversos segmentos masculinos quando subjetivam as políticas o fazem a partir de diversas perspectivas. Dentre essas perspectivas, ressalta-se o imaginário social acerca da sexualidade. Esse imaginário pode servir de ancoragem para os homens – por adesão ou por oposição a ele – esboçarem suas formas de pensar, sentir e agir. Caminhar no desvendamento dessas questões que simbolicamente se fazem presentes na sexualidade masculina pode garantir um maior êxito das políticas.

Ampliando a discussão, além das lacunas, observam-se pelo menos dois desafios a serem superados para se garantir o êxito dessa política. Um seria a organização das unidades básicas de saúde para além de um espaço infantil e feminilizado e o outro seria a qualificação/treinamento dos profissionais de saúde para o atendimento ao segmento masculino numa perspectiva de gênero.

Problematizando o primeiro desafio, a construção e organização do ambiente das unidades de saúde como um espaço quase que exclusivamente reconhecido como sendo para as necessidades da mulher e da criança pode dificultar a inserção e a permanência do segmento masculino nas unidades básicas de saúde. Muito além da dimensão estrutural que se relaciona com aspectos vinculados ao horário de funcionamento das unidades e outras dificuldades de acesso, muitos homens se sentem pouco à vontade por não perceberem esses espaços como sendo um lugar que possam tratar de suas questões sexuais. A mudança do imaginário dos serviços públicos de saúde, ampliando-se para um espaço de inter-relações de gênero pode, de certa forma, fazer com que a sexualidade masculina se desloque do lugar coadjuvante nesse serviço para se tornar um dos protagonistas da saúde sexual, sem assimetrias.

Em relação ao segundo desafio, o Estado ao regular a política precisa garantir minimamente que a mesma seja implementada com eficiência para o público-alvo. Nesse sentido, a qualificação regular e permanente

da equipe de profissionais de saúde numa perspectiva relacional de gênero se faz necessária, à medida que os profissionais também se encontram imersos no imaginário social da segmentação e fragmentação da cultura de gênero. Assim, o corpo de profissionais deve ser capaz não só de compreender as demandas do masculino e atender bem os homens, como desenvolver uma abordagem que acolha e estimule a participação e permanência desses sujeitos nas unidades de saúde.

Por último, sempre é bom lembrar que a discussão sobre qualquer que seja a política pública, entendendo essa como um conjunto de ações coletivas que se voltam para a garantia dos direitos sociais, deve se traduzir numa construção que se dá sempre no interior de uma certa complexidade social, existindo espaços de disputa de poder que ganham corpo e materialidade tanto através de instituições objetivas na materialização da relação Estado/sociedade, quanto a partir das relações subjetivas que são caracterizadas e perpassadas pelas instâncias sócio-culturais.

Referências:

ABDO, C. H. N.; OLIVEIRA JR, W. M., SCANAVINO, M. T.; MARTINS, F. G. Disfunção Erétil - resultados do estudo da vida sexual do brasileiro. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 52 supl. 6 p. 424-9. 2006.

ALMEIDA, A. C. *A Cabeça do Brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BERG, O. L. D. *O homem e o pênis*. As disfunções sexuais masculinas... suas causas e tratamentos. Disponível em: <<http://www.saudesexual.med.br/tamanho.html>> Acesso em: 20 fev. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Manual de Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. 2006. 140 p. Série Manuais n. 68 4.ed.

CARVALHO, MLO; PIROTTA, KCM; SCHOR, N. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. *Revista de Saúde Pública* v. 35 p. 23-31. 2001.

DAMATTA, R. Tem pente aí? In: CALDAS, D. (Org.). *Homens*. São Paulo: Editora Senac, 2004, p. 31-49.

FERNÁNDEZ, P. M. Masculinidad: nuevas construcciones o más de lo mismo? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 7 supl. 2 p. 13-34, 2001. Disponível em: <www.hombresigualdad.com/nueva-masculinidad-nueva-construccion.pdf> Acesso em: 16 set. 2007.

FIGUEIRÊDO NETTO, J. Entrevista. SECON - Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/entrevistas/tv0507-03.htm>> Acesso em: 20 fev. 2009.

GOMES, R. *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

GOMES, R. *et al.* As arranhaduras da masculinidade: uma discussão sobre o toque retal como medida de prevenção do câncer prostático. *Revista Ciência e Saúde Coletiva* vol.13 supl.6 p. 1975-84.2008.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E.F.; ARAÚJO, F.C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23 supl. 3 p. 565-574, mar. 2007.

GUERRA, M.R.; MOURA GALO, C.V.; MENDONÇA, G. A. S. Risco de câncer no Brasil: tendências e estudos epidemiológicos mais recentes. *Revista Brasileira de Cancerologia* v. 51 supl. 3 p. 227-234. 2005.

GUERRIERO, I. ; AYRES, J. R. C. M.; HEARST, N. Masculinidade e vulnerabilidade ao HIV de homens heterossexuais, São Paulo, SP. *Revista de Saúde Pública* v. 36 Supl. 4 p.50-60. 2002.

HAIKEN, E. Virtual virility, or, does medicine make the man? *Men and Masculinities*, v.2 supl.4 p. 388-409. 2000.

JORDAAN, S. África do Sul: A forma pela qual a resposta do governo ao HIV não consegue responder à masculinidade. Ponto de Vista. *Intercâmbio*, 2007. Disponível em <http://www.kit.nl/net/KIT_Publicaties_output/ShowFile2.aspx?e=1141> Acesso em: 10 mar 2009.

LOURO, G.L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.). *O Corpo Educado: Pedagogias e Sexualidades*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. p. 07-34.

MAIA, C; GUILHERM, D; FREITAS, D. Vulnerabilidade ao HIV/Aids de pessoas heterossexuais casadas ou em união estável e colaboradores. *Revista de Saúde Pública* v. 42 supl. 2 p. 242-8.2008.

MIRANDA *et al.* Práticas de diagnóstico precoce de câncer de próstata entre professores da Faculdade de Medicina – UFMG. *Revista da Associação Médica Brasileira* vol. 50 supl. 3 p. 272-5. 2004.

NASCIMENTO, E. F. ; GOMES, R. Marcas identitárias masculinas e a saúde de homens jovens. *Cadernos de Saúde Pública* vol. 24 p. 1556-64. 2008.

REBELLO, L. E. F. S.; GOMES, R. Iniciação sexual, masculinidade e saúde: narrativas de homens jovens universitários. *Revista Ciência e Saúde Coletiva* vol. 14 supl. p.653-60. 2009.

RODRIGUES JR, O. *Impotência sexual* - algumas dúvidas. Disponível em: <http://www.sopara.homem.com.br/artigo.php?id_artigo=281&id_categoria=13> Acesso em: 20 fev. 2009.

SANTOS, R.B; BRUNS, M.A.T. *Homens com câncer de próstata: um estudo da sexualidade à Luz da perspectiva heideggeriana*. Dissertação de Mestrado (não publicada) apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP – Dep. Psicologia e Educação. Ribeirão Preto, 2006. 243p.

SILVA, C.G.M. O significado de fidelidade e as estratégias para prevenção da Aids entre homens casados. *Revista de Saúde Pública* vol. 36 Supl. 4 p.40-9. 2002.

VINHAL, M. Disfunção erétil. *Revista Vigor – Movimento e Saúde*. Thesaurus Editora de Brasília. Disponível em: <<http://www.revistavigor.com.br/2008/09/02/pesquisa-sobre-disfuncao-eretil/>>Acesso em: 21 fev. 2009.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas* v. 2 p. 460-82. 2001.

6.

HOMENS JOVENS E OS ATROPELOS DA HETEROSSEXUALIDADE: CONTRACEPÇÃO E ABORTO

Maria Luiza Heilborn⁶¹

Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

No âmbito dos estudos sobre gênero e sexualidade, o tema da masculinidade adquiriu grande visibilidade nas últimas décadas. No final do século passado, o gênero masculino foi transformado em objeto científico. Os homens e as masculinidades não se constituem em fenômenos à espera de um analista que os colocasse sob a mira de uma lupa. Como Foucault e os estudos sobre gênero e a ciência de inspiração feminista demonstraram, a maneira pela qual os saberes científicos constroem seus objetos não é uma operação simples e seus desdobramentos sociais são imprevisíveis.

A construção de novos objetos científicos supõe processos de dominação que atingem determinados grupos sociais; os loucos, as mulheres, os sexualmente desviantes, as crianças e os velhos, para os quais as ciências biomédicas construíram disciplinas especiais (psiquiatria, ginecologia, pediatria e gerontologia). Os homens – organismo, comportamento e valores socialmente atribuídos ao gênero masculino – foram capturados pela especulação científica. Até recentemente, tudo se passava como se os homens, na qualidade de representantes do indivíduo universal, fossem seres humanos não marcados por quaisquer atributos de gênero. E por isso aparentemente menos “objetificáveis”. Tal opacidade fazia com que as soluções para problemas específicos fossem menos conhecidas.

⁶¹ Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do PROCENCIA e do CNPq

É possível postular a correlação entre a emergência do masculino como objeto de reflexão das ciências humanas e a dissolução de alguns dos privilégios sociais que a identidade de gênero historicamente assegurava aos homens. Provável reflexo de uma suposta “crise” imposta à identidade masculina a partir dos anos 60, provocada pela segunda voga feminista e pela emergência do movimento homossexual. Violência doméstica, assédio sexual, monopólio de postos e de funções no mercado de trabalho, atitudes homofóbicas etc., impôs-se um maior distanciamento frente a comportamentos e valores que, até então, estavam amplamente naturalizados, entendidos como inerentes ao corpo e ao mundo masculinos. A masculinidade começa a ser mais claramente percebida como culturalmente específica, variando entre distintas sociedades e no âmbito de um mesmo contexto social, segundo diferentes períodos de sua história⁶².

A relevância social adquirida pela temática articula-se, obviamente, à possibilidade de financiamentos de pesquisas e intervenções que cada vez mais privilegiam os integrantes do sexo masculino como aqueles a quem se cumpre conhecer, interrogar e mesmo alterar valores e comportamentos. A análise da lógica e da visão de mundo masculinas expressas na articulação entre sexualidade, relações de gênero e organização da família tornou-se mais que nunca fundamental.

Além de revelarem a existência de diversos (e, às vezes, divergentes) modelos de masculinidade em uma mesma sociedade, os estudos de gênero propõem que se estude também o modo pelo qual as diferentes hierarquias sociais (de gênero, classe, raça ou idade) incidem umas sobre as outras, modulando-se mutuamente. Nesse sentido, os atributos de gênero se constroem também de maneira situacional. Tal perspectiva tem orientado as pesquisas sobre sexualidades masculinas que venho conduzindo há alguns anos.

6.1. Homens, heterossexualidades e o problema da contracepção / reprodução.

Minha incursão pela temática das masculinidades tem perseguido algumas inquietações pessoais, sobretudo, acerca da relação entre heterossexualidades e reprodução. Tais inquietações derivam mais de minha condição de ator social do que do papel de investigadora da vida

⁶² Cumpre notar que nos trabalhos pioneiros de Margaret Mead, o caráter socialmente construído dos papéis sexuais já era objeto de reflexão no âmbito da antropologia social.

coletiva, mas ainda assim elas persistem. Por que os homens não tomam cuidado com a possibilidade de engravidamento da parceira quando não desejam ter filhos? Por que não existem políticas públicas que se dirijam especificamente a esta parcela da população, transmitindo conhecimentos confiáveis sobre como se prevenir dessa eventualidade?

"Os homens quase não pensam nessas horas", argumenta Beto (22 anos, carioca) que foi pai na adolescência e reflete o pensamento mais comum sobre contracepção entre rapazes. Diante de um conjunto de convenções acerca da sexualidade masculina e da sua intrínseca relação com as relações de gênero cabe às moças saber cuidar-se para não engravidar. A atribuição dessa responsabilidade a elas e o baixo envolvimento deles nos cuidados que deveriam fazer parte da relação sexual é um dos achados mais correntes nas investigações sobre sexualidade e jovens no Brasil.

A impossibilidade legal do aborto deve integrar o leque de fatores contemplados por estudos sobre sexualidade e contracepção / reprodução, em especial, em articulação com o tema da juventude. Entre os jovens, ainda em fase de aprendizado do exercício da sexualidade com parceria e do contexto relacional ali implicado, a idéia do aborto tende a estar presente desde o momento em que se constata a falha contraceptiva. A interrupção da gravidez envolve um processo delicado e controverso desde a notícia e revelação da gestação à família, ao parceiro ou aos pares, até a deliberação de interrompê-la ou não com os recursos disponíveis; uma vez que tal procedimento não é acessível a qualquer adolescente que o deseje. Na juventude, dependendo da inserção de classe e da disponibilidade de recursos materiais próprios, homens e mulheres encontram-se em situação de dependência de seus familiares; por isso, a influência e a autoridade dos pais sobre os jovens devem ser tomados como objeto de exame. Não raro, moças e rapazes omitem de suas famílias a informação da gravidez. É o jovem casal quem busca recursos para o aborto e o concretiza. Esse tipo de situação implica focalizar os modos de negociação no par, marcados por relações assimétricas de gênero.

No que tange ao tema do aborto, é fundamental ter em vista que a dinâmica das relações de gênero em diferentes contextos engendra soluções variadas para a gestação imprevista: o rapaz envolvido pode ser totalmente excluído da decisão; pode participar ativamente dela; pode estar ausente do processo pela pressão da família da parceira; ou mesmo, ser um ator decisivo pela solução de término da gravidez ao manifestar não querer ser pai; entre outras possibilidades. Contudo, embora o gênero se apresente como um fator de grande relevância tanto na

condução das práticas contraceptivas quanto no processo decisório pelo aborto, frequentemente, os estudos sobre reprodução e aborto excluem a participação dos homens (Cunha e Monteiro, s/d; Ehrenfeld, 1999; Leal e Legoy, 1995).

Este texto reúne dados provenientes de duas pesquisas que foram motivadas por essas questões: a pesquisa Gravada – *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil*, que teve seu trabalho de campo realizado entre 1999 e 2002⁶³ (consideradas as etapas qualitativa e quantitativa); e a pesquisa HEXCA – *Heterossexualidades, contracepção e aborto* (em andamento), cujo trabalho de campo foi conduzido entre 2007 e 2008 na cidade do Rio de Janeiro⁶⁴. As idéias aqui esboçadas buscam tornar o aborto visível nas histórias de vida de homens, em particular enfocando-os como atores nos processos de decisão. O abortamento voluntário é pensado aqui como uma idéia possível diante de uma gravidez imprevista. A interrupção da gestação um lugar legítimo entre os eventos relativos à reprodução (Bajos e Ferrand, 2002; Peres, 2003).

Na pesquisa GRAVAD foram investigados jovens de ambos os sexos, entre 18 e 24 anos, que experienciaram (ou não) uma gravidez antes dos 20 anos. Os entrevistados eram pertencentes a distintos estratos sociais. No que concerne ao aborto, verificou-se que as investigações sobre a gravidez na adolescência – definida pela OMS como a que ocorre entre 10 e 20 anos incompletos (WHO, 2001) – se limitam a tratar dos condicionantes da gravidez, sem levar em conta a influência da ilegalidade nas consequências da tomada de decisão dos jovens relativa à interrupção ou prosseguimento da gestação. Assim, os estudos não enfocam problemas específicos enfrentados pelos adolescentes face à opção pelo aborto; tais como: as formas de acesso a recursos materiais, a premência de tempo para a realização da intervenção em contexto de ilegalidade, a menoridade civil, a consulta a um médico, a realização de

⁶³ Este artigo examina os dados resultantes da etapa qualitativa da pesquisa Gravada (“Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” 1999-2002), que investiga os comportamentos sexuais e reprodutivos de jovens residentes em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Foram realizadas 123 entrevistas semi-estruturadas, a partir de um critério de cotas pré-definido.²²⁵

⁶⁴ Os dados aqui apresentados, coletados em duas investigações envolvendo as temáticas sexualidade e reprodução, foram preliminarmente discutidos no artigo “Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência” (Peres e Heilborn, 2006) e no paper “Trajetórias Juvenis Femininas e Masculinas: contracepção e aborto” (Heilborn, Brandão e Cabral, 2009) – trabalho apresentado no Congresso da Latin American Studies Association (LASA) e na dissertação de mestrado de Cabral (2002).

exames, até efetivamente a concretização do aborto em clínicas clandestinas ou pelo uso de medicamentos sem controle adequado. A investigação dessas questões é dificultada, sobretudo, pelo enquadramento jurídico da prática do aborto como ilegal⁶⁵ (Ramirez, 1999; Peres e Heilborn, 2006).

Em 2007 teve início a pesquisa HEXCA⁶⁶. Trata-se de uma investigação socioantropológica acerca das práticas contraceptivas e do abortamento voluntário. A pesquisa entrevistou 30 homens e mulheres de diferentes faixas etárias (18 a 27 anos e 40 a 49 anos) e segmentos sociais no Rio de Janeiro, Brasil. Nas entrevistas em profundidade, buscou-se contemplar eventos contraceptivos e/ou reprodutivos, sobretudo, as circunstâncias biográficas e sociais que levaram à interrupção da gravidez. Neste texto, me deterei apenas ao conjunto de 13 entrevistas realizadas com rapazes de camadas médias e populares.

6.2. Narrativas biográficas em duas pesquisas

A abordagem do tema da contracepção e do aborto nas duas pesquisas conferiu atenção especial ao relato das circunstâncias envolvidas nos eventos de gravidez e de interrupção voluntária da gestação. A utilização em ambas as investigações de roteiros semi-estruturados, contendo módulos relacionados à trajetória de vida dos entrevistados, permite a comparabilidade dos depoimentos coletados. Sobre o tema aqui em exame, foram investigados: a idade do parceiro (a); a prática contraceptiva – se conversaram sobre como se prevenir antes primeira relação sexual, quem era o responsável pela compra e o uso do método anticoncepcional, irregularidades na utilização da contracepção etc.–; e as circunstâncias em que se optou e viabilizou a realização do aborto. Nesse sentido, é relevante apontar que as duas investigações trabalharam com a distinção entre métodos masculinos – condom e coito interrompido, considerados de baixa eficácia – e métodos femininos – pílula, camisinha feminina, DIU etc.

Deve-se também destacar que, em ambas as pesquisas, a aproximação com os informantes para a realização das entrevistas em profundidade se

⁶⁵ As leis brasileiras não punem o aborto apenas em duas circunstâncias: quando resulta de estupro ou no caso de risco de vida para a gestante.

⁶⁶ Investigações análogas também estão sendo realizadas nas regiões metropolitanas de Buenos Aires, de Bogotá e Montevidéu, sob coordenação do *Centro de Estudios de Estado y Sociedad* (Argentina), da *Universidad Nacional de Colombia* e da *Universidad Nacional de Uruguay*, com vistas à análise comparativa dos dados nos quatro países.

deu por redes informais de sociabilidade. Ao longo das entrevistas⁶⁷, buscou-se acessar da forma mais minuciosa possível a sucessão de acontecimentos envolvendo episódios de gravidez imprevista nas trajetórias dos informantes, desde a constatação da gestação até escolhas em prol de sua continuidade ou interrupção. Essa abordagem possibilitou a obtenção de histórias com tentativas (bem-sucedidas ou não), desistências ou até ausência de referência e intenção a essa possibilidade. Foi solicitada aos jovens uma descrição detalhada do processo decisório: como soube da gestação e do aborto; a reação diante da notícia; os tipos de apoio recebidos; a participação das famílias na escolha de manutenção (ou não) da gestação; as circunstâncias e o(s) método(s) empregado(s) na interrupção da gravidez; além das concepções e valores dos jovens sobre a gravidez e o aborto. As investigações também abrangeram as cogitações em torno da prática, as tentativas mal sucedidas de abortamento, e o contexto social e relacional em que se delinearão os eventos.

No caso da pesquisa *Gravad* sobressaiu o número três vezes superior de declarações masculinas sobre aborto quando comparado ao de mulheres (Peres e Heilborn, 2006). Esse predomínio de experiências masculinas com o abortamento voluntário foi entendido como possível *efeito de declaração*: os rapazes relatariam com maior facilidade eventos de gravidez e aborto nos quais não se sentem necessariamente implicados ou responsáveis. Muitos jovens afirmaram não saber ao certo se a gravidez ocorreu, ou a quem cabia a paternidade. Pode-se ainda aventar se esse maior número de abortos declarados não decorre do fato de que os homens tendem a relacionar-se sexualmente com um maior número de parceiras eventuais no início de sua vida sexual. Enquanto a trajetória das moças entrevistadas, de modo geral, é marcada por relações afetivas duráveis; as narrativas masculinas são caracterizadas por relacionamentos, com forte ênfase na sexualidade sem o compromisso do vínculo afetivo (Heilborn, 1995). Isso somado, sobretudo, a baixa incorporação pelos homens dos cuidados contraceptivos (Leal e Legoy, 1995) resultaria em sua maior exposição potencial a situações de engravidamento de namoradas e “ficantes”.

Na pesquisa em que a prática contraceptiva e o abortamento voluntário foram os temas centrais de investigação (HEXCA), o quadro de maior

⁶⁷ Os entrevistadores de ambas as pesquisas qualitativas eram, em sua grande maioria, estudantes de pós-graduação em ciências sociais, com experiência anterior em pesquisa qualitativa, treinados previamente para a temática. Foi assegurada a confidencialidade das declarações e empregado consentimento informado.

declaração masculina não se repetiu. Houve resistência dos homens a tratar do tema, e, portanto, dificuldade de cumprimento da quota estabelecida. Foram entrevistados 8 rapazes de camadas populares e 5 rapazes de camadas médias. O fato de desejarmos ouvir também os homens acerca de suas experiências envolvendo abortos suscitou estranhamento em campo, já que o assunto é considerado estritamente feminino, sendo entendido como algo sobre o que os homens não tinham o que falar (Arihla, 1998; Ramirez, 1999). O diferencial de classe é notável: jovens de segmento popular foram os que mais se negaram a falar sobre o assunto. Assim, o alto grau de rejeição a participar da pesquisa é indicativo de que, como a contracepção, o aborto não demanda reflexão dos homens, em particular para os de inserção popular.

6.3. Métodos de abortamento empregados

Há variedade de métodos mencionados pelos jovens em tentativas e na realização bem sucedida de abortos. O Misoprostol, outros “remédios” (inclusive os chás tidos abortivos) e as clínicas ilegais estão entre os meios de abortamento mais referidos por eles. Em ambas as pesquisas nota-se, por parte dos rapazes dos segmentos médio e popular, ausência de menção a métodos perfurantes, como sondas ou correlatos⁶⁸; mas, a maioria deles declarou desconhecimento sobre o método utilizado pela parceira. Nas tentativas de abortamento, predomina o recurso aos chás considerados abortivos, o que pode ser considerado indicativo de uma estratégia de testagem de possível gravidez e de “fazer descer as regras”, sem nomeação dessa prática como tentativa de aborto (Osis, 1996; Leal e Legoy, 1995). A menção a um método não exclui o recurso a qualquer outro: nos relatos figuram combinações de chás com “remédios”, de injeções com Misoprostol e de chás com injeções.

As condições em que foram realizados os abortos variam significativamente em função do pertencimento social dos entrevistados. Os casos descritos pelos jovens de camadas populares remetem para o cenário de pobreza em que vivem e retratam a maior dificuldade em se conseguir os meios para que a parceira abortasse, recorrendo-se mais a métodos inseguros. As narrativas dos jovens de segmentos médios descrevem episódios de aborto que poderiam ser classificados como

⁶⁸ Apenas as moças de segmento popular que participaram da pesquisa HEXCA declararam ter utilizado esse tipo de método.

“assépticos”, sempre realizados em clínicas, ainda que clandestinas. Nenhum rapaz relatou complicações de saúde das parceiras em função dos procedimentos utilizados para interromper a gestação.

A maioria dos informantes do sexo masculino declarou apenas 1 episódio de aborto em suas trajetórias, enquanto entre as moças esse número de declarações 4 vezes maior. Os abortos narrados ocorreram, predominantemente, no início da trajetória afetivo-sexual dos rapazes. Nesse sentido, chama atenção a recorrência com que foram levadas a termo as gestações subsequentes.

6.4. A decisão de abortar

Os relatos sobre os processos de tomada de decisão acerca do aborto coletados nas duas pesquisas trazem uma variedade de situações em que se delineia a opção pela interrupção voluntária da gravidez. Nas conversas que se seguem a suspeita e constatação de uma gravidez não prevista, a cogitação do aborto está frequentemente presente, o que demonstra sua aceitabilidade nos diálogos entre parceiros, pares e famílias. Muito distante do que constitui a Tônica geral do discurso público – de grande rejeição à proposta de legalização do aborto no país (cf. Católicas pelo Direito de decidir...), o aborto não é alvo de uma interdição total: ele é aventado entre e por familiares dos jovens – aparecendo também nos relatos sobre as experiências de amigos e terceiros. Os interlocutores são parte importante do contexto decisório: isso significa dizer que a decisão é raramente tomada pelos jovens de forma solitária, principalmente porque as famílias se posicionam, são importantes fontes de consulta e oferecem condições materiais e apoio.

Entre os entrevistados pela pesquisa GRAVAD, 62% das moças e 45% dos rapazes compartilharam a notícia da gravidez com pares e familiares. As mães, em especial, são consideradas coadjuvantes fundamentais no enfrentamento da decisão, podendo vir a desempenhar o papel de protagonistas nesse processo. O relato a seguir evidencia tal cenário. Trata-se de um caso em que a mãe da namorada de um dos informantes, oriundo de camadas médias e residente em Salvador, impõe ao jovem casal a realização do aborto – o que para ele foi um alívio. Em menos de um ano, a moça engravidou duas vezes e ambas as gestações foram interrompidas por intervenção de sua família. Foi a sua mãe quem a conduziu a uma clínica especializada e pagou pelo procedimento.

Ela já teve uma gravidez antes dessa, mas abortou. Ah, no momento não tinha nenhuma preparação psicológica pra ser pai, era garotão. A família dela condenou na hora e a gente nem pode impor resistência. A mãe dela foi logo levando ela pro médico. A mãe dela pagou setecentos reais. (Jovem, segmento médio, Salvador – Pesquisa GRAVAD).

Os contextos sociais são muito heterogêneos no país em razão da profunda desigualdade social e de acesso a recursos simbólicos e materiais. É preciso considerar a importância conferida no Brasil, em especial no contexto dos segmentos populares, ao condicionamento da reprodução à constituição de um núcleo conjugal. A gravidez pode se tornar mais aceitável para a família da moça quando o rapaz se compromete a levar a cabo um projeto conjugal / familiar.

Nas narrativas dos rapazes prevalece um consenso em torno da autonomia da parceira na decisão pelo aborto. Entre os jovens de segmento médio entrevistados pela pesquisa HEXCA tal postura é creditada a uma primazia feminina no ato de decidir sobre seu próprio corpo, vida reprodutiva e a possibilidade da maternidade em um dado momento de sua trajetória de vida (Ramírez, 2000; Ramirez-Gálvez, 1999). Três entrevistados de camadas médias (em um conjunto de 5) afirmaram que teriam o filho, mas não chegaram a cogitar tal hipótese com as parceiras, deixando-as decidir sozinhas e apoiando-as na decisão. Como destacou um deles: *Na minha posição política, quem decide não sou eu, nem nós dois, é ela* (26 anos, camadas médias – Pesquisa HEXCA).

Já entre o segmento popular predomina a tendência dos rapazes a se declarar contra o aborto, embora considerem que o desfecho da gestação depende da mulher. Não se trata, para os populares, do reconhecimento do direito das mulheres a decidir sobre o próprio corpo, mas antes, da percepção de sua capacidade de definir o fim ou a continuação da gestação como bastante reduzida. O depoimento abaixo, extraído do relato de um dos entrevistados pertencentes a esse segmento, é exemplar. Diante da posição da parceira por interromper a gravidez apesar de seus apelos, ele dá a ela o dinheiro para o Misoprostol, mas busca se eximir da responsabilidade pelo aborto. O rapaz expressa ressentimento pela impossibilidade de ter tido que acatar passivamente a decisão da parceira:

aí eu falei: 'ou você compra o remédio, ou começa a comprar roupa pro bebezinho'. Sendo que ela resolveu comprar o remédio. Fiquei triste com isso, entendeu? A parada que é chato entendeu? Meu filho podia tá andando, correndo pra lá e pra cá, (...) Porque não adianta você falar pra mulher assim: 'você vai tirar!', depende dela, né? Um colega meu fez

a mesma coisa, deu o dinheiro pra mulher, ele queria que a mulher tirasse, ela falou 'tá bom', então me dá o dinheiro. Ele deu o dinheiro pra ela e ela foi lá e comprou roupa pro bebê (...) uma coisa que eu queria que acontecesse comigo, mas não aconteceu. (20 anos, segmento popular, Rio de Janeiro – Pesquisa HEXCA)

De todo modo, as narrativas dos jovens de ambos os estratos sociais contemplados pela pesquisa HEXCA – o que também pode ser afirmado para os informantes da pesquisa GRAVAD – demonstram que a possível interrupção de uma gravidez é uma esfera em que os homens ocupam posição subalterna. Há o reconhecimento da autoridade de suas parceiras sobre a decisão a ser tomada, ainda que o façam por diferentes razões. Uma mulher pode decidir pelo aborto de forma unilateral, enquanto o parceiro, para influenciar na decisão, precisa contar com um consenso que nem sempre existe, apelar para estratégias de convencimento (não assumir a paternidade, promessas futuras de conjugalidade caso o aborto seja feito, etc.) e/ou construção de alianças com atores em torno do par (familiares, amigos). Assim, em especial quando não se trata de uma escolha consensual, a tomada de decisão sobre um aborto constitui um momento de reversão na hierarquia de gênero; situação que nem sempre é vivenciada de forma confortável mesmo nas camadas médias, onde tende a haver relativa adesão a discursos pró-equidade de gênero.

Não foram raros casos em que os rapazes não foram consultados pela parceira sobre o aborto. Alguns deles só souberam da gravidez após a moça ter realizado o procedimento. Não obstante, deve-se destacar que essa tendência a externalidade masculina no desfecho das gravidezes imprevistas pode ser uma opção, a qual envolve distintas circunstâncias. Em algumas situações, por exemplo, o rapaz sabe da gestação e da intenção da parceira de interrupção da gravidez, mas evita envolver-se, por não reconhecer a paternidade. O depoimento abaixo, de um dos informantes da pesquisa GRAVAD, é ilustrativo. Uma ex-parceira engravidou e, como já estavam separados, ele não tinha certeza se o filho era seu. Assim, não quis saber da gestação. A moça recorreu sem sucesso ao Misoprostol, tendo falecido posteriormente em decorrência de complicações no parto. Somente após saber que a jovem havia morrido, o entrevistado se interessou em verificar se o filho era dele.

[...] Aí tudo constava que era meu, sendo que a mãe dela não sabia que ela estava grávida. Mas... os amigos dela, todos sabiam. Ela começou a tomar remédio, não desceu a criança, aí morreu, ela não resistiu. De tanto tomar remédio ficou doente e não conseguiu... morreu no parto, a criança sobreviveu. Tentei depois conversar com a avó dela pra falar se eu podia fazer um exame para saber se o filho era meu. Não consegui

conversar. (Jovem de 19 anos, sem paternidade, segmento popular, Rio de Janeiro –, Pesquisa GRAVAD).

A gravidez da parceira pode ser admitida *provisoriamente*, já que a gestação não foi *suficientemente* constatada. Há incerteza inicial se, de fato, a gravidez da parceira ocorreu, se houve aborto, ou ainda há dúvidas sobre a paternidade. Isso certamente amplia a complexidade de categorização dos casos e tentativas de aborto, na medida em que os homens se referem a situações sobre as quais as informações são incertas, sobretudo quando já estão afastados das parceiras à época da descoberta da gravidez.

6.5. Considerações finais

Constatou-se em uma pesquisa a expressiva presença de cogitação do aborto entre os entrevistados, face a uma gravidez imprevista na adolescência; o que significa que os jovens não aceitam a falha contraceptiva com naturalidade, como uma imposição inescapável. Para os jovens o aborto é uma alternativa ainda que em um cenário de ilegalidade e rejeição moral. Várias barreiras são enfrentadas pelos jovens para regular a reprodução, especialmente num contexto como o brasileiro, no qual o aborto é ilegal e o acesso à contracepção e aos serviços de saúde permanece insuficiente, sobretudo em um contexto em que a informação sobre contracepção não é dirigida à população masculina.

Os dados das duas investigações aqui apresentadas demonstram uma gravidez nas gerações mais jovens de representações e valores que atrelam a contracepção e a reprodução ao feminino. O parco envolvimento dos homens com a anticoncepção é, em geral, uma situação confortável que os permite viver despreocupadamente os prazeres da heterossexualidade. Contudo, no caso de gestações imprevistas, nem sempre a situação se constitui da mesma forma. A falta de controle sobre a possibilidade de ter, ou não, um filho é vivenciada como uma inversão hierárquica que causa desconforto na identidade de gênero dos entrevistados. Tal desconforto, entretanto, não se reverte em um uso mais regular de contracepção nos relacionamentos subsequentes, nem na adoção de métodos de controle masculinos.

A história de David, 22 anos, vizinho de Beto em uma comunidade popular carioca, é exemplar. Quando começou a ter relações com a moça

recém-chegada (“uma menina que se fazia de difícil”), diz ter esgotado em duas semanas as “cinco caixas de camisinha” que havia comprado. Suspender o uso do preservativo resultou em gravidez, bem recebida pelo rapaz. A decisão de ter o bebê ele explicou assim: “Tive vontade de ter o neném porque todos os meus colegas tinham, eu era o único que não era pai. Na época eu me sentia muito sozinho. Por mais que eu tivesse muitas namoradas, eu me sentia sozinho. Então, eu preferi ter o neném”.

O relato de David demonstra também o processo de aceitação do bebê, quase natural para famílias de menor poder aquisitivo, nas quais existe uma grande valorização da família. A criança que chega é motivo de alegria e de união entre as famílias dos jovens, importante nas despesas e no suporte financeiro ao novo casal. Ainda assim, a gravidez na adolescência produz impacto importante na vida desses jovens, tornando ainda mais difícil a entrada na vida adulta.

Um dos fatores que pode mudar esse quadro é a educação sexual nas escolas, a partir de um debate franco sobre responsabilidades que estão implicadas no direito à sexualidade. Programas e serviços de saúde voltados especificamente para adolescentes também podem melhorar as condições de acesso a informação sobre métodos contraceptivos. Na abertura de horizontes de possibilidades de futuro para esses jovens está a maior chance de reduzir a gravidez na adolescência, dando um novo sentido às exigências de contracepção.

Esse cenário é revelador da complexidade da temática e da necessidade de que cada vez mais pesquisadores se detenham sobre as articulações entre masculinidades, sexualidades e as dimensões da reprodução (contracepção, gravidez, maternidade e paternidade, e aborto).

Referências

ALEGRIA FVL, CHOR N, SIQUEIRA, AAF. Gravidez na adolescência: estudo comparativo. *Revista de Saúde Pública* 1989; 23(6): 473-7

AQUINO EML et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S 377-88.

ARILHA M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B (Orgs.). *Homens e masculinidades*. São Paulo: ECOS; 1998: 51-77.

ÁVILA MB. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública* 2003; 19 (Sup.2):S465-469.

BAJOS N, FERRAND M (eds) et l'équipe GINÉ. *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévus*. Paris: INSERM, 345 p. (Coll. Questions en santé publique); 2002

BARBOSA MR, ARILHA M. A experiência brasileira com o Cytotec. *Revista Estudos Feministas* 1993; Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1(2):408-17.

BAILEY PE; BRUNO ZV; BEZERRA MF; QUEIRÓS I; OLIVEIRA CM. Adolescent's decision-making and attitudes towards abortion in north-east Brazil. *Journal Biosocial Science*; 35 (1):71-82, 2003.

BEMFAM. Pesquisa Nacional Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem. 1989-1990. Rio de Janeiro;1992.

BEMFAM. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996. Rio de Janeiro: Bemfam- Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil;1997.

BERQUÓ E, CAVENAGHI S. *Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or one-time event?* Presented at the annual meeting of Association of America, Philadelphia, Pennsylvania, March 30 to April 2, 2005B

BLAY E. Projeto de Lei sobre o aborto. *Revista Estudos Feministas*, 1993;1(2):430-4.

BOURDIEU P. Sociologia. Organização de Renato Ortiz. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática; 1983.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOZON M. *Sociologie de la sexualité*. Paris : Nathan Université (Coll.Sociologie,128) ; 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa de Saúde do Adolescente: Bases Programáticas. 2ª.ed. Brasília: Coordenação da Criança e do Adolescente; 1996.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Manual dos Comitês de Mortalidade Materna. 2ª.edição. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

CABRAL, CS "Novos pais, jovens pais: vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro." Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Instituto de Medicina Social/UERJ,2002

CAMARANO AA. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: *CNPD - Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília; 1:109-133; 1998.

CAMPBELL N, Franco K, Jurs S. *Abortion in adolescence*. Adolescence 1998; San Diego, CA, 92 (23):813-23

COSTA, SH. Aborto provocado: a dimensão do problema e a transformação da prática. In: Giffin K, Costa SH, organizadores. *Questões de Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1999.p.163-184.

CRESPIN J. Gravidez e abortamento na adolescência: novos dados, velhos desafios. *Revista Paulista de Pediatria* 1998; 16 (4): 197-200.

CUNHA A, Monteiro D. Gravidez na adolescência como problema de saúde pública. In: Monteiro D, Cunha A (orgs.). *Gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter; p. 32-42.

DADOORIAN D. *Pronta para voar: um novo olhar sobre a gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Editora Rocco; 2000

DI GIOVANNI R. *Projetos de vida: um estudo das representações femininas do aborto* [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Departamento de Antropologia Social, Universidade de Campinas; 1983.

DUARTE G. *Contraceção e aborto: perspectiva masculina*. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Departamento Materno-Infantil, Universidade de São Paulo; 2000.B

EHRENFELD N. Female adolescents at crossroads: sexuality, contraception and abortion in Mexico. In: Munding A, Indriso C, editores. *Abortion in the developing world*. Part III: Adolescent sexuality and abortion. New Delhi:WHO; 1999. p. 368-86.

FERAND M, Jaspard M. *L'interruption volontaire de la grossesse*. Paris: PUF;1987.

HEILBORN, ML.; Aquino, E.; Bozon, M.; Knauth, DR. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes antropológicos: sexualidade e AIDS* 2002; 17:13-45

HEILBORN, ML. "A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas". *Revista Estudos Feministas*, 1998, vol.6 (Supl.2), pp. 394-405

HEILBORN ML, BRANDÃO ER, CABRAL CS. *Trajetórias Juvenis Femininas e Masculinas: contracepção e aborto*. Paper apresentado no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos). Brasil, Rio de Janeiro, de 11 a 14 de junho de 2009.

KATZ R. A. *Adolescentes e maternidade: um destino, um problema, uma escolha?* [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz; 1999.

LAURENTI R, Jorge MH, GOTLIEB S. *Mortalidade de mulheres de 10 a 49 anos com ênfase na mortalidade materna*. Brasília: Ministério da Saúde; OPAS; USP; 2002

LE VAN C. *Les grossesses à l'adolescence*. Normes sociales, réélisés vécues. Paris: Éditions L'Harmattan; 1998.

LEAL OF, LEGOY B. Pessoa, aborto e contracepção. In: Leal OF, organizador. *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS; 1995. p-55-75.

MERCUCC VB, BONFIM JRA. Casos de desinformação farmacêutica: drogas EP de alta dosagem, acetado de medroxiprogesterona e misoprostol. In: Wolfers I, Hardon A, Jansen, organizadores. *O marketing da fertilidade: menstruação aborto e indústria farmacêutica*. São Paulo: Hucitec; 1991. p113-128.

MONTEIRO M. Gravidez na adolescência no Estado do Rio de Janeiro (Brasil). *Investigación en Salud*, Rosario 1998; 1(1): 57-63.

OSIS, MJD. Dificuldades para obter informações da população de mulheres sobre o aborto ilegal. *Revista de Saúde Pública* 1996; 30(5): 444-51.

PAIVA AS; CALDAS MLC; CUNHA AA. Perfil psicossocial da gravidez na adolescência. In: Monteiro D, Cunha A, Bastos A, organizadores. *Gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter; 1998; p.7-30.

PERES SO. *Aborto e juventude: um horizonte de possibilidades diante da gravidez na adolescência* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2003.

PERES SO, HEILBORN ML. Cogitação e prática do aborto entre jovens em contexto de interdição legal: o avesso da gravidez na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública* 2006; 22 (7): 1411-1420.

RAMIREZ-GALVEZ M. *Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário* [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Departamento de Antropologia Social, Universidade de Campinas; 1999.

The Alan Guttmacher Institute (AGI). *Aborto clandestino: uma realidade latino americana*. Nova Iorque: The Alan Guttmacher Institute; 1994.

VILAR D, GASPAR AM. Traços redondos. A gravidez em mães adolescentes In: Pais JM, organizadores. *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis*:Porto:Ambar;1999.

World Health Organization (WHO). *Sexual relations among young people in developing countries evidence from WHO case studies*. Genebra:WHO, 2001.

7.

TRABALHO NÃO É TUDO, MAS É QUASE TUDO: HOMENS, DESEMPREGO E JUSTIÇA SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS⁶⁹

Gary Barker

International Center for Research on Women

Introdução

A frase que forma o título deste artigo foi dita por um jovem homem que eu entrevistei numa favela do Rio de Janeiro alguns anos atrás. Pensando sobre o seu futuro, suas expectativas, seu projeto de vida, sua identidade e o que realmente importava para ele e sua família, foi isto o que ele disse: “trabalho não é tudo, mas é quase tudo”. Mas poderia ser dito por um homem jovem, ou um adulto, na maior parte do mundo, de renda baixa ou média. Parece bastante óbvio afirmar que o papel de provedor, arrimo de família ou “homem trabalhador” (em quem masculinidade é definida como possuir trabalho), é talvez um universal, quicá o universal de como sociedades, instituições, indivíduos e políticas públicas definem a masculinidade adulta. O silogismo, então, é: se masculinidade adulta é igual a trabalho, não ter trabalho significa não ser socialmente reconhecido como um homem adulto. Isto significa vergonha, estresse, depressão, falta de identidade social e, talvez para alguns – junto com vários outros fatores – participação em várias formas de violência armada.

Por que este é meu ponto inicial para pensar sobre políticas públicas e para pensar sobre ação coletiva e participação? Um dos meus pontos-

⁶⁹ Esse artigo incorpora idéias e conclusões desenvolvidas junto com vários outros parceiros(as), incluindo Margaret Greene, Marcos Nascimento, Christine Ricardo, Jennifer Schulte, Juan Manuel Contreras, Brian Helman, Peter Pawlak and Ravi Verma. Um agradecimento especial a todos(as) eles.

chave é que várias das causas a partir das quais nós temos tentado envolver homens – pelo fim da violência contra as mulheres, no aumento da participação de homens na vida de crianças, na promoção de saúde e de direitos de saúde, promoção de direitos para população LGBT – frequentemente perdem de vista ou ignoram o assunto que pode ser um dos mais importantes para os homens ao redor do mundo. Isto não quer dizer que estes temas são menos importantes. Mas se nós quisermos envolver homens em políticas públicas relacionadas à justiça de gênero e à justiça social, numa abordagem feminista, precisamos refletir mais sobre esse nexo entre trabalho e masculinidade. E eu acrescentaria que se nós quisermos realmente avançar na conquista de direitos e status para as mulheres, nós devemos envolver homens e mulheres na desconstrução dessa rigidez do papel social do trabalho (fora de casa) ser igual ao que é socialmente definido como “ser homem”.

7.1. Como as Políticas Públicas Geralmente Enxergam os Homens

Começaremos com algumas definições enquanto pensamos sobre homens, masculinidades e políticas de gênero. Gênero como um conceito refere-se a masculinidades e feminilidades, mulheres e homens, as relações entre eles e o contexto estrutural que reforça e cria essas relações de poder, mesmo que seja raramente tratado dessa forma. Na prática, gênero é tomado quase universalmente, e incorretamente, para se referir aos fatores sociais que dão forma apenas às realidades das mulheres e garotas⁷⁰. Ao usar gênero para se referir a mulheres e homens e às relações entre eles, os homens devem ser incluídos apenas para compensar as desigualdades que as mulheres enfrentam, ou também é possível conceber que os homens possuam suas próprias necessidades e vulnerabilidades, no que diz respeito ao gênero, que devem ser incluídas em políticas públicas? E o estresse econômico poderia ser considerado como tendo efeitos de gênero em mulheres e homens? Podem e devem políticas sociais perseguir um objetivo social, moldados a partir de uma nova visão de equidade de gênero e relações cooperativas entre homens e mulheres? Como o acesso a emprego e renda – e a exclusão social – se adequam a este discurso?

⁷⁰ ICRW and Promundo (2010) *What Men Have to Do with it: Public Policies to Promote Gender Equality*. Washington, DC.

Historicamente, políticas públicas tem sido *centradas nos homens*, desenvolvidas por e para grupos específicos de homens e protegendo os privilégios de homens, ou, pelo menos, o privilégio de *alguns* homens. A pedra angular do direito das mulheres sempre foi identificar, questionar e transformar políticas, normas sociais e instituições que perpetuaram as desvantagens de mulheres e garotas. Esse processo, claramente, não está completo.

Contudo, se as políticas tem sido centradas nos homens, elas geralmente não entendem os homens como seres de gênero. Nem tem refletido uma compreensão da diversidade de identidades de homens e os aspectos contraditórios destas identidades. Alguns grupos de homens mantêm uma grande parcela de poder em relação a outros. Homens relativamente desempoderados – que são quase todos os de baixa renda – podem frequentemente ser invisíveis, já que os homens, de modo geral, detêm mais poder do que as mulheres.

Em outras palavras, políticas tem sido frequentemente *genéricas em relação aos homens*, assumindo que todos os homens são o mesmo e tem a mesma parcela de poder. Vinte anos de estudos em masculinidades clarificaram como homens são moldados por construções sociais de gênero e como essas normas de gênero masculinas e suas hierarquias de poder *entre* homens tornam muitos homens vulneráveis. Estas realidades são refletidas nas altas taxas de homicídio entre homens afro-brasileiros de baixa renda, maiores taxas de encarceramento entre homens afro-americanos nos Estados Unidos, e maiores taxas de contaminação por HIV entre homens que migram para trabalhar na Índia⁷¹. Também particularmente vulneráveis são os homens gays, ou atraídos pelo mesmo sexo, que por causa da homofobia institucionalizada em boa parte do mundo tornam-se vulneráveis ao HIV em consequência de terem negados seus direitos humanos básicos em muitos países.⁷²

Ao mesmo tempo, as políticas têm adotado frequentemente *compreensões estáticas sobre os homens*, isto é, elas assumem que os homens não mudam, ou não mudarão rapidamente o bastante para fazer alguma diferença nas vidas desta geração de mulheres e garotas, garotos e homens. Por exemplo, programas de transferência de renda que colocam dinheiro exclusivamente na mão de mulheres são baseados em pesquisas

⁷¹ Niranjana Saggurti, Stephen L. Schensul and Ravi K. Verma. 2009. *Migration, Mobility and Sexual Risk Behavior in Mumbai, India: Mobile Men with Non-Residential Wife Show Increased Risk*. AIDS and Behavior. Volume 13, Number 5. Springer. Netherlands.

⁷² Ver Uganda policy on homosexuality. Disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/2010/jan/14/uganda-backpedals-on-gay-law>

mostrando que maior parte desta renda (quando administrada pelas mães) irá ajudar a família, fazendo-se isto com boas intenções. Resumindo, na maioria dos contextos, a renda provida às mulheres como parte destas políticas provavelmente irá beneficiar mais a famílias do que quando dada aos homens. Mas, ao mesmo tempo, esta prática pode afirmar implicitamente uma crença de que os homens não irão mudar: os homens são na maioria “egoístas” e não são suficientemente envolvidos no bem-estar de suas famílias para ser confiados a eles este auxílio.

O desafio é como criar políticas que reconhecem a necessidade para empoderar as mulheres e pôr fim nas desvantagens econômicas e sociais associada às mulheres e à imediata realidade da relativa falta de participação dos homens na vida familiar comparada às mulheres. Ao mesmo tempo, é preciso questionar as estruturas subjacentes que reforçam a perpetuam estas desigualdades, dentre elas a pobreza e desigualdade de renda.

Focando especificamente o trabalho e os homens, as políticas, em sua maior parte, são cegas quando chegam a essa equação de trabalho e masculinidade; ou podemos ainda afirmar que elas tomam como pressuposto que os homens são apenas trabalhadores (e, portanto, não envolvidos no cuidado das crianças, por exemplo) ou amontoam todos os homens juntos, baixa renda, destituídos, classe média – aqueles que têm emprego estável e aqueles que não têm.

7.2. O Desafio de Falar sobre Homens de baixa renda

Se trabalho, renda e emprego são tão centrais para as relações de gênero, por que não falamos sobre eles? Por que eles não são mais centrais no nosso discurso e trabalho para refletir sobre masculinidades e políticas públicas e para organizar e envolver homens? Uma razão para isto é um assunto desafiador de se falar: não importa o quão pobre são os homens pois as mulheres geralmente são mais pobres. De fato, globalmente, mulheres recebem 22% menos do que homens ⁷³(Banco Mundial, 2007). A falta de renda das mulheres relativamente aos homens é uma das principais causas do maior poder social dos homens como um todo. Com razão, políticas globais e nacionais em vários países focam em melhorar a renda das mulheres. Por sua vez, a evidência confirma que a participação das mulheres em iniciativas de microfinanças e outras

⁷³ World Bank (2007) “Gender: Working Towards Greater Equality,” in Gender Equality as Smart Economics: A World Bank Group Action Plan. Washington, DC: World Bank.

abordagens economicamente empoderadoras podem levar a um número de benefícios para mulheres – incluído risco reduzido de HIV, reduções na violência por parceiros masculinos, crescimento do *status* e da mobilidade social – em consequência dos benefícios da própria renda e mudanças nas dinâmicas de poder.⁷⁴ Este é um dos nossos princípios organizadores para equidade de gênero e precisamos de mais iniciativas nesse sentido.

Essas verdades moldaram gerações de auxílios à renda, transferência condicional de dinheiro e estratégias de alívio à pobreza. Cerca de 100 milhões de pessoas se beneficiam globalmente de programas de microfinanças hoje, a maior parte nos países mais pobres do mundo; a vasta maioria desses participantes – entre 70 e 80% são de mulheres.⁷⁵ Similarmente, a maior parte de programas de transferência de renda para famílias de baixa renda provêem suporte direto para mulheres que são mães. As motivações para isso são louváveis, mas os resultados necessitam ser questionados.

Ao mesmo tempo, alguns autores tem argumentado que o foco nas mulheres ou a “feminização” dos programas anti-pobreza tem tido resultados limitados para aliviar as obrigações e os fardos de gênero das mulheres em lidar com a pobreza e, em alguns casos, além disso tem marginalizado elas, economicamente⁷⁶. Pesquisas mostram que mulheres cumprem uma parcela desproporcional em atividades relacionadas ao cuidado ao redor do mundo, incluindo trabalho doméstico e cuidado infantil, limitando assim seu potencial para receber renda e perpetuando a desigualdade de renda entre homens e mulheres. Por exemplo, dados globais sugerem que mulheres gastam de duas a quatro vezes a quantidade de tempo dos homens no cuidado infantil. Um estudo multinacional incluindo países de baixa, média e alta renda afirmou que o tempo médio gasto em trabalho não remunerado por mulheres é mais do que duas vezes aquele dos homens, alcançando cerca de 10 vezes no caso da Índia e de outros contextos de baixa renda⁷⁷. Do mesmo modo, evidências substanciais da América Latina e do Caribe mostram que os homens ainda não dividem o trabalho doméstico e atividades não

⁷⁴ Kabeer, N. (2009) “Women’s Economic Empowerment: Key Issues and Policy Options,” SIDA Background Paper. Sussex: Institute of Development Studies.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Chant, S. (2007) *Gender, Generation and Poverty: Exploring the 'Feminisation of Poverty' in Africa, Asia and Latin America*. Ed. Cheltenham, UK: Edward Elgar, xxiv-428.

⁷⁷ Budlender, D. (2008) “The Statistical Evidence on Care and Non-Care Work across Six Countries,” Gender and Development Programme Paper 4, December 2008. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development.

remuneradas de cuidado (mesmo quando eles vivem nos mesmos lares com suas parceiras) ainda que a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado tenha aumentado dramaticamente na região enquanto a de homens tenha estagnado ou declinado⁷⁸. Em outras palavras, na maior parte do mundo, mulheres estão progressivamente ganhando renda fora de suas casas, tanto nos setores formais quanto informais, mas elas (ou outras mulheres ou garotas nos lares) continuam a cumprir com os maiores fardos de cuidado com outros membros familiares, crianças, doentes ou inválidos, e membros da comunidade que necessitam de cuidado.

Vários estudos confirmam que a responsabilidade quase universalmente específica de gênero das mulheres de prover cuidado não remunerado mantém suas baixas taxas de participação na força de trabalho e seus menores salários. Em várias partes do mundo, esta desigualdade está sendo agravada por uma maior carga de cuidado aos idosos que está aumentando devido a mudanças demográficas, e as populações em boa parte do mundo envelhece. De fato, numerosos estudos de países diversos como o Quirguistão (na Ásia Central) e o Brasil (na América do Sul) demonstram que o fator chave nas decisões das mulheres no mercado de trabalho continuam sendo o malabarismo entre trabalho fora de casa junto com o cuidado das crianças e outros membros da família⁷⁹.

A carga crescente sobre as mulheres em combinar trabalho produtivo e cuidado é refletida nesse e em outros estudos sobre o uso do tempo mostrando que as crescentes horas trabalhando fora de casa não tem sido compensadas pelos homens. Isto está ocorrendo ao mesmo tempo que homens em vários países de baixa renda estão experienciando grande dificuldade em ganhar a vida, e mesmo assim os homens não estão aumentando significativamente suas contribuições para atividades de cuidado não remuneradas e trabalho doméstico⁸⁰.

⁷⁸ Barker, G. (2006) "Men's Participation as Fathers in Latin America and the Caribbean: Critical Literature Review and Policy Options," in M. Correia and I. Bannon, eds. The Other Half of Gender: Men's Issues in Development. Washington, DC: The World Bank.

⁷⁹ Morrison, A., and F. Lamana (2006) "Gender Issues in the Kyrgyz Labor Market," Background paper for Kyrgyz Poverty Assessment. Washington, DC: World Bank. And Deutsch, R. (1998) "Does Child Care Pay? Labor Force Participation and Earnings Effects of Access to Child Care in the Favelas of Rio de Janeiro," Office of the Chief Economist. Working Paper No. 384. Washington, DC: Inter-American Development Bank.

⁸⁰ Chant, S. (2007) *Gender, Generation and Poverty: Exploring the 'Feminisation of Poverty' in Africa, Asia and Latin America*. Ed. Cheltenham, UK: Edward Elgar, xxiv-428.

Tudo isso é para dizer que nossas intenções estão corretas e nossa análise feminista é necessária, mas nós temos perdido de vista os aspectos relacionais e temos deixado de compreender os homens de baixa renda e as implicações do estresse econômico para eles, assim como as definições sociais que enfatizam o trabalho sobre todas as funções e identidades deixam mulheres e homens amarrados ao mesmo tempo que perpetuam desigualdades de gênero.

7.3. Estresse Econômico e população masculina: implicações para os homens e para gestores

O que está acontecendo com o emprego dos homens? De acordo com a Organização de Trabalho Internacional, nas economias de renda média, a crise econômica global foi pelo menos tão prejudicial aos homens quanto para as mulheres e possivelmente mais, como visto pelo maior aumento na taxa de desemprego nas economias de renda média para homens comparado às mulheres em 2008 (1.1% para homens versus 0.8% para mulheres)⁸¹. Isto levou a um estreitamento da lacuna de gênero na taxa de desemprego em 2008, mas apenas porque a situação dos homens no mercado de trabalho piorou, não porque o emprego e a renda das mulheres melhoraram. Do mesmo modo, de acordo com o Escritório de Estatísticas do Trabalho dos E.U.A., mais de 80% de perdas de vagas nos Estados Unidos durante a recente recessão foram entre homens. Mais de 6 milhões de trabalhos foram perdidos nos Estados Unidos e na Europa em setores tradicionalmente dominados por homens (construção e manufatura pesada), e eles continuam a decair mais e mais rápido do que aqueles tradicionalmente dominados por mulheres (empregos do setor público, saúde e educação).

Apesar da crise econômica global e maior perda no total de trabalhos para homens, eles de modo geral ainda têm mais postos de trabalho do que as mulheres. Mas essa verdade geral não nos diz o que está acontecendo com grupos específicos de homens.

Como previamente afirmado, quase universalmente, ter um emprego estável é o caminho para ser reconhecido socialmente como um homem adulto, o que na maior parte do mundo é associado com a formação de família. Contudo, como o mundo registra seu maior contingente de

⁸¹ International Labour Organization. (2009). *Global Employment Trends for Women Geneva*. 2009, p. 2.

jovens de todos os tempos (movimento conhecido como “onda jovem”), concomitantemente com uma recessão econômica global, muitos homens jovens (e mulheres jovens) não estão capacitados para adquirir um emprego estável e não encontram lugares no mercado de trabalho. Ou seja, seus caminhos para formar uma vida familiar são bloqueados, reduzidos ou, de outra maneira, desafiados. Numerosos estudos confirmam que os homens jovens enfrentam uma pressão social em algumas comunidades para se conformar a estereótipos de gênero como “ganhadores de pão”, provocando vergonha se eles não podem se adequar a essas expectativas. Se eles tem dificuldade em achar emprego, homens jovens podem optar por prolongar sua educação, quando possível, ou podem migrar.

Todas essas tendências sugerem que a identidade social tradicional para homens – aquela de ser o provedor – não é mais uma certeza (se é que alguma vez já foi). Claramente, muitos homens de baixa renda tem, historicamente, tido problemas em encontrar e manter empregos estáveis. Contudo, a natureza dos mercados de trabalho dinâmicos e o fim de muitas formas de carreira de trabalho numa escala global tem aumentando a desigualdade de renda em algumas parcelas e a falta de emprego para milhões de jovens homens. Porque eles não podem adquirir um emprego estável, eles e suas sociedades não os vêem como homens. Como resultado desse fenômeno, alguns sociólogos tem usados palavras como “youthhood” ou “waithood”, palavras que foram recentemente inventadas para definir esta nova (ou ao menos recentemente observada) tendência de uma juventude prolongada contra a vontade dos próprios jovens.⁸²

As consequências dessas tendências são sentidas de maneiras diversas, variando da exacerbação de conflitos, agitações sócio-políticas (para alguns homens jovens em certos contextos) e outras formas de violência. Esses assuntos precisam ser levados em consideração em qualquer compreensão da participação dos homens em suas famílias. Novamente, ao citar esses dados, precisamos afirmar que essas tendências também deixam mulheres jovens – particularmente mulheres jovens de baixa renda – vulneráveis. Ao citar essas tendências e seus efeitos em homens jovens, particularmente quando eles relacionam-se a formação de famílias, nós não estamos de maneira nenhuma afirmando que as vidas das

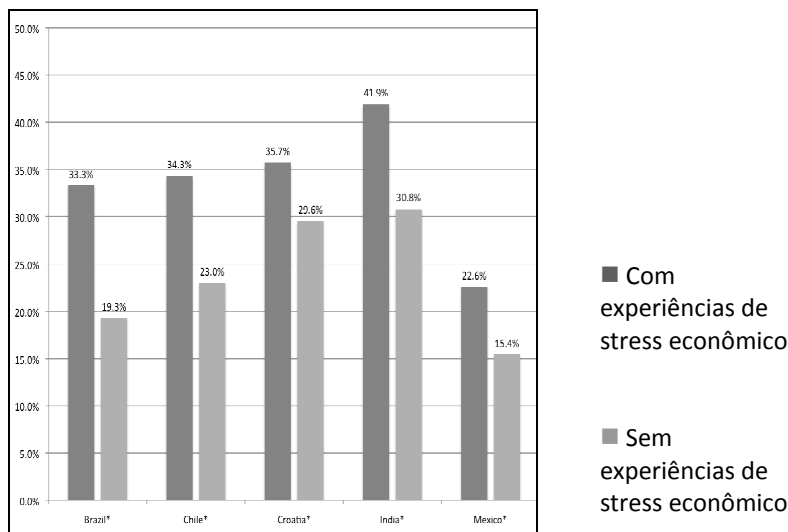
⁸² M. Correia and I. Bannon, eds. *The Other Half of Gender: Men's Issues in Development*. Washington, DC: The World Bank.

mulheres jovens nos mesmos contextos são de alguma forma empoderadas ou livres de estresse.

Vamos examinar alguns outros exemplos. Resultados recentes da Pesquisa Internacional sobre Homens e Igualdade de Gênero (IMAGES), coordenada pelo Instituto Promundo e o International Center for Research on Women em 7 países (da América Latina, África, Ásia e Europa) encontraram que uma percentagem relativamente alta de homens queixam-se de sentirem-se frequentemente envergonhados ao enfrentar a família, estressados ou deprimidos como resultado de ter uma renda muito baixa ou estar des ou subempregado. Na Índia, dos 1552 homens entrevistados em pesquisas no lar em duas cidades, 30% afirmaram que se sentiam envergonhados de enfrentar a família porque estavam sem trabalho. Estes homens que se queixaram de estresse ou vergonha como resultado do desemprego tinham 50% mais probabilidade de cometer violência contra a parceira, duas vezes mais de cometer violência sexual contra a parceira. Além de usarem menos a camisinha (arriscando a si próprios e suas parceiras de contrair HIV) e terem taxas mais elevadas de abuso de álcool.

A tabela 1 mostra alguns dos países em termos da associação entre estresse econômico dos homens e uso de violência contra as parceiras. Em todos os países que analisados, os homens que se queixam de experienciar estresse econômico tem maiores taxas de violência contra as parceiras. Convém ressaltar que muitos, provavelmente a maioria dos homens desempregados não comete violência contra suas parceiras, e violência contra as mulheres tem várias outras causas, mas esse achado ilustra um assunto chave. Pobreza nesse caso não é “fator de risco” para o uso de violência contra as mulheres por homens. O “fator de risco” é o estresse econômico, especificamente homens que não sentem que tem renda suficiente e emprego para atingir os mandatos sociais da masculinidade para serem reconhecidos socialmente e pessoalmente como “homens.”.

FIGURA 1: Stress econômico e Violencia contra a Parceira Intima



Fonte: International Center for Research on Women e Promundo, International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). Resultados preliminares. Violência contra a Parceira Intima (inclui violência sexual ou física contra a parceira).

7.4. Avançando: Implicações para Ação Coletiva

Então o que fazemos a respeito desses assuntos? Quais são as implicações para as políticas de gênero, e para envolver homens, mulheres e a sociedade civil nesses assuntos? Primeiro e mais importante é a conclusão de que nós não podemos, nem devemos, separar justiça de gênero de justiça social. Ao mesmo tempo em que nós continuamos a promover a licença paternidade, uniões homossexuais, acesso completo a direitos reprodutivos e sexuais e trabalhamos pelo fim da violência contra as mulheres (e entre os homens e contra as crianças), devemos manter o princípio da justiça social e da marginalização social em destaque.

Segundo, precisamos trabalhar para conectar a produção e a reprodução. Desigualdades de gênero e hierarquias de poder são criadas e reforçadas pela divisão dessas duas esferas. Nossos exemplos de alcançar alguma coisa próxima à equidade de gênero – Noruega é o exemplo óbvio, discutido abaixo, mas há outros – mostram uma participação equitativa (ou quase equitativa pelo menos) de homens e mulheres no mercado de trabalho simultaneamente com uma participação equitativa de homens e mulheres no trabalho doméstico e no cuidado.

De fato, uma distribuição mais equitativa da carga de cuidados (e trabalho doméstico em geral) entre mulheres e homens é essencial para auxiliar no empoderamento econômico de mulheres e são um meio dos homens exercerem mais de uma função social. Claramente, os efeitos do estresse econômico não são apagados quando os homens vêm para casa cuidar das crianças, mas reconhecer que este cuidado é também trabalho, é também valoroso e importante para as sociedades e indivíduos é o reconhecimento chave para os homens e um passo grande rumo a equidade de gênero.

Concluirei com dois exemplos de como a mudança pode ser possível, ou ao menos foi possível em alguns contextos. Primeiro, olhemos para Noruega. Desde 1986, a Noruega promulgou e revisou uma série de políticas de equidade de gênero e fez a equidade de gênero uma parte central de suas políticas de bem estar social. Essas políticas incluíram subsídio ao cuidado infantil, licença familiar que beneficia ambos, mães e pais, promoção da paridade de pagamento para mulheres, e a promoção e o avanço de mulheres na política, negócios e na vida acadêmica.

Um indicador de sucesso é que a Noruega foi o primeiro lugar no mundo em equidade de gênero usando o Índice Internacional de Desigualdade de Gênero (International Gender Gap Index) desenvolvido no Fórum Econômico Mundial. Em 1986 e em 2006, o governo executou a Pesquisa de Igualdade de Gênero e Qualidade de Vida e avaliou o impacto de 20 anos de políticas de equidade de gênero. Os resultados mostraram que 70% das mulheres e 80% dos homens estão satisfeitos com a atual divisão de ocupações domésticas e, no geral, mulheres e homens que relataram mais equidade no tempo utilizado e maior satisfação com seus parceiros (inclusive no âmbito da vida sexual). Para pais com crianças nascidas desde 2000, homens noruegueses utilizam uma média de 6.1 semanas de licença paternidade (paga), um aumento grande nos últimos 20 anos.⁸³

No geral, o aumento da equidade de gênero na Noruega resultou em diminuição das taxas de violência dos homens contra as mulheres e dos homens (e mulheres) contra as crianças e, mais ainda, o papel do pai como executor da punição/violência física está desaparecendo dos lares noruegueses.

Mulheres e homens na Noruega percebem o aumento na equidade de gênero como tendo trazido mais felicidade e qualidade de vida. Ambos

⁸³ Øystein Gullvåg Holter, Helge Svare and Cathrine Egeland (2009). Gender Equality and Quality of Life: A Norwegian Perspective. Oslo: The Nordic Gender Institute (NIKK).

apóiam maior equidade de gênero (inclusive licença aumentada para os pais), e veem isto como um bem público para todos. Esta experiência vem junto com um leque amplo de políticas de bem estar social e compromisso político com equidade social.

Portanto, se estes níveis de equidade de gênero podem ser atingidas, se atingidos outros tipos de equidade social, especialmente equidade de renda, junto com outras reformas de amplo espectro na participação democrática, é uma questão demorada e primordial enquanto outros países continuam buscar a aprender com a experiência norueguesa.

Para que não pensemos que apenas as economias mais ricas podem atingir algo próximo a equidade de gênero, há também exemplos de economias agrícolas. Os Pigmeus Aka do Congo (Central Africano e do norte do Congo República), nos estudos de uso do tempo, mostram uma maior participação do tempo como pais, assim com as mães fazem. Antropólogos concluíram que esta equidade maior no cuidado das crianças emergiu dos tipos de coleta de comida e caça que os Aka tradicionalmente fazem, que é também igualmente dividido entre mulheres e homens. Isto é, homens podem e fazem a mesma coisa que as mulheres e vice-versa.

Recentemente, eu e alguns colegas temos entrevistado os participantes de programas de geração de renda no Burundi e em Ruanda, onde algumas ONG que apoiaram microfinanças focadas em mulheres estão buscando formas para envolver homens de maneira que empodere as mulheres e promovam mais equidade na carga de cuidados. Um homem entrevistado no Burundi afirmou:

Antes os homens na minha comunidades pensavam que eu era controlado pela minha esposa, porque eu a deixava sair sozinha e ter sua liberdade quando ela estava indo para o grupo de poupança e empréstimo [o grupo organizado para promover a geração de renda]. Mas então eu me juntei também com o grupo. Eu vi que ela era capaz de comprar vegetais e vendê-los no mercado e o dinheiro era bom para nós dois. Então, eu me tornei um membro [do grupo de poupança e empréstimo] e nós dois tivemos acesso a crédito, juntamos nosso dinheiro e compramos animais. Agora, nós investimos juntos e fazemos mais dinheiro. Eu nunca teria vestido as roupas que eu tenho agora. Eu tenho confiança em mim mesmo. Eu não me sinto mais tão constrangido por causa da

minha limitacao fisica [ele tem problemas de andar, em uma das pernas]. E minha esposa parece estar mais bonita do que costumava para mim e nossas crianças estão mais felizes. Eu não uso mais violência do jeito que eu costumava usar. ⁸⁴

Podemos questionar se essas mudanças são duradouras e verdades. O que eu quero reforçar é que no nível doméstico – e no nível político – envolver homens e mulheres em cooperação parece o único caminho a seguir rumo a equidade de gênero e a justiça social. Homens precisam reconhecer o desempoderamento econômico e social das mulheres, e as mulheres e as líderes dos movimentos feministas também precisam reconhecer as vulnerabilidades de gênero dos homens e a natureza de gênero na vida dos homens. Chegar a esta cooperação não é, nem será fácil.

Se chegar a este nível de cooperação é difícil, oportunidades numerosas existem para alcançar mudanças reais e duradouras nas experiências de homens e mulheres e nas relações entre eles. Melhor do que se agarrar à visão “hidráulica” desgastada das relações de gênero que opõe as necessidades dos homens contra as necessidades das mulheres, é tempo de forjar alianças entre as mulheres ativistas e os poucos (mas crescentes) grupos da sociedade civil trabalhando com homens pela equidade de gênero, como o movimento LGBT e outros movimentos pela justiça social. Embora nem sempre seja fácil de reconhecer, todos esses movimentos tem um interesse comum em acabar com as desigualdades e rigidez de gênero. De fato, a equidade de gênero deve ser tomada como uma causa que não é só de mulheres, mas é igualmente sobre o esforço de encontrar formas de “reduzir as pressões sobre homens e garotos a se conformar a rígidas e arriscadas formas das masculinidades”⁸⁵. Além disso, nós temos ainda que explorar plenamente o interesse dos homens por mudanças próprias, especialmente nas experiências positivas que os homens geralmente relatam quando tornam-se mais envolvidos no oferecimento de cuidado e nas relações familiares. Essas afirmações, é claro, são mais fáceis de falar do que de realizar, mas eles são o caminho a seguir para envolver homens em ações coletivas – sempre em ações aliadas às mulheres.

⁸⁴ Barker, Gary and Schulte, Jennifer. 2010. *Engaging Men as Partners in Women's Economic Empowerment: Strategies and Recommendations for CARE Country Offices*. Unpublished report.

⁸⁵ Ruxton, Sandy. 2009. *Man Made: Men, Masculinities and Equality in Public Policy*. London: Coalition on Men and Boys. Available at www.comab.org.uk. Accessed on January 17, 2010.

Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas
Medrado, Lyra, Azevedo e Brasilino (org.)

8.

PRÁTICAS DE/NA INTIMIDADE: O QUE QUEREMOS DIZER COM ISSO?

Maria Juracy Filgueiras Toneli
Núcleo Margens/ UFSC

Introdução

Devo confessar no início dessas reflexões que, no período de organização desse seminário, colaborei para a elaboração de seu tema central e de seus eixos temáticos. Quando convidada para a mesa que tem como foco as Práticas de Intimidade e Subjetividades, no entanto, deparei-me com certa inquietação. Passei um tempo ruminando algumas idéias e penso que o verbo é esse mesmo: ruminar, no que remete a algo que mastigamos por um bom tempo com vagareza em engolir e digerir. Entre outras questões, perguntava-me o que queremos dizer quando dizemos práticas de intimidade ou na intimidade. Penso que há algumas diferenças importantes aqui, assim como se torna fundamental, no meu entender, retomarmos alguns elementos históricos e políticos relacionados a essa pergunta para podermos avançar na discussão.

Proponho, então, a recuperação de alguns desses elementos que me ocorrem nesse momento, como a inflexão do domínio público em prol do domínio da chamada intimidade tal como Sennett (1999) já assinalou em sua obra; a democratização da vida privada ou a intimidade como democracia argumentada por Giddens (1993) como uma das transformações da intimidade na época contemporânea; o narcisismo e o “mínimo eu” discutidos por Lash (1983, 1986) e o individualismo

moderno proposto por Dumont (1985). Essas possibilidades reflexivas incluem a discussão efetuada por Foucault (1999) a respeito das disciplinas e dos biopoderes incidindo sobre a sexualidade. Ou seja, trata-se de historicizar a idéia de “intimidade”.

O que é “intimidade” afinal? Intimidade, do latim *intimus*, significa “o que está mais no interior”. A intimidade como um âmbito da vida e/ou do indivíduo é uma idéia produzida na modernidade que, no entanto, aparece como um valor universal, inquestionável e inerente à vida humana. Voltemos um pouco na história.

Com a criação dos Estados-Nação uma nova forma política de poder vai se configurando e se articulando: simultaneamente, tecnologias totalizadoras – globalizadoras e quantitativas concernentes à população, e tecnologias individualizantes analíticas concernentes ao indivíduo (Foucault, 1995a). À medida que a multidão vai se tornando mais densa e amorfa, tornaram-se necessários procedimentos mais refinados de identificação e controle social (Corbin, 1987), de obtenção de mais informações sobre os indivíduos e sua intimidade. Esses saberes articulam-se ao bio-poder de sorte a integrar ainda uma tecnologia de poder mais antiga: o poder pastoral, que não pode ser exercido “[...] sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os segredos mais íntimos” e que está ligado “à produção da verdade – verdade do próprio indivíduo” (Foucault, 1995b, p. 237). Para governar a sociedade foi necessário, portanto, obter informações sobre os indivíduos e voltar-se para sua intimidade (biopoder/biopolítica).

É nesse contexto que a idéia de intimidade e sua configuração geopolítica surgem remetendo ao indivíduo algo que lhe seria próprio. A separação entre o domínio público da política e da produção do domínio privado da reprodução destina a este último uma suposta autonomia quanto aos diversos “modos de ser”, em especial as relações de natureza sexual. Há um movimento gradual de interiorização da família com incentivo à vida privada e à intimidade doméstica. Propicia-se a criação de um espaço para os segredos familiares e privatiza-se a vida. Nesse processo, até mesmo os espaços interiores da casa se especializam de forma a resguardar, também, a privacidade do casal. Os ideais de monogamia e de indissolubilidade do casamento tentam garantir a duração de uma vida fecunda e a transmissão da herança do patrimônio do indivíduo, assim definido a partir da idéia do sujeito universal masculino depositário do ideário liberal moderno. Ao mesmo tempo, é atribuída aos parceiros a obrigação de preencher necessidades afetivas e

sexuais que, anteriormente, não eram concentradas somente na relação conjugal. A intimidade conjugal passa a se apresentar como uma fonte preciosa de satisfação individual e o casamento recua do domínio público para o domínio privado, tornando-se cada vez mais um assunto pessoal e não da sociedade.

A intimidade se constitui, então, como um campo ligado à privacidade em oposição ao espaço público por meio de diversas práticas e saberes na modernidade. Campo de ações que incluem o discurso de si, a história da vida pessoal, o compartilhar emoções, sentimentos e pensamentos, a experiência cotidiana, a vida amorosa e as relações de amizade, tudo aquilo que pode ser colocado sob o domínio do privado e do familiar e que é compartilhado apenas por um grupo de pessoas conhecidas.

Supostamente inacessíveis aos “olhares alheios”, essas relações, no entanto, tornam-se alvo de suspeita e de controle. A medicina, a psiquiatria e a pedagogia irão constituir-se com base nessa necessidade de controle, articulando duas modalidades de produção de verdade: a velha injunção da confissão (correlata ao poder pastoral já mencionado) e os métodos da escuta clínica. Neste contexto, os prazeres individuais e tudo o que rodeia o ato sexual constituem o objeto privilegiado da confissão. O sexo e a diversidade das suas práticas irão ser cuidadosamente catalogados e classificados pela psiquiatria, de sorte a configurar um discurso de verdade sobre o sujeito. As práticas normalizadoras do biopoder definem o que é normal para diferenciar e manipular o que, a partir dessa definição, foge à normalidade. Podemos dizer então que “ao tentarmos fundamentar nossas normas na religião, na lei e na ciência, fomos levados a buscar a verdade de nossos desejos e, assim, nos tornamos aprisionados a nós mesmos e governados pelo poder normalizador da lei e da medicina” (Rabinow & Dreyfus, 1995, p. 283).

A socialização das condutas procriadoras constitui uma das quatro grandes unidades estratégicas por meio das quais poder e saber se fundem em mecanismos específicos em torno da sexualidade (ou do dispositivo da sexualidade). Ao casal foram delegadas responsabilidades médicas e sociais de maneira a garantir a saúde da família e, por conseguinte, de todo o corpo social. A regulação da procriação, a proteção com relação às influências patogênicas de uma sexualidade descuidada conjugavam-se à psiquiatrização do prazer perverso, assim como à histerização dos corpos das mulheres e à pedagogização do sexo das crianças (Foucault, 1988). A eugenia pode ser entendida nesta perspectiva, incluindo aqui as estratégias de higienização do corpo social.

É no contexto da biopolítica que o controle/governo das populações se faz exercer por meio de estratégias diversas como as grandes programáticas de planejamento familiar e assistência social. A biopolítica e o biopoder coincidem exatamente com o liberalismo, suas estratégias e seus efeitos no que dizem respeito à produção do indivíduo, ao controle dos corpos e das populações. A articulação com a expansão dos métodos da ciência, suas normas e seu discurso (quase que “sagrados” no mundo ocidental moderno) tornou o indivíduo objeto de conhecimento para si mesmo e para os outros. Diz-me o que fazes na intimidade, diz-me quem és!

8.1. Governamentalidade, poder e subjetivação

O exercício do poder para Foucault é “um modo de ação sobre as ações dos outros o “governo” dos homens uns pelos outros [...] e só se exerce sobre “sujeitos livres” [...] sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. (1982, p. 244). Entende-se, portanto, que:

A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. O problema central da relação de poder não é o da “servidão voluntária” [...] no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’- de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente. (Foucault, 1982, 244).

As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. O Estado nas sociedades contemporâneas é apenas uma das formas ou um dos lugares - ainda que o mais importante - de exercício do poder ao qual todos os outros tipos se referem. Isso se dá porque se produziu uma estatização constante das relações de poder que foram progressivamente governamentalizadas, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado.

A racionalidade política no ocidente enraizou-se, primeiramente, na ideia de poder pastoral e, depois, na razão de Estado. A individualização e a totalização são seus efeitos inevitáveis, segundo Foucault (1994b, 161). Em suas palavras:

A característica maior de nossa racionalidade política radica, em meu juízo, nesse fato: esta integração dos indivíduos em uma comunidade ou uma totalidade é resultado de uma correlação permanente entre uma individualização cada vez maior e uma consolidação desta totalidade. Desde este ponto de vista, podemos compreender porque a antinomia direito/ordem permite a racionalidade política moderna” (1994b, 827).

O direito remete a um sistema jurídico e a ordem a um sistema administrativo. Foucault encara a problemática da razão do Estado desde a perspectiva da racionalidade política e no contexto da formação da biopolítica, ou seja, do governo das populações, da integração dos indivíduos a uma totalidade vivente. Ora, para Foucault, o poder é finalmente o poder do governo, no sentido amplo do termo, no sentido da condução das condutas. Assim, suas análises das formas modernas de governo se interessaram particularmente pela literatura das “artes de governar” que floresce nos séculos XVI e XVII. A partir deste ponto, as noções de governo e de governamentalidade passam a centralizar as análises de Foucault sobre o poder – o governo de si mesmo e o governo dos outros. Por sua vez, a noção de governo entrecruza-se com a história da ética, ou seja, com as formas de subjetivação (cuidado, ascesis, parresia, etc.). As práticas de subjetivação são também formas de objetivação – os modos pelos quais o sujeito se torna objeto de saber e de poder para si mesmo e para os outros.

A noção de governo tem dois eixos fundamentais: governo como relação entre sujeitos – conjunto de ações sobre ações possíveis, conduta que tem por objetivo a conduta de outro indivíduo ou de grupos (Foucault, 1994b, 237) - e governo como relação consigo mesmo – por exemplo, trata-se de dominar os desejos e os prazeres (id., 1984, 95). Os modos de subjetivação-objetivação situam-se no cruzamento dos dois eixos.

A governamentalidade trata das maneiras de governar e, portanto, da análise das formas de racionalidade, procedimentos técnicos e formas de instrumentalização. Engendra: 1) um conjunto de instituições, procedimentos e cálculos que permitem o domínio sobre as populações (como a economia política e a segurança); 2) a linha de força que o Ocidente conduziu a partir da predominância deste tipo de poder que é o governo sobre todos os outros – a soberania, a disciplina – e permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes (como a demografia); 3) o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média se converteu no Estado administrativo e no Estado governamentalizado (Foucault, 1994a, 655). Além disso, a governamentalidade é “... o

encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault, 1994b, 785). Pode-se chegar, então, à argumentação de que o estudo das relações entre o governo dos outros e o governo de si no marco da governamentalidade permite a articulação das estratégias de resistência. Esta abordagem permite problematizar determinada racionalidade política, historicizá-la, descrever seu funcionamento, abrindo espaço para “contra-condutas” possíveis.

Há um forte apelo do pensamento político de Foucault (1995b) às novas formas que podem assumir as modalidades de luta e de resistência, tais como ele as enumera no texto *Sujeito e Poder*. O engajamento político, na perspectiva de Foucault, deve ser situado em referência a esse domínio das governamentalidades, e, se não tem pretensão totalizadora/unificadora, encontra-se aberto, em sua forma e conteúdo, ao domínio do politizável.

O retorno aos gregos que Foucault efetua não significa tomá-los como modelo, já que não se pode considerá-los admiráveis, nem que oferecem uma alternativa. Foucault volta aos gregos em seus últimos escritos com o objetivo de recuperar a ascese, acentuando a importância do contato com a filosofia antiga e o valor do exemplo de experiências éticas. A razão pela qual efetua esse retorno é o entendimento de que a Antiguidade apresenta uma experiência moral centrada na relação consigo (Ética) não ligada a nenhum sistema social, jurídico ou institucional. Entende ele que a situação contemporânea apresenta um cenário similar na medida em que não se acredita mais na religião como fundamento da ética, assim como se recusa a interferência de um sistema jurídico em nossa vida pessoal, moral, privada, fazendo com que os movimentos de libertação atuais não encontrem um fundamento sobre o qual possam erigir uma nova ética.

A atualidade do problema de uma ética entendida como a forma que se pode dar à própria vida leva Foucault a conceber o cuidado de si como ponto de resistência preferencial e útil contra o poder político, e a localizar o objetivo político no incentivo a novas formas de subjetivação. O indivíduo alcançaria autonomia mediante as práticas de si e mediante a junção da própria transformação com as mudanças sociais e políticas. Essa relação consigo mesmo, autônoma e não normalizada não deve ser entendida no sentido liberal. Ela constitui antes uma subjetividade anárquica, posto que trata de se libertar do Estado e das formas de subjetivação por ele impostas. Ao invés do sujeito dócil, tem-se a metáfora do guerreiro e da guerra, a intensidade das lutas.

Em *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1995b) enumera e retoma as características das lutas na atualidade, como já mencionado. Dentre elas encontram-se aquelas que questionam o estatuto do indivíduo, opondo-se ao que se pode chamar de “governo por individualização” e opõem formas de resistência aos efeitos de poder que estão ligados ao saber, à competência e à qualificação.

Dentre as possibilidades de criação de novos estilos de si, a amizade é a forma de existência considerada por Foucault quando ele pensa em uma possível atualização da “estética da existência”, embora ele tenha limitado suas análises quase que exclusivamente à cultura homossexual, o que não exclui sua ampliação a outros grupos.

Se Michel Foucault dedicou boa parte de seus trabalhos ao saber-poder, pode-se acompanhar, por outro lado, alguns deslocamentos por ele mesmo efetuados. Um destes deslocamentos é aquele teórico que se efetua no eixo do poder e permite o surgimento de um si mesmo constituído esteticamente. Sua preocupação com a ética aqui, com aquilo que rompe com a moral vigente, leva-o a perspectivar a capacidade do sujeito se transformar estilizando sua existência na presença do outro. Entra em cena a amizade como um jogo agonístico e estratégico, pelo qual uns agem sobre os outros com o mínimo domínio possível.

Esse projeto inacabado por Foucault deixou pistas importantes para se pensar formas de subjetivação que permitam o agenciamento de necessidades individuais e objetivos coletivos. Para além da paixão e do poder, portanto, trata-se de jogar, por meio da ética da amizade, com as relações de poder de sorte a que elas não se transformem em estados de dominação. Multiplicidade, intensidade e experimentação entram em cena permitindo a emergência de subjetivações coletivas e novas formas de comunidade. Essa é, ao menos, a aposta que Foucault fez, em um cenário como o da contemporaneidade, no qual política é sinônimo de poder e dominação.

8.2. Práticas da/na intimidade, masculinidades e política(s)?

Parto aqui do conceito de subjetividade tal como o define Foucault (2004[1984], p. 236): “a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Falar de sujeito é falar das complexas relações que os indivíduos mantêm consigo mesmos, com os outros e com a verdade. O sujeito se constitui na experiência e através de práticas e tecnologias (de saber, de poder, de si) (Foucault, 2000: 349-50).

Ora, se o sujeito é produzido em meio à trama do poder, do saber e da ética, ou dito de outra forma, das relações com os outros, com a verdade e consigo mesmo, podemos afirmar com Foucault que: “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, (...) entre cada um que sabe e cada um que não sabe, existem relações de poder” (Foucault, 1980, p. 187). Tais relações, obviamente, não podem ser percebidas como meras projeções do poder do Estado. Deve-se ter, pois, em mente, na procura de uma compreensão da dinâmica das relações de poder, a idéia de uma rede que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica etc) que se apóiam uns nos outros.

Em outras palavras, e repetindo o já dito: as técnicas de formas de poder produzem a sujeição, tornam o indivíduo naquilo que ele tem de ser na modernidade, o sujeito – alguém com identidade e alguém que se sujeita, que está dependente, controlado, ativado e impulsionado pela maquinaria do poder.

Se hoje entendemos que as masculinidades são produzidas historicamente em contextos culturais determinados, podemos pensar que as relações de poder jogam um papel fundamental aqui. Foi no contexto da criação dos Estados-Nação, como já mencionado, que se deu a divisão dos âmbitos da vida entre esfera pública destinada aos homens e esfera privada destinada às mulheres, marcada inexoravelmente pela heteronorma. Da idéia de um único sexo, chega-se ao dimorfismo sexual naturalizado, legimitado e legitimador das desigualdes entre os sexos/gêneros. O controle sobre a sexualidade das mulheres mostrou-se de vital importância para a transmissão da herança, do nome e da propriedade, em uma sociedade na qual o poder do soberano foi derrocado, mas a ideia de uma suposta democracia liberal mascara as profundas desigualdes necessárias para a perpetuação do modo de produção capitalista associado às heranças patriarcais. É nesse contexto que a heteronormatividade regula a produção dos sujeitos mantendo a divisão de mundo. Sujeitos (in)inteligíveis são produzidos pela violência da heteronorma que atua mantendo os ideais de masculinidades tais como os conhecemos.

No entanto, ao longo do século XX e neste início do século XXI, podemos identificar alterações substanciais nas organizações familiares, no mundo do trabalho, nas tecnologias reprodutivas, nas tecnologias comunicacionais, nos sistemas educacionais e nas políticas públicas no mundo ocidental. O aumento da escolarização das mulheres, a entrada

delas no mercado formal de trabalho de forma irreversível e também (ainda que menos expressivamente) na esfera da política, a impossibilidade de provisão dos grupos familiares apenas por parte dos homens, a separação da sexualidade da vida reprodutiva assegurada pelos contraceptivos, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e de famílias mono e homoparentais, são elementos importantes para se analisar os impactos na vida “íntima”.

Tudo isso, entretanto, parece não ser ainda suficiente para que relações menos hierarquizadas no que diz respeito ao sistema sexo/gênero se tornem de fato uma realidade inconteste.

O que podemos falar então acerca das práticas de intimidade nesse cenário no qual as próprias relações “íntimas” são reguladas, normatizadas? A demora mesmo em se reconhecer a gravidade da situação da violência contra as mulheres no âmbito “doméstico” demonstra, por outro lado, a articulação entre o que se entende por privado e o público ambos marcados pela divisão sexual que produz/naturaliza/legitima formas de ser no mundo. Masculinidades dissonantes também são alvo permanente de suspeita, de tentativas de regulação, de violência, sugerindo que o “privado” é lugar de vulnerabilidade para homens e mulheres sujeitados à violência normativa.

Por violência normativa não se entende um certo tipo de violência que se torna a norma, mas sim a violência das normas. As normas de gênero elas mesmas podem exercer uma certa violência sobre os corpos que as violam. Elas tanto autorizam a violência física típica que nós reconhecemos rotineiramente como tal, quanto simultaneamente apagam essa violência de nossa apreensão. No prefácio da edição de 1999 de *Gender Trouble*, Butler (2007 [1990, 1999]) esclarece que a questão de abrir as possibilidades do gênero não se trata propriamente de um pluralismo feminista de gênero (mais gêneros), e sim do problema da heteronormatividade e da existência de sexualidades não normativas, ilegítimas, ilegais. A questão da violência normativa é central aqui e é anterior à subjetividade.

O poder, para Butler (na esteira ainda de Foucault) produz sujeitos (como subjetividades), define identidades (como homem e mulher) e cria categorias (como gênero e sexualidade) de tal maneira que as categorias identitárias – corpo sexuado e identidade de gênero, fundamentos da teoria política -, ao contrário de origem ou causa, são efeitos das instituições, práticas e discursos – e, portanto, contingentes (BUTLER, 2007 [1990, 1999]). Sexo e gênero (e seu binarismo lógico) não podem

ser localizados em uma natureza “pré-social” que precederia a política que, por sua vez, apenas os refletiria/representaria. O que conhecemos como sexo surge a partir do discurso científico (ele mesmo histórico e associado a interesses sociais e políticos) que estabeleceu o dualismo como um fato natural. Ou seja, a própria ideia de sexo deriva de relações complexas de poder.

Os discursos reguladores que formam o sujeito de gênero são eles mesmos os responsáveis pela sujeição, de sorte que sujeito ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o "eu" nem precede, nem segue o processo dessa "criação de um gênero", mas apenas emerge no âmbito e como a matriz das relações de gênero propriamente ditas (Butler, 1993, p.7).

Como problematizar esses modos de sujeição que permanecem a despeito das lutas/movimentos sociais? Como problematizá-los sem cair na armadilha de sujeição às regras estatais, às demandas por novas regulações? Como incentivar novos modos de subjetivação nos quais a ética do cuidado de si reverbere coletivamente? Como problematizar as normas de gênero que continuam funcionando com força de lei demarcando o humano/inumano?

Se consideramos que a constituição da subjetividade é marcada pelas relações de poder que incidem em nossos corpos, estamos frente à ideia de uma subjetividade que se encontra permanentemente em processo. Como esse processo é marcado pelas relações saber-poder-verdade no quadro das normas de gênero, urge problematizar essas relações de maneira a desconstruir o binarismo essencial que, entre outros efeitos, produz a ideia de abjeto que aqui designa “precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito [...] Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção” (Butler, 2001, p. 155).

Recuperando, portanto, a obra paradigmática de Butler (2007 [1990, 1999]), com respeito à violência normativa podemos identificar dois esforços fundamentais: i. o de interromper a capacidade da violência normativa de permitir outras violências, e, ii. o de tornar essas outras violências visíveis quando ocorrerem. Trata-se, em última instância (ou primeira?) de “fazer a vida possível”, incluindo os limites daquilo que se pode chamar de “intimidade”. Certamente uma empreitada teórico-política.

Referências

- BUTLER, Judith. *Bodies that Matter. On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.
- BUTLER, Judith. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007 [1990, 1999].
- CORBIN, Alain. *Saberes e Odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *L'impossible prison, recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle*. Paris, Éd. du Seuil, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2 – O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994a.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994b.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 253-278.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ditos e Escritos, vol. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp, 1993.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1983.

LASCH, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RABINOW, Paul.; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

9.

(ANTI) ÉTICAS E DIALÉTICAS: ALGUMAS ATREVIDAS DIGRESSÕES ACERCA DAS NORMATIVIDADES (CONTRA-) HEGEMÔNICAS

Roberto Efrem Filho⁸⁶

Universidade Federal da Paraíba

O presente ensaio resultou de um convite, conduzido a mim pelo Instituto PAPAI, à participação em uma mesa de discussões constante na programação do 6º Seminário Nacional Homens e Masculinidades, evento este do qual eu mesmo já havia participado, noutros anos, ainda como estagiário do referido Instituto. A temática da mesa proposta pela comissão científica do Seminário recebeu o título de “Ética, Valores Morais e Direitos da Pessoa” e, acredito eu, no que posso estar profundamente equivocado, deveria originariamente abordar debates a respeito das possibilidades ou não da interferência dos valores morais apreendidos na vida dos sujeitos em campos como os da execução de políticas estatais, das práticas profissionais, dos serviços públicos etc.

Tratar-se-ia, por exemplo, do velho mas não menos cruelíssimo caso do(a) profissional de saúde que, em razão de suas convicções morais, de cunho religioso ou não, ao se deparar com uma mulher que sofreu aborto, trata-a de maneira incoerente com a ética profissional à qual está obrigado(a). Ou, do fato de um(a) magistrado(a) não reconhecer os

⁸⁶ Roberto Efrem Filho é mestre e graduado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e membro dos conselhos internos do Instituto PAPAI e da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos. Professor Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB. E-mail: robertoefremfilho@yahoo.com.br

efeitos jurídicos de uma união estável entre pessoas do mesmo sexo por conta das certezas morais que arrasta consigo e excluem de sua concepção de família uma união como essa.

Dá-se, contudo, que, apesar de eu concordar com a relevância conjuntural de tais discussões, visto que certo moralismo conservador é costumeiramente colocado em primeiro plano contrariando aquilo que as lutas históricas dos movimentos sociais e organizações populares definem como direitos e dignidades, parto de premissas teóricas que me levam necessariamente a provocar uma inversão temática no sentido da mesa inicialmente proposto. Explicar-me-ei. Divisões categoriais entre chaves conceituais como as de “ética”, “moral” e “direito” reproduzem, de costume, ranços positivistas, também conservadores, que ratificam, mesmo inconscientemente, a divisão do mundo em subsistemas, quadrados, classificatórios e fórmulas explicativas que ignoram, não ocasionalmente, a cumplicidade estrutural entre esses “subsistemas” e os conflitos sociais em que estão fundamentalmente engolfados.

Logo no início dos cursos de graduação em direito, aprende-se a diferenciar e classificar ética, moral e direito, e a afiançar a autonomia absoluta da normatividade jurídica – ou da “ciência do direito” – em relação às demais esferas normativas. A apreensão do sentido dessa autonomia pelos(as) bacharelados(as), membros do campo jurídico em iniciação, é responsável por parte substancial da legitimidade do direito: aquelas pessoas acreditam efetivamente que em sua prática profissional são capazes, ou devem ser capazes, de separar suas convicções de suas tomadas de posição. Daí a crença fulcral em noções como as de “neutralidade”, “imparcialidade”, “racionalidade” ou no que as valha.

O debate sobre a temática originalmente indicada para a mesa, se não tomados os cuidados requeridos, corre o risco de, sob a intenção de assegurar direitos de sujeitos vítimas de discriminações, como as elencadas nos casos supracitados da mulher que sofreu o aborto e do casal homossexual, reforçar a legitimidade estrutural do campo jurídico baseada em artifícios simbólicos de dominação.

A legitimidade do campo jurídico e do campo burocrático como um todo se sustenta na negação dos interesses dos membros dominantes desses campos e na tentativa de remeter a abstrações ou ficções jurídicas – a “imparcialidade”, o “bem comum” ou o “interesse público” – a responsabilidade por umas opções em detrimento de outras, movimento próprio àquilo que Weber chamou de impessoalidade da dominação legal

(2008, p. 129): ajo apenas em razão da lei, faço sob a segurança legal, a lei assim o diz e, somente em consequência disso, cumpro etc.

O processo de legitimação em questão depende, portanto, da negação dos interesses em jogo, interesses estes que podem ser pessoais, mas que, via de regra, dizem de conexões recíprocas bem mais profundas com conflitos sociais, como aqueles referentes às relações de gênero. Assim, se insistirmos irrefletidamente em corroborar com separações categoriais entre conceitos como os de “ética”, “moral” e “direito”, pouco faremos além de reafirmar lógicas de dominação estruturalmente voltadas contra os interesses de movimentos sociais e organizações populares.

A separação entre convicções morais e normas éticas ou jurídicas redonda quase sempre na consagração da moral dominante como “a” interpretação ética ou jurídica correta, como acontece no seio dos debates acerca da legalização do aborto. As convicções morais de origem cristã se erigem como determinações éticas e legais, pouco importando se as convicções morais compartilhadas entre feministas sofrem com os índices aberrantes de falecimentos de mulheres pertencentes às classes subalternas que recorrem, dia após dia, a clínicas clandestinas. Procurar, destarte, isolar “direito” de “moral” engendra-nos prejuízos estratégicos ao tempo em que revitaliza a relevância do direito, auto-proclamado livre de influências morais.

Não pretendo, com isso, provocar uma completa indiferenciação entre esses conceitos ou recair em simplismos discursivos que caracterizem o direito ou a ética como “a moral dominante travestida”.

Em determinadas discussões, setores do campo jurídico se encontram bastante mais avançados, conforme nossos interesses, do que a moral dominante no espaço social e, inclusive, noutras searas estatais, como o Poder Legislativo. Prova disso encontramos na jurisprudência, já majoritária no Superior Tribunal de Justiça, em todos os Tribunais Regionais Federais e em alguns Tribunais de Justiça Estaduais, concernente ao reconhecimento judicial dos efeitos jurídicos das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Os porquês de magistrados(as) demonstrarem maiores confluências com algumas pautas políticas de alguns movimentos sociais do que a sociedade em geral não sou capaz de desvendar neste ensaio. De todo modo, adianto, mesmo que a partir de atrevimentos sociológicos, que se as mobilizações empreendidas pelos movimentos sociais surtem historicamente seus efeitos, não deixa de produzir resultados a apropriação conduzida pelo capital das pautas do “público gay”,

convertido em um especialíssimo público consumidor que, assim, deve ser funcionalmente legitimado enquanto tal, sobremaneira em face da fruição de certos direitos.

A análise e a aplicação de conceitos como os de “ética”, “moral” e “direito” precisam, por um lado, evitar metodologicamente pretensões de separações categoriais que requeiram a negação dos conflitos sociais para a manutenção de seus respaldos, e, de outro lado, compreender as determinações recíprocas e conflituosas desses conceitos e dos campos sociais que os tomam por objeto. O campo jurídico, por exemplo, originariamente competente para decidir a respeito do que é ou não conforme o direito, disputa o espaço social, impondo-o uma moralidade específica, repleta de substratos e quiproquós jurídicos reguladores e procedimentais.

As diferentes concepções morais presentes na sociedade, por sua vez, dialeticamente relacionadas a processos históricos materiais e simbólicos, também disputam o campo jurídico em busca da consignação do que deve ser o direito, embora essas disputas só encontrem legitimação no campo jurídico caso se valham da linguagem jurídica, das vozes dos membros do campo jurídico ou de sua maneira de atuar.

Em meio a tantas batalhas simbólicas, as pessoas atravessam diferentes campos sociais mantenedores entre si de cumplicidades estruturais, as quais comumente, mas não sem exceções conjunturais, como acontece com os direitos dos casais homossexuais, consolidam os interesses das classes e grupos socialmente dominantes. Essa consolidação não é meramente mecânica ou reflexiva, requer condições tanto materiais quanto simbólicas, mas depende, como indica Pierre Bourdieu, diretamente do grau de autonomia relativa do campo social e do objeto em disputa a partir dos quais ela procede (2007, p. 57). O campo jurídico e o direito valem-se, por exemplo, de uma autonomia bastante limitada, tamanha é a relevância estrutural do direito para reprodução e a recriação das relações de dominação.

Tais disputas simbólicas são inexoráveis e se exprimem, inclusive, nas práticas do(a) profissional de saúde que se depara com uma mulher que sofreu um aborto e do(a) magistrado(a) diante de uma petição de reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Neste segundo caso, a autonomia interpretativa legalmente concedida ao/à magistrado(a) consente estruturalmente com a transmutação de convicções morais – sejam elas contrárias ou favoráveis ao reconhecimento – em “justificação jurídica”, mas somente se a decisão

não transbordar molduras do possível para as correlações de forças socialmente em conflito e desde que preenchidos requisitos procedimentais, o que, conseqüentemente, afasta do(a) magistrado(a) quaisquer acusações de caráter ético, dado o *ethos* dominante no campo jurídico relacionar-se à supremacia da forma.

No primeiro caso, todavia, as disputas simbólicas arriscam provocar tensões mais agudas, a depender do trânsito do(a) profissional de saúde através das diferentes esferas normativas e das influências conscientes ou inconscientes dessas normatividades sobre suas práticas. O movimento feminista costuma se defrontar com notícias de atitudes discriminatórias e lesivas perpetradas por profissionais de saúde contra mulheres que se apresentam ao serviço público de saúde logo após a realização ilícita de um aborto.

A omissão do atendimento devido, apesar de flagrantemente ilegal e contrária à ética da profissão, resulta de uma tomada de posição moralista e até mesmo fundada em outras éticas, que não a profissional, em detrimento de uma alternativa tomada de posição ética – mas apenas no que o código de ética determina enquanto tal. Seria possível, contudo, que apesar de as convicções morais do(a) profissional de saúde serem contrárias ao aborto – uma mera suposição ilustrativa – a socialização desse(a) profissional durante o transcurso de sua formação ética (profissional) imponha a ele(a) o atendimento “correto”, ou segundo os ditames legais, àquela mulher, embora ele(a) desconfie severamente da preexistência de um aborto.

A diferença entre o primeiro e o segundo exemplos está na maior ou menor interferência dos padrões de socialização da ética profissional e da legalidade na prática do(a) sujeito profissional de saúde, a despeito da presença de valores morais conservadores.

Em razão da percepção desse fenômeno e de suas implicações para a garantia de uma segurança mínima às mulheres é que mesas como esta para a qual fui convidado surgem. Trata-se aqui, destarte, da sobreposição estratégica dos padrões de socialização da ética profissional e do direito aos imperativos morais.

Ocorre que – e agora nos voltamos mais uma vez aos cuidados necessários para não reproduzir a negação dos conflitos sociais empreendida estruturalmente por campos como o jurídico – a valorização do direito em prejuízo da moral pode engendrar a valorização estrutural do direito, acarretando inclusive na valorização do direito contra a eticidade vivenciada no seio do movimento de mulheres:

é o que se dá, mais uma vez e sobretudo, no que tange à criminalização do aborto.

A elevação da ética e do direito a um pedestal simbólico de salvaguarda dos interesses dos movimentos sociais e das organizações populares constitui um equívoco, afirmação esta que se torna mais facilmente demonstrável a partir da constatação de que os interesses dominantes (e talvez estruturais) do campo jurídico não coincidem com os nossos interesses.

Certamente, entre a sobreposição estratégica da ética e do direito à moralidade conservadora e a adesão à valorização estrutural do direito caminham diversos processos histórico-sociais e suas contradições. Nessas caminhadas contraditórias, sobre linhas contorcidas e malabarismos quase circenses, também seguimos nós, partícipes de movimentos sociais e organizações populares e, como diria Gramsci, seus/suas intelectuais orgânicos(as) (1966, p. 101).

A discussão acerca das possibilidades de cometimento de deslizos, ou seja, do desenvolvimento de uma vinculação estrutural ao direito e a outros campos dominantes em nome de uma batalha simbólica conjuntural contra a moral conservadora, torna-se fundamental na medida em que esses deslizos têm se mostrado um eficientíssimo artifício hegemônico de legitimação de relações de dominação mesmo no território ideológico dos movimentos e organizações.

Por isso, a necessidade de provocar uma inversão temática na discussão originariamente proposta para a mesa em questão. Ao invés de nos dedicarmos à elaboração teórica de diferenças categoriais entre “moral”, “ética” e “direito”, nas quais efetivamente não acredito, proponho que dediquemos nossas energias à análise a respeito das formas por meio das quais compreensões éticas, morais e jurídicas dominantes terminam por ditar parte significativa da ética (ou das éticas) vivenciada(s) por movimentos sociais e organizações populares que se pretendem contra-hegemônicas. Noutras palavras, proponho que nos dediquemos à análise das conjunturas históricas em que deslizamos. Por conseguinte, nas próximas partes deste ensaio, dedicar-me-ei a traçar uma crítica a algumas características do *ethos* hegemônico que nos percorre, com a finalidade de resgatar percepções éticas condizentes com posturas e concepções de mundo contra-hegemônicas.

9.1. O hegemônico que nos atravessa e a ética punitivista

Talvez um dos mais relevantes saltos teóricos proporcionados pelo marxismo tenha sido o do reconhecimento das contradições em que estamos necessariamente imersos(as). A realidade é – ou as realidades são – contraditória(s) porque conflituosa(s).

Há sempre, numa trincheira parisiense de 1968, na organização mais pretensamente objetiva dos verbetes de um dicionário, na invasão norte-americana do Iraque ou num poema de Fernando Pessoa, forças sociais materiais e simbólicas, em maior ou menor intensidade, em disputa. Acreditar, deste modo, ainda que por uma aparente ingenuidade, que os sujeitos que se pretendem à contra-hegemonia, como aqueles organizados em movimentos sociais e organizações populares, encontram-se livres das contradições fundantes da sociedade capitalista não constitui apenas uma imprecisão metodológica: representa uma arrogante e, do ponto de vista sistêmico, bastante funcional tomada para si de uma postura hegemônica, qual seja, a de se pensar profunda e linearmente harmonioso, negando os conflitos sociais – no caso das classes dominantes, os conflitos a partir dos quais elas conservam essa qualidade.

A tomada de uma postura dessa espécie – como disse, aparentemente ingênua – reproduz e perpetua no interior da contra-hegemonia elementos hegemônicos suficientemente competentes para dificultar seja a autocompreensão dos sujeitos que a compõem, seja a realização de análises conjunturais da sociedade e dos demais agentes sociais. Sendo assim, a contra-hegemonia – e é possível que eu esteja sendo demasiadamente prescritivo – não se encontra habilitada à consecução de estratégias contra-hegemônicas se não apreende a autocritica como orientação ética. De fato, o presente ensaio serve também à citada autocritica, àquilo que Freire denominou de “consciência de inacabamento” (2003, p. 50), em razão da compreensão de que eventos como este Seminário, para o qual fui convidado, devem, ao programar políticas futuras, avaliar os caminhos que se tem percorrido até então.

Duas dessas questões, acerca das críticas que precisamos fazer a nós mesmos(as), vêm me chamando à reflexão. A primeira delas, eu apelidarei de “ética punitivista”, a segunda, de “ética fragmentária”. Adianto, contudo, que minha opção por essas duas questões de forma alguma circunscreve a elas todos os elementos hegemônicos que as práticas dos movimentos sociais e organizações populares têm manifestado.

Antecipo, também, que, ao debatê-las, não ensaio qualquer ambição representativa. A escolha por esses dois temas é, reconheço, arbitrária, pois possivelmente dirá mais às minhas próprias vivências entre os movimentos e organizações do que das suas mais recentes demandas temáticas, de modo que me ponho atrevida e novamente a discutir as angústias que me percorrem e a esperar que as discussões seguintes sirvam aos sujeitos com quem dialogo.

A **ética punitivista** corresponde à aspiração de encontrar na punição ou na penalidade a solução para os problemas com que nos deparamos, mantendo inconsciente e silenciosamente as funções estruturais do sistema penal naquilo que Foucault designou como gerência diferencial das ilegalidades (2008, p. 75).

Historicamente, parte significativa das ações dos movimentos sociais volta-se, e não sem motivos, para a criminalização de atitudes discriminatórias. A lei de combate ao racismo, alvo de esforços seculares do Movimento Negro, surgiu nos idos da década de oitenta. A Lei Maria da Penha, destinada à punição dos(as) agressores(as) em casos de violência doméstica, por sua vez, foi promulgada nos primeiros anos deste século. O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, por outro lado, ainda hoje pleiteia a criminalização da homofobia. Em razão da mencionada gestão diferencial das ilegalidades, todavia, essas normatizações se localizam em encruzilhadas políticas que devem ser objeto de nossas reflexões. A lei de combate ao racismo não é, ou quase não é, aplicada em nosso país, o que nos conduziria à absurdamente irônica conclusão de que o racismo não existe, afinal – e isso foi pouco do que aprendi nos bancos da Faculdade de Direito! – só existe crime depois de sentença transitada em julgado. A aplicação da Lei Maria da Penha, do contrário, abarrota varas criminais, ao menos nas cidades ou comarcas em que a mínima gestão da coisa pública permite que haja uma delegacia objetiva e subjetivamente disposta a receber denúncias. Nessas varas e em sua imensa maioria de processos, homens pertencentes às classes subalternas são classificados como réus. Por fim, o Projeto de Lei 122 do ano de 2006, que intenta criminalizar a homofobia, esbarra nas barreiras e bancadas religiosas do Congresso Nacional.

Percebe-se, então, que a criminalização das violências perpetradas contra os estratos sociais subalternos ou é convertida em inoperância estatal (talvez – atrevidamente – porque as classes dominantes e dirigentes não acreditem efetivamente que o racismo exista como um dos conflitos sociais capitais de nossa história, talvez porque não o sofram, ou se

mantenham acumulando os dividendos materiais e simbólicos dele resultantes...); ou se volta, no que tange à Lei Maria da Penha, quase que exclusivamente para membros das classes subalternas, já estruturalmente criminalizáveis; ou, enfim, sequer acontecem, considerados os fatores reais de poder que destronam a ficção da laicidade estatal, a qual o próprio Marx descortinara quando dos seus trabalhos sobre A Questão Judaica (1991).

Esse processo resulta, tomando emprestadas as palavras de Alessandro Baratta, da natureza seletiva do processo de criminalização (2002, p. 134), natureza esta a que a ética punitivista sub-repticiamente se submete, isto porque apesar das legítimas e necessárias intenções de criminalizar gestos ofensivos àqueles estratos sociais subalternos, o crime e a penalidade alimentam-se de vínculos estruturais hegemônicos intransponíveis pelas boas intenções dos movimentos sociais e das organizações populares.

A criminalização é estratégia histórica e – por que não dizer? – inexorável de controle social coerente com os interesses das classes dominantes. Se, como dito anteriormente, a autonomia do campo jurídico possui limitações expressivas, na esfera penal a margem de manobra é praticamente inexistente. Isto sem falar no que, antes de dizer respeito às superestruturas judiciais, concerne aos mecanismos disciplinares e ao panoptismo.

Muito embora minhas últimas conversas com o professor Luciano Oliveira, quem tem pesquisado e discutido a temática com maiores aprofundamento e competência que eu, tenham me gerado dúvidas substanciais acerca da aplicabilidade à realidade nacional dos conceitos relativos à sociedade disciplinar descrita por Foucault, atrevo-me a desconfiar que, em campos específicos, tal qual o midiático, o panoptismo percorre eficientemente suas trajetórias.

Noutros campos, entretanto, mecanismos disciplinares – algumas vezes estranhamente amalgamados com instrumentos arcaicos de violência e punição – engendram consequências, sendo, parece-me, uma das mais nítidas delas a produção da delinquência, ou seja, de uma classe de sujeitos cujas vidas, e não meros atos ilícitos eventualmente praticados (FOUCAULT, 2008, p. 211), fazem deles uma ameaça historicamente criada para legitimar estratégias de controle social e dominação, assim como a indústria (também cultural) do medo.

Ocorre que, e isto talvez seja o mais cruel no que se relaciona à ética punitivista, os movimentos sociais e as organizações populares

compõem, em diferentes níveis, a depender de suas pautas políticas e de oscilações conjunturais, um corpo de delinquentes, do que decorre a criminalização das lutas sociais (Idem, p. 237). Por conta dos citados amálgamas nacionais, no entanto, delinquentes são facilmente convertidos em assassináveis, como acontece nas ações policiais e milicianas contra organizações camponesas como o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra. A contra-hegemonia, portanto, ao retroalimentar a ética punitivista em seus espaços de organização e no cerne de suas pautas políticas, termina por condenar a si própria, revigorando práticas e discursos hegemônicos.

Conclusões como esta remetem-nos inevitavelmente a questionamentos sobre, então, o que fazer, sobremaneira se em questão se encontra uma série de discriminações e violências responsáveis inclusive pelas mortes de milhares de pessoas anualmente, como se dá com a violência doméstica. A análise das contradições a partir das quais avançamos surge, também agora, como imprescindível, porque de maneira alguma, críticas como as que nos propomos podem engendrar posturas inertes e, logo, passivas diante das relações de dominação, simplesmente porque o mundo não existe como almejamos.

O fato de a reação imediata à violência doméstica reproduzir elementos hegemônicos, tal qual a criminalização, não desabilita aprioristicamente – e consideradas as disposições conjunturais – essa reação, se vislumbrada como política de transição e urgência e não como cerne das ações dos movimentos sociais que a desenvolvem.

No caso da Lei Maria da Penha, por exemplo – mas penso que isso se dará de modo parecido com a criminalização da homofobia – a normatização e as mobilizações em torno dela conduziram, como nunca antes em nossa história, a temática da violência doméstica contra a mulher para o centro dos debates públicos. Isto num país cujo patriarcalismo cultural insiste, muito embora cada vez menos, na tese de que a violência doméstica constitui um assunto privado, um “assunto de marido e mulher”.

A valorização da criminalização específica da violência doméstica pelos debates públicos e, notadamente, pelos meios de comunicação social, possivelmente se conecta com a abertura desses meios para tudo o que concerne à criminalização – falei, noutro momento, acerca de uma cumplicidade estrutural entre a mídia e o crime (EFREM FILHO, 2009, p. 164). Porém, a repercussão resultante desse processo pode – trata-se, enfim, de uma hipótese que não sou capaz de comprovar, mas com a

qual o movimento feminista concorda – ter proporcionado certa segurança a mulheres em situações de risco, o que demonstra, sendo assim, razões materiais e suficientes para a existência transitória e urgente da lei, apesar dos pesares estruturais da persistência de elementos próprios à ética punitivista.

A avaliação constante desses pesares, de suas conseqüências e das estratégias através das quais eles absorvem os movimentos e as organizações, é fundamental para o afastamento dessa ética. Por sua vez, um afastamento nesse sentido não se efetiva a partir de idealismos, sem que renovadas estratégias contra-hegemônicas sejam elaboradas e levadas à práxis.

Essas estratégias devem – e novamente corro o risco de parecer demasiadamente prescritivo – por exemplo, abordar a participação dos homens nos processos de construção da violência de gênero, não limitada à violência contra a mulher, principalmente dirimindo atribuições, igualmente hegemônicas, de títulos como o de “criminosos”, os quais mais naturalizam e, portanto, neutralizam características historicamente edificadas e conflitos sociais, do que contribuem para a eliminação da violência. Estratégias assim superam necessidades imediatas, aglutinam sujeitos socialmente dispostos ao diálogo e retiram o crime e a punição do eixo das nossas pautas, ainda que saibamos – porque precisamos saber conscientemente disso – que eles estão entre nós, estruturalmente aparelhados para reforçar sua importância na ética vivenciada pela contra-hegemonia.

9.2. A ética fragmentária

A ética fragmentária consiste na incapacidade de compartilhamento de concepções e análises totais de mundo, ou seja, na facilidade com que os diversos movimentos sociais e organizações populares perdem-se em suas especificidades e ignoram os vínculos inexoráveis entre suas diferentes condições materiais e simbólicas. As razões explicativas desse fenômeno são historicamente disputadas – e, por vezes, estruturalmente pactuadas – entre versões conversadoras e progressistas, mas quase todas elas mantêm em comum um radical afastamento da, ou, ao menos, alguma ressalva à noção de “totalidade” utilizada, por exemplo, pelo materialismo histórico-dialético para demonstrar as determinações provocadas pelo modo de produção capitalista e por suas características estruturais nas diversas dimensões da vida.

Evidentemente, as explicações conservadoras desse fenômeno agem sob o intuito de dissimular as implicações sociais do capitalismo, mas, acima de tudo, de identificar retoricamente as alternativas, também totalizantes, a ele, como o socialismo, a outros fenômenos históricos – capitalistas! – tal qual o nazismo. Ao seu tempo, as explicações progressistas se ressentem da totalidade em razão de uma alegada incapacidade das concepções totais de reconhecer as diversidades e peculiaridades – e os direitos resultantes delas – de sujeitos sociais oprimidos em razão aparentemente não de sua condição de classe, mas de sua sexualidade, ou de seu gênero, ou de sua raça, etc.

Quanto à mencionada explicação conservadora, acredito que as discussões a respeito do conceito de totalidade conduzidas por Fredric Jameson têm bastante a nos dizer. Jameson atrela o processo histórico de totalização do capitalismo à produção de uma onipresença do sistêmico.

Esta onipresença, ou seja, a presença direta ou indireta do capital em todas as esferas da vida acarreta a perda de sentido da idéia mesma de sistema (2006, p. 79) e uma aversão entre os/as intelectuais às totalizações em geral, então identificadas inclusive com os padrões de controle social total, ou os *Big Brothers*. Noutras palavras, a totalização do capital tem como pressuposto e consequência, no atual estágio do capitalismo, o silenciamento das concepções totais, da noção de totalidade, embora não porque elas deixem de existir (ou porque os setores sociais dominantes almejam essa inexistência), afinal o capital é essencialmente totalizador, mas porque existem com tamanha capilaridade, relacionando-se sempre e com tudo, que se tornam quase imperceptíveis: primeiro para que o modo de produção capitalista não seja percebido como total, “universalmente determinante”, expressão que deve se limitar a soar pejorativamente como uma *démodé* pregação marxista; segundo para que concepções totais alternativas a ele sejam consideradas despóticas ou antidemocráticas, incongruentes com as “necessidades sociais”.

Contraditando os discursos hegemônicos, Jameson define os processos totalizantes como significações da realização de conexões entre os vários fenômenos sociais (Idem, p. 75). A análise do modo de produção capitalista, portanto, requerer a compreensão de suas relações – a propósito, dialéticas – com todas as experiências, em maior ou menor intensidade, vivenciadas em seu território, ou seja, o mundo tal qual o conhecemos.

Sendo assim, a ética fragmentária, na sua incapacidade de perceber a vigente totalização da realidade em que estamos inseridos(as) e a necessidade de criação de uma alternativa igualmente total ao *status quo*, guarda vínculos estruturais com os processos históricos de dissimulação do capitalismo, ou com os disfarces de suas atroz sequelas, através de joguetes discursivos como o do “se não há problemas totais, mas tão-somente específicos, não há porque se falar em análises totais ou propostas de transformações totais do mundo”.

Contudo, porque o modo de produção não compõe um “sistema total” num sentido proibitivo, como ocorre com a prisão descrita por Foucault, ele abarca em si mesmo múltiplos impulsos contrários e novas tendências, de energias residuais ou em emergência, os quais ele precisa administrar ou controlar (Idem, p. 80) por meio de operações de força e consenso, com especial destaque para o consenso nas circunstâncias de “normalidade”⁸⁷, como nota a conceito gramsciano de hegemonia.

A fragmentação desses impulsos e tendências e dos sujeitos deles componentes constitui uma das eficientes estratégias de composição da hegemonia e se dá, sobretudo, a partir da consensualização da dissimulação, do silenciamento e da negação das compreensões totais no interior daquelas tendências que poderiam vir a se organizar contra-hegemonicamente.

Bem em razão desse processo, muitas vezes, movimentos sociais e organizações populares estranham não apenas as correlações recíprocas entre suas pautas – a violência doméstica, a legalização do aborto, as políticas afirmativas étnicas e raciais, a criminalização da homofobia, a reforma agrária, etc. – e as animações metabólicas do capital, mas estranham igualmente as, assim como as conexões existentes entre as, bandeiras políticas uns dos outros.

Tais estranhamentos, além de retroalimentarem a fragmentação, consolidam uma lógica concorrencial entre esses movimentos e organizações, a da disputa pelas políticas públicas disponíveis de acordo com o orçamento estatal compatível com aquilo que os/as mais recentes devotos das mistificações simbólicas chamam de “Estado Democrático de Direito”. As limitações orçamentárias para as políticas públicas de efetivação dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais engendram um cruelíssimo embate entre os movimentos sociais com o fim de demonstrar quem mais sofre e, por isso, precisa mais

⁸⁷ Refiro-me à “normalidade” segundo os interesses das classes socialmente dominantes.

urgentemente de recursos, isto quando não produz entrelaçamentos comprometedores entre os movimentos e as estruturas de Estado.

Esse cenário em muito confirma as implicações do modo como o capitalismo se organiza no Brasil – segundo Florestan Fernandes, dependentemente (2009) – na ética fragmentária vivenciada por parte significativa dos nossos movimentos sociais e organizações populares. Porém, essa pluralização de especificidades que não se reconhecem, através da qual a concorrência entre diferentes sujeitos se confunde com “democracia”, não é algo alheio aos nexos gerais do capital.

O modo de produção capitalista, do contrário, nas mencionadas condições de “normalidade”, recepciona, decerto sob limites estruturais, o pluralismo de opiniões, de sujeitos coletivos organizados, práticas políticas, etc. Esse pluralismo – no que István Mészáros observa com perspicácia (2007, p. 243) – adjudica legitimação ao estado de coisas como elas são, viabilizando inclusive a manobra simbólica de conversão de “concorrência” em “democracia”. É também nesse sentido que a sobrevalorização das especificidades em detrimento das concepções totais, conduzida por diversos movimentos sociais e organizações populares, por mais que sob intenções progressistas, compactua com as interpretações conservadoras acerca da totalidade e com a legitimação das teses da inexorabilidade capitalista e da inexistência da necessidade de construir alternativas ao modo de produção.

No entanto, uma análise coerente das dificuldades históricas dos movimentos sociais de se pensarem coletivamente e em seus entrelaces totalizadores e estruturais exige uma crítica contundente das resistências impostas a esses sujeitos pelas esquerdas tradicionais e por suas contradições. O campo das esquerdas, afinal, é permeado por conflitos. Por exemplo, a emergência de movimentos como o feminista e o de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros entre as esquerdas brasileiras atravessou (ou atravessa) historicamente fortes oposições entre os setores classicamente cristãos, os quais ainda – e mais do que supomos – aglutinam forças nesse campo.

Outras consideráveis resistências aos movimentos sociais foram encontradas junto ao campo marxista, de costume competente para a proposição da alternativa total, o socialismo. Além de existirem, no caso brasileiro, históricos e agudos vínculos entre os/as marxistas e os/as cristãos – vínculos estes responsáveis pelo nascimento da Teologia da Libertação – setores hegemônicos no campo marxista durante muito tempo encararam as especificidades das pautas dos movimentos como

recuos políticos, detalhes que seriam resolvidos no “processo revolucionário em iminência”.

Um marxismo grosseiro e mecanizado, então dominante, afastou do campo marxista as contribuições e os olhares desses movimentos e reproduziu noutros movimentos sociais, estes de caráter marxista, tais quais os movimentos camponeses de luta pela terra, muitas dessas resistências, reforçando o aparato simbólico do estranhamento anteriormente debatido. É possível argumentar, então, que o enfrentamento à ética fragmentária por parte dos movimentos sociais requer esforços recíprocos do campo marxista, pois, se tal qual sustenta Mészáros, ao marxismo compete a reestruturação da sociedade em totalidade (2007, p. 307), e se os movimentos sociais e as organizações populares constituem importante parcela daqueles impulsos contraditórios e novas tendências, como discutimos acima, não há que se falar num projeto socialista que prescindia do feminismo, ou das lutas empreendidas pelos movimentos negro e LGBT.

Decerto, trata-se aqui de uma disputa simbólica mútua. Isto porque se persistem resistências no marxismo às questões apresentadas por parte dos movimentos sociais, no interior dos movimentos as oposições ao marxismo não são acanhadas, especialmente nos espaços daqueles movimentos sociais de caráter inter-classista – a história do feminismo (ou dos feminismos) remete-nos seguramente a essa discussão.

Para além da mencionada disputa mútua – com a qual me comprometo em razão dos meus vínculos junto a movimentos sociais e organizações populares e de minha identificação como marxista – o enfrentamento à ética fragmentária exige a percepção, assinalada por Mészáros, de que está sempre em jogo o “inter-relacionamento complexo entre a questão específica sob exame e a totalidade constantemente mutável das relações sociais” (2008, p. 39). Acredito – embora o faça insistente e atrevidamente e sob os mesmos riscos de soar prescritivo em excesso – que a compreensão das conexões dialéticas entre o específico e a totalidade representa a possibilidades de avanços significativos nos processos históricos de construção da contra-hegemonia.

De fato, minha dedicação e minha felicidade em tomar parte de momentos como o proporcionado pela organização do 6º Seminário Nacional Homens e Masculinidades dizem, incisivamente, de renovadas esperanças em diálogos, práticas e experiências coletivas capazes de superar elementos hegemônicos que nos atravessam e, portanto,

aprofundar as contradições que sustentam a ordenação do mundo como é.

Referências

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do direito penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Trad. Maria Corrêa. 8 ed. Campinas: Papirus, 2007.

EFREM FILHO, Roberto. *Veja e a Criminalização da Política*: mídia e direito entre a ideologia do consenso e o estranhamento do mundo, 2009. 222 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas / Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. 4 ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JAMESON, Fredric. *A Virada Cultural*: reflexões sobre o pós-modernismo. Trad. Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Trad. não informado. 2 ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Trad. Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O Poder da Ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed., 2 tiragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7ª ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2008.

10.

Algumas implicações da ética punitiva e da ética fragmentária para as lutas contra-hegemônicas no campo das políticas públicas sobre drogas: na trilha das provocações atrevidas de Roberto Éfrem Filho

Maristela Moraes⁸⁸

Instituto PAPAI / Universidade Autônoma de Barcelona

O presente texto foi elaborado em diálogo com o capítulo anterior desta coletânea, de autoria de Roberto Éfrem Filho, intitulado *(Anti) éticas e dialéticas: algumas atrevidas digressões acerca das normatividades (contra-) hegemônicas*.

Para elaboração deste texto, recorri às discussões trazidas por Roberto, dialogando com duas autoras: Maria Lucia Karam, 2003, – para o que tem a ver com as políticas sobre drogas – e Judith Burtler, 2010, para o diz respeito ao tema da precariedade da vida e às provocações *Queer*. Ressalto na minha argumentação, aspectos que me pareceram centrais aos campos de debates sobre usos de drogas e redução de danos, em suas interfaces com as políticas públicas brasileiras e movimentos sociais.

A importância de trazer aqui o tema das drogas, indispensável aos estudos e ações voltadas aos homens, às masculinidades e às relações de gênero, relaciona-se com pelo menos duas importantes constatações nesse Seminário: 1) essa mesa parece ser um dos lugares de debate privilegiados para tal, no conjunto de temas abordados aqui; 2) pela quase total ausência dessa discussão em outros espaços do evento,

⁸⁸ Integrante da coordenação do Instituto PAPAI; doutoranda em Psicologia Social (Universidad Autónoma de Barcelona); psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Coletiva; integra o Grupo Fractalidades en Investigación Crítica; bolsista LASPAU Leadership Fellowship Program (Kellogg Foundation), participa de movimentos sociais em defesa da Redução de Danos como política/paradigma para o campo das drogas.

mesmo nos Simpósios Temáticos, para os quais apenas 2 dos 103 trabalhos selecionados tratou diretamente do assunto.

Entre produzir (e ler) um texto mais formal ou dizer poucas palavras e partir para um debate mais aberto, optei pelo primeiro, ainda que certamente me sentisse mais a vontade tomando a outra decisão, mesmo sabendo que de nenhum modo conseguirei expressar minha emoção ao participar desse momento tão importante e especial, de reencontros e de retorno a casa em muitos sentidos, entre eles, geográficos e afetivos.

Posso dizer que o texto de Roberto é bastante provocador, inquietante e complexo. É um convite à reflexão e auto-reflexão, ao mesmo tempo uma chamada à ação coletiva comprometida com uma crítica à suposta neutralidade do campo jurídico e à fragmentação das forças contra-hegemônicas.

Conduz a um importante debate sobre como essa ética punitiva, coercitiva e disciplinar do direito forma as bases também da concepção de ética compartilhada pelos movimentos sociais e organizações populares, que segundo ele, está mais relacionada aos interesses dominantes do que aos nossos, e que nos remete a uma fragmentação.

Começa apontando o risco de adoção de uma postura acrítica, que resulta na consagração da moral dominante como “a” interpretação ética ou jurídica correta, como acontece nos debates sobre a legalização do aborto, nos quais as convicções morais cristãs se constroem como determinações éticas e legais, pouco importando as convicções morais das feministas que acompanham cotidianamente o drama da morte de mulheres vítimas de aborto (conforme texto de Éfrem Filho nesta coletânea). Aqui acrescentaria igualmente a demonização das drogas, que desconsidera as experiências prazerosas e/ou culturais com muitas das substâncias chamadas psicoativas, para não seguir, como de costume, apenas falando da violência gerada no contexto do narcotráfico.

Assim, nos aponta o risco de acabarmos reforçando uma legitimidade estrutural do campo jurídico baseada em artifícios de dominação desse campo, como por exemplo, a crença na “neutralidade”, “imparcialidade”, “racionalidade”, que constrói sua legitimidade na suposta negação dos interesses dos membros dominantes.

Roberto nos recorda que as diferentes concepções morais presentes na sociedade também disputam o campo jurídico em busca da afirmação do que deve ser o direito. Para melhor compreensão desse ponto, apresenta dois exemplos: das/dos profissionais de saúde que atendem mulheres

que passam por uma situação de aborto; dos direitos dos casais homossexuais no campo jurídico.

Acrescento outro exemplo, no qual a ilegalidade relacionada ao consumo e ao comércio de drogas ilícitas também gera repercussões danosas para quem necessita de cuidados específicos à saúde. Muito/as profissionais ainda resistem ao abandono da meta única da abstinência, mesmo que seja mais que evidente a ineficácia do paradigma moral-criminal-medicalizante para dar conta da complexidade do campo das drogas. Tal ineficácia está expressa não só na inadequação de muitos dos tratamentos disponíveis para quem realmente os necessita, mas também na produção em massa de doentes/marginais, de estigma, exclusão e de afastamento dessas pessoas da rede de atenção à saúde (Moraes, 2008).

Há que olhar, escutar e atender essas pessoas como cidadãos e cidadãs que têm direito a cuidados adequados a sua saúde, como gente “viva”, atendendo aos apelos de Judith Butler (2010), pessoas que necessitam e têm direito a informações sobre formas de usos mais seguras e outras estratégias de auto-cuidado. Ainda que tal afirmação pareça muito óbvia, infelizmente não é essa uma postura comum no cotidiano das práticas de saúde no nosso país, como se poderia supor.

Roberto destaca que o campo jurídico não coincide com os interesses dos movimentos sociais e organizações populares e propõe, assim, uma análise mais cuidadosa sobre as formas pelas quais compreensões éticas, morais e jurídicas dominantes ditam parte da ética (ou das éticas) vivenciada(s) por movimentos sociais e organizações populares que se pretendem contra-hegemônicas. E alerta: a contra-hegemonia não poderá desenvolver estratégias contra-hegemônicas se não entende e incorpora a autocritica como orientação ética (conforme texto de Éfrem Filho, nesta coletânea), o que me parece semelhante ao que propõe o movimento feminista, conhecido como o que talvez tenha mais pensado sobre si mesmo ao longo da sua história (Pujal i Llombart, 2005). Quem sabe lhe falta agora ampliar o olhar e compartilhar bandeiras.

Parte das críticas que, segundo Roberto, precisamos fazer a nós mesmos(as) estão relacionadas a dois campos: o da “ética punitivista” e da “ética fragmentária”. A ética punitivista corresponde à pretensão de encontrar na punição a solução para os problemas, desconsiderando as funções estruturais do sistema penal. Todavia, a criminalização das violências perpetradas contra os estratos sociais subalternos ou é convertida em inoperância estatal, como é o caso, segundo ele, do racismo e da homofobia, e acrescento os homicídios de homens jovens

envolvidos (ou não) com o narcotráfico; ou se volta quase que exclusivamente para membros das classes já estruturalmente criminalizáveis, como é o caso da criminalização dos homens autores de violência, pela Lei Maria da Penha, e obviamente das comunidades que vivenciam cotidianamente a violência relacionada às drogas (Moraes, 2010).

Nesse ponto gostaria de colocar ênfase em um fato: são inúmeros os danos causados pela proibição e ilegalidade do uso e comércio de drogas, efetivados pela intervenção do sistema penal sobre o consumo de drogas classificadas como ilícitas.

Na mesma direção do que Roberto discute como sendo a natureza seletiva do processo de criminalização, também no caso das drogas podemos dizer que a criminalização é uma estratégia histórica de controle, coerente com os interesses das classes dominantes.

Maria Lucia Karam, uma reconhecida jurista brasileira, tem apontado as contradições das políticas de drogas e lutado por uma nova política. Chama atenção para o fato de que a intenção política que enquadra um ato como crime não é a proteção das pessoas, como se poderia pensar, mas sim a obtenção de disciplina social, que visa à manutenção e reprodução de valores e interesses das classes dominantes (Karam, 2003).

As consequências desastrosas dessa disciplina estão expressas também na “produção da delinquência”, especialmente entre pessoas que cujas vidas (e não atos isolados) faz delas uma ameaça historicamente criada para legitimar estratégias de controle e dominação, assim como a indústria do medo.

Essa delinquência criada em torno da questão do consumo e comércio de drogas ilegais é bastante evidente no nosso país. A guerra às drogas e ao narcotráfico tem promovido uma matança de jovens, principalmente homens negros de classes menos favorecidas, configurando-se como a maior causa de morbi-mortalidade de homens não só no nosso país, mas também no México, na Colômbia e em tantos outros que adotaram tais estratégias de “manutenção da ordem”.

Karam (2003) destaca que a decorrência direta da ilegalidade promovida pela intervenção do sistema penal no mercado tem como subproduto a violência, uma vez vetado o acesso a meios legais de resolução de conflitos. Em outras palavras, o Estado acaba sendo o maior gerador de criminalidade e violência.

Aqui podemos fazer um paralelo com o que recentemente Judith Butler (2010) tem discutido sobre a existência ou não de uma guerra legítima, nesse caso analisando o caso da protagonizadas pelos Estados Unidos no Afeganistão. Aplico aqui o que ela discute porque vejo como bastante adequada para pensar em países como o nosso, que vive uma guerra cotidiana relacionada às drogas.

Diz Butler que a guerra busca produzir e reproduzir a precariedade como elemento integrante do cotidiano, como algo que faz parte da vida. E não será isso que assistimos todos os dias na TV? Uma tentativa de construção de legitimidade da guerra às drogas como algo necessário para livrar-nos de um mal maior? O que dizer do excesso de imagens e notícias sobre a guerra às drogas, que a coloca como elemento do nosso cotidiano, gerando até mesmo um não estranhamento das notícias de homicídios de homens jovens negros e pobres, supostamente mortos pelo tráfico e por suas atividades ilícitas?

Na medida em que nos acostumamos com essas notícias, nos trancafiamos nos nossos condomínios, nos shoppings e nos nossos carros e deixamos supostamente longe de nós a matança de gente anônima, das “almas sebosas”⁸⁹ que, como dizem alguns, merecem mesmo morrer.

E dessa mesma forma também não estranhamos quando parte significativa dos orçamentos de secretarias de segurança pública é investida na compra de novos equipamentos para incrementar o já enorme arsenal de armamentos de combate, e até nos sentimos mais seguros quando vemos tantos policiais armados pelas ruas.

E é nesse contexto da precariedade e da morte que parece evidente que há “vidas que contam” e outras que “não contam”, umas que “valem” e outras que “não valem” (Butler, 2010), nos levando a pensar sobre os impactos da morte de inocentes ou cidadãos de bem e das almas sebosas, na construção do nosso imaginário sobre a ética punitiva que permeia o campo das drogas.

Por outro lado, Butler (2010) nos propõe uma saída quando diz que a guerra acaba dizendo *sim* à liberdade, de alguma forma, quando evidencia a necessidade de construir uma resistência à precariedade da vida, ao

⁸⁹ Termo pejorativo comumente utilizado pela imprensa brasileira e pela população em geral, especialmente no nordeste do país, para referir-se a bandidos e criminosos.

Em dicionário informal: “Alma sebososa: (Regionalismo, Brasil, NE, Nordeste) mau elemento, pessoa nociva à sociedade, como, por exemplo, um ladrão, um estelionatário ou um estuprador”. http://pt.wiktionary.org/wiki/alma_sebososa

racismo e à força violenta do Estado, nesse caso se referindo ao movimento Queer ou à “política Queer”, como ela prefere.

Todavia, me parece cruel a constatação do que aponta Roberto sobre o processo de produção de delinquência, no qual os movimentos sociais e as organizações populares acabam compondo um outro corpo de delinquentes, do que decorre a criminalização das lutas sociais. E não poderia ser diferente no caso dos movimentos antiproibicionistas e de defesa dos direitos das pessoas que usam drogas (quem sabe classificados como duplamente delinquentes!), entre eles os que lutam pela Redução de Danos enquanto política pública efetiva e como forma de intervir de mais amplamente nesse campo.

A realização de ações do Coletivo Marcha da Maconha têm sido das mais emblemáticas e polêmicas nesse cenário de luta pela descriminalização e legalização das drogas, e das que mais tem crescido nos recentes anos. Tem proporcionado uma fala pública, antes praticamente inexistente, de pessoas que usam drogas ilícitas, bem como a adesão de outras tantas que consideram legítimas essas causas, independente de suas relações com as drogas.

Contudo, vale lembrar que muitos dos/das organizadores/as foram presos/as ou estão sob julgamento, respondendo por apologia ao crime; em muitas cidades a Marcha foi proibida, em algumas teve a proibição derrubada pelo Ministério Público; e em poucos estados, como Pernambuco, a organização da Marcha não sofreu duras pressões e ameaças por parte de juristas, polícia e políticos.

Gostaria de citar mais alguns danos da ilegalidade, além dos sempre citados, relacionados à violência urbana, a superlotação do sistema prisional e de privação de liberdade de adolescentes, etc., situações nas quais os homens jovens negros e pobres estão massivamente envolvidos e afetados. Destaco aqui o campo da saúde pública, supostamente protegida justamente pela intervenção do sistema penal nesses casos. Entre estes estão: 1) a falta de controle sobre a qualidade das substâncias proibidas, o que gera a maior parte dos danos à saúde devido a sua adulteração, por conter outras substâncias desconhecidas ou tóxicas não mencionadas, por serem manipuladas em condições de higiene inadequadas; 2) o surgimento de outras drogas mais potentes, algumas delas impulsionadas pela redução de oferta de mercadorias já conhecidas que se tornam alvo de intervenções exitosas de repressão, como aconteceu na década de 70 nos Estados Unidos, em que houve um grande crescimento da oferta de cocaína e heroína como consequência

da repressão à maconha e alucinógenos de origem mexicana, e como aconteceu aqui também no nosso país com o crack; 3) a imposição de um discurso demonizador das substâncias, que contribui para ocultação de informações relevantes e veiculação de outras equivocadas ou limitadas sobre as drogas, suas consequências/efeitos e sobre as pessoas que as usam, seja nos vários processos educativos, ou em distintos espaços de diálogo e socialização, campanhas e outros materiais produzidos/veiculados; 4) a estigmatização das pessoas que usam drogas e também os danos sociais gerados por esse processo (Karam, 2003).

As estratégias “marginais” de saúde que nasceram no seio das cenas de uso de drogas, sobretudo ilícitas, nomeadas como estratégias de Redução de Danos, tem sido um dos mais relevantes e impactantes dispositivos de produção de mudanças na atenção a saúde de pessoas que usam drogas no nosso país. Tornou-se oficialmente uma política pública em 2003 e hoje é utilizada (ou deveria ser) em toda a rede de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS) que cuida das pessoas que tem problemas com os usos de drogas.

Todavia, profissionais e gestores/as seguem se debatendo para descobrir um mundo que parece incrivelmente desconhecido e incompreensível, o qual faz parte da chamada Clínica da Redução de Danos, os consultórios de rua, a práticas dos/das profissionais redutores/as de danos e tantos outros aparentes mistérios que nada mais são que formas de cuidado, de si e da outra pessoa, comprometidos com modos plurais e dinâmicos de ser no mundo, com uma ética não prescritiva ou punitiva, com um olhar menos hipócrita sobre fenômenos humanos como as alterações de consciência, que sempre nos acompanhou e certamente fará parte de nossa existência na Terra.

Em linhas gerais, Roberto Éfrem nos leva a pensar sobre a forma como a contra-hegemonia acaba por revigorar práticas e discursos hegemônicos, ao retroalimentar a ética punitivista em seus espaços de organização e no cerne de suas pautas políticas. Para sair dessa encruzilhada ele sugere que seja feita uma análise das contradições, para não gerar posturas passivas diante das relações de dominação.

Abordando o que chama da ética fragmentária, que consiste na incapacidade de compartilhamento de concepções e análises totais de mundo, nos chama a reflexão ao analisar como os movimentos sociais e organizações populares perdem-se em suas especificidades e ignoram seus vínculos com diferentes condições materiais e simbólicas. Põem-nos inquietos/as com a argumentação de que a fragmentação dessas forças

emergentes é uma das eficientes estratégias hegemônicas de gerência dessas forças e se dá a partir da reprodução nelas da negação das compreensões totais, como uma desculpa para distanciarmos de um suposto e temido totalitarismo, incongruentes com as necessidades sociais.

Todos/as nós, que integramos ou nos aproximamos de movimentos sociais e organizações populares, vivenciamos o que Roberto chama de “estranhamento das correlações entre pautas” e das “conexões existentes entre as bandeiras políticas” uns dos outros, o que segundo ele retroalimenta a fragmentação e consolida uma lógica de concorrência. Felizmente, aponta uma possibilidade para o enfrentamento à ética fragmentária e a conquista de avanços significativos nos processos históricos de construção da contra-hegemonia: “a compreensão das conexões dialéticas entre o específico e a totalidade”, conforme palavras de Roberto.

No cenário dos movimentos em torno do tema das drogas acabamos de ter mais um exemplo da fragmentação que Roberto pontua, para somar-lo aos tantos intentos de articular nossas bandeiras de lutas com outros movimentos, como algumas vertentes do feminismo, às quais temos causado arrepios ao utilizar a frase “nosso corpo nos pertence” para falar também do direito ao uso de drogas⁹⁰, por exemplo. Trata-se da criação de um novo coletivo provisoriamente denominado Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Redução de Danos, que lançamos na recente Conferência Nacional de Saúde Mental.

Esse coletivo surge da inquietação de várias pessoas que atuam no campo das políticas públicas sobre drogas, que já não encontravam sítios em outros coletivos existentes, seja pelas incoerências internas evidentes, seja pela falta de explicitação ou acordo em relação a algumas bandeiras de luta.

Obviamente criamos o novo coletivo esperando contribuir para que não haja novas rupturas internas no movimento, buscando agregar o maior número possível de interesses e uma diversidade de pessoas, que atuam em distintos campos. Mas obviamente nos perguntamos se essas

⁹⁰ Esse argumento também está baseado em condutas que o ordenamento jurídico não deveria intervir ou criminalizar, conforme discutido por Karam (2003). Como em outros casos de autolesão, como o suicídio, o uso de drogas, se apenas oferece possibilidade de danos para própria pessoa que consome, não deveria ser objeto de intervenção do Estado, o que segundo a autora desrespeita garantias fundamentais das pessoas, asseguradas pela Constituição Federal brasileira e fere o chamado Estado Democrático de Direito.

também não foram as expectativas de outros coletivos criados antes desse, e quais foram as razões do fracasso desse projeto de agregação. Fica a reflexão e as recomendações de incorporação da autocritica como orientação ética, para tentar não cometer os mesmos erros.

Concordo plenamente com Roberto quando diz que diálogos coletivos como os que propomos no Seminário são importantes para superação desses elementos hegemônicos que nos atravessam e que acabamos de mencionar. Como às reflexões propostas por Butler (2010), quando afirma que uma vida concreta não pode apreender-se como perdida ou ameaçada se antes não é apreendida como viva. Se algumas vidas não se qualificam como vidas, ou não são concebidas como vidas dentro de certos marcos epistemológicos, tais vidas nunca se consideram vividas nem perdidas no sentido pleno de ambas as palavras.

Segundo Butler (2010), é necessário deixar mais específicos os mecanismos de poder através dos quais se “produz” a vida. E se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas de direitos à proteção, antes precisamos repensar o que significa precariedade, vulnerabilidade, dano, exposição, desejo, trabalho e pertencência social (no sentido de pertencer). Ou seja, o problema não é meramente como incluir mais pessoas dentro das normas já existentes, mas sim em considerar como as normas existentes promovem reconhecimentos de maneiras diferenciadas.

Na mesma linha do que nos recomenda Roberto Éfrem, Butler diz que pode haver uma forma da esquerda recuperar um pensamento sobre a vida e fazer uso desse marco da “vida precária” para defender uma forte postura feminista sobre as liberdades reprodutivas, e porque não dizer aqui, das liberdades de um modo ampliado. É necessário, segundo ela, rediscutir e expandir a crítica política sobre a violência estatal, não só sobre a guerra, mas também sobre as formas de violência legalizada, que priva as pessoas de recursos básicos necessários à minimização da vida precária, como discutimos aqui.

Além disso, insistir menos na política identitária ou em interesses baseados nas políticas identitárias, e mais na precariedade e em suas distribuições diferenciadas, para promover a formação de novas coalizões que ajudem a superar os desafios que as políticas identitárias não conseguiram dar conta (Butler, 2010), ao meu ver, também um apelo à não-fragmentação e uma superação do foco nas especificidades, das quais trata Roberto.

Por *fim* e para *finalmente* abrir ao debate, seja ele presencial durante o Seminário, seja em qualquer momento que esses textos sejam lidos, preciso fazer um elogio a Roberto, trazendo a “referência bibliográfica” um pouco mais para perto, para um lugar de companheiro de trajetória no PAPAÍ, de amigo.

Roberto me ensinou algo que nunca vou esquecer: a ver “céu de carneirinho”, algo que fizemos algumas vezes, quando nossas atividades cotidianas estavam adultas demais para nossa necessária inocência momentânea. Mas com o maravilhoso texto que acabo de comentar, e com o modo como Roberto constrói a si mesmo e ao mundo, ele ensina algo que igualmente não é possível esquecer: que o caminho da transformação precisa ser percorrido com crítica madura atrelada a atrevimento, leveza e poesia. Agradeço por mais esse ensinamento!

Referências

BUTLER, Judith (2010). *Marcos de Guerra. Las vidas lloradas*. Espasa Libros, Barcelona, 261 p.

KARAM, Maria Lúcia. (2003). Redução de danos, ética e lei: os danos da política proibicionista e as alternativas compromissadas com a dignidade do indivíduo. In: Sampaio, C., Campos, M. (Org.). *Drogas, dignidade e inclusão social: a lei e a prática de redução de danos*. Rio de Janeiro: ABORDA. 45-97.

MORAES, Maristela (2008). O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 13 (1) 121-133

MORAES, Maristela (2010). Hombres, masculinidades y atención sanitaria en Brasil: una mirada de género sobre políticas públicas de Reducción de Daños. Projeto de tese de doutorado em desenvolvimento no Departamento de Psicologia Social da Universidade Autônoma de Barcelona (mimeo). PUJAL I LLOMBART, Margot (2005). *El feminisme*. Barcelona: Editorial UOC.



Sobre os autores e autoras

Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas
Medrado, Lyra, Azevedo e Brasilino (org.)

Sobre os autores e autoras

Dr. Benedito Medrado

UFPE

Doutor em Psicologia social pela PUC/SP. Professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFPE. Um dos fundadores do Instituto Papai e atual coordenador do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade (cadastrado no CNPq desde 1998) e presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Integra a Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de gênero (Redor), a Rede Brasileira de Pesquisas em Violência, Saúde, Gênero e Masculinidades (Visagem), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Rede Brasileira de Homens pela Equidade de gênero. Coordena a Campanha Brasileira do Laço Branco (Homens pelo fim da violência contra a mulher). <http://lattes.cnpq.br/3188365001747186>

Dr. Gary Barker

ICRW/USA

Pesquisador norte-americano, Ph.D. em Psicologia do Desenvolvimento. Diretor de pesquisa no ICRW's, atuando em projetos relativos a gênero, violência e direitos. Fundador da ONG Instituto Promundo, reconhecida internacionalmente por sua atuação no engajamento de homens e meninos na promoção da equidade de gênero

Jéssica Noca

Psicóloga pela Faculdade Frassinetti do Recife-FAFIRE. Possui experiência em Saúde Mental. Especializanda em Saúde Coletiva pela Universidade de Pernambuco-UPE. Atualmente é mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista Facepe, com período de estágio no Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP. <http://lattes.cnpq.br/8384617432703406>

Dr. Juan Guillermo Figueroa

UNAM/México

Doutor em Sociologia e em Demografia. Pesquisador do Colégio de México e docente da Universidad Nacional Autónoma de México. Editor de livros relacionados ao campo de estudos da reprodução, saúde e sexualidade. Pesquisa sobre comportamentos reprodutivos dos homens, sobre ética da investigação social, sobre políticas públicas relacionadas a direitos reprodutivos e sobre discurso religioso e direitos humanos das pessoas “crentes”.

Dr. Jorge Lyra

Instituto PAPAÍ

Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ/Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães-CPqAM/Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva-NESC, com estágio de doutorando no exterior (PDDE/Capes) na Universidad Autonoma de Barcelona (2008). Coordenador geral do Instituto Papai, líder do grupo de pesquisas do CNPq Gênero e masculinidades - Gema/UFPE; membro do comitê de ética em pesquisa do Centro de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM/Universidade de Pernambuco-UPE, vice-coordenador do grupo de trabalho sobre gênero e saúde da Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero-REDOR; integrante do Grupo de Trabalho em Gênero e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO; integrante da coordenação da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO; participante do Grupo de Trabalho Psicologia e Estudos de Gênero da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia e membro do Comitê consultivo/BVS-Adolec/Bireme-OMS/OPAS do Ministério da Saúde. <http://lattes.cnpq.br/9769486752428221>

Ma. Jullyane Brasilino

Gema/ UFPE

Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPE. Desenvolve pesquisas na área de violência contra a mulher a partir da perspectiva feminista de gênero. Integrante do GEMA – Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades/UFPE (cadastrado no CNPq desde 1998). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e da Rede Brasileira de Homens pela Equidade de gênero (RHEG). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. <http://lattes.cnpq.br/9769486752428221>

Mariana Azevedo

Instituto PAPAI

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em estudos sobre gênero, masculinidades e feminismos; saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. <http://lattes.cnpq.br/2356322583794290>

Me. Maristela Moraes

Instituto PAPAI / UAB-ES

Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Autônoma de Barcelona; Mestre em Saúde Coletiva pela Fiocruz (CPqAM); Psicóloga e sanitarista. Temas de investigação: redução de danos; uso de álcool e outras drogas; masculinidades; incidência política de jovens; violências de gênero; sustentabilidade política e financeira de Organizações Não-governamentais; gestão participativa em Organizações Não-governamentais. Vínculo profissional: Instituto PAPAI (Recife-PE). Bolsa de estudos atual: LASPAU\Harvard University\Kellogg Foundation. <http://lattes.cnpq.br/2704701903980934>

Dra. Maria Juracy Toneli

UFSC

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1997), pós-doutorado pela Psicologia Social na UFMG (2009) e na Universidade do Minho/Portugal (2009-2010). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi coordenadora do PPGP/UFSC (2000-2004), membro da Comissão de Planejamento e Gerência PROF/Capes/UFSC (2000-2004), secretária executiva da ANPEPP (2004-2006), membro da Comissão Qualis da área da Psicologia representando a ANPEPP (2004-2006), membro da avaliação de programas da área da Psicologia na Capes (2005-2007), diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (2004-2008).

<http://lattes.cnpq.br/1437430258647523>

Dra. Maria Luiza Heilborn

UERJ

Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ). Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). É coordenadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e do Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde, ambos no IMS-UERJ. É integrante do Grupo de Trabalho Gênero e Saúde (ABRASCO) e foi coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ABA (2004-2006). Coordena regionalmente a implementação nas regiões Sul e Sudeste do Programa Interinstitucional de Treinamento em Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva. Autora do livro *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário* (Rio de Janeiro, Garamond, 2004). <http://lattes.cnpq.br/0062450728659903>

Dr. Parry Scott

UFPE

Doutor em Antropologia - University of Texas at Austin (1981). Já passou temporadas de Professor e Pesquisador Visitante nas Universidades de Georgetown (1984-1985), Harvard (1991-1993) e Salamanca (2006-2007). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Antropologia e de Sociologia, com ênfase no interface entre estruturas domésticas e outras esferas de poder em diversos contextos sociais urbanos e rurais, tendo realizado pesquisa entre trabalhadores rurais e agricultores no Nordeste, com atingidos de barragens e de projetos de desenvolvimento, e com residentes da periferia urbana. <http://lattes.cnpq.br/3496902001574617>

Roberto Efreim Filho

Mestre e graduado em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e membro dos conselhos internos do Instituto PAPAI e da Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos. Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

Dr. Romeu Gomes

ENSP/Fiocruz/RJ

Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1994). Atualmente é Professor Titular do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz, sendo responsável pelas disciplinas de Antropologia e Saúde, Pesquisa Qualitativa em Saúde e Sexualidade, Gênero e Saúde. É pesquisador com experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: violência de gênero; sexualidade e saúde; sexualidade masculina e saúde do homem; dimensão sócio-antropológica do processo saúde-doença e pesquisa qualitativa em saúde. <http://lattes.cnpq.br/6215183415501835>

Dra. Verena Stolke

UAB/ES

Doutora pela Universidade de Oxford. Catedrática de Antropologia Social da Universidad Autónoma de Barcelona, na Espanha.

